

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL - COREIA DO SUL

Coordenação: Vera Thorstensen
Organização: Amanda Mitsue Zuchieri

CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO GLOBAL E INVESTIMENTOS

EESP – FGV

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL – COREIA DO SUL

Coordenação: Vera Thorstensen
Organização: Amanda Mitsue Zuchieri

Março de 2022

**CCGI - CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO
GLOBAL E INVESTIMENTOS
EESP – FGV**

O CCGI foi criado em 2010 com objetivo de analisar e discutir temas relevantes da Política de Comércio Internacional do Brasil, com ênfase em: regulação do comércio, acordos preferenciais, barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, sustentabilidade, e modelagem econômica.

Equipe

Vera Thorstensen (coordenação geral)
Amanda Mitsue Zuchieri (organização)

Pesquisadores

Amanda Mitsue Zuchieri
Fabio Jorge Thomazella
Catherine Rebouças Mota
Mauro Kiithi Arima Junior
Tiago Matsuoka Megale

© VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda

Cadernos de Acordo Comerciais: Brasil-Vietnã / Vera Thorstensen (coordenação); Amanda Mitsue Zuchieri (organização) - São Paulo: Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos e VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2022.

PDF

Vários autores
Bibliografia

ISBN nº 978-65-87811-07-9

1. Brasil - Relações econômicas exteriores 2. Coreia do Sul 3. Relações econômicas internacionais. 4. Acordos Preferenciais de comércio

I. CDD 338.91 20-39362

APRESENTAÇÃO

A modernização da economia brasileira passa por uma nova visão da Política de Comércio Exterior para o País. Questões sobre abertura da economia via tarifas, negociação de acordos de comércio, adoção das políticas públicas defendidas pela OCDE são os grandes temas do momento atual. São elas que permitirão ao Brasil maior inserção no comércio internacional, uma vez que representam instrumentos fundamentais para o Brasil aumentar sua produtividade, competitividade e sustentabilidade do crescimento econômico. Alcançar esses objetivos não é tarefa fácil, na medida em que deve ser acompanhada por redução de tarifas sobre bens, abertura na área de serviços e de propriedade intelectual, e medidas de harmonização das normas brasileiras a normas internacionais, incluindo a convergência e a coerência regulatória, o aumento da segurança jurídica de investidores, estímulos a investimentos e empreendimentos de multinacionais.

O tema da abertura comercial do Brasil está sempre presente nas discussões atuais. Depois das negociações Mercosul-UE e Mercosul-EFTA, em 2019, ainda enfrentando questionamentos na área ambiental, o cenário está aberto para novas negociações. Atualmente, e de acordo com decisão da CAMEX, o País se encontra em fase de negociação ou de diálogo exploratório, de forma independente ou junto ao Mercosul, com diferentes parceiros como Canadá, Coreia do Sul, Indonésia, Líbano, Cingapura e Vietnã, além de Índia e Reino Unido. Segundo informações do portal do MRE, as negociações entre Mercosul e Canadá foram anunciadas, ainda, em 9 de março de 2018 e, desde então, já possui 7 Rodadas Negociadoras. Também em 2018, foram lançadas em 25 de maio, as negociações do Mercosul com a Coreia do Sul, possuindo 7 Rodadas Negociadoras. As negociações entre Indonésia e Mercosul já são mais recentes, iniciando em 16 de dezembro de 2021 e, apesar de não ter nenhuma Rodada de Negociação, houve troca de informações e de documentos sobre comércio de bens, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, entre outros. Apesar das negociações entre Mercosul e Líbano terem sido lançadas, ainda, em 2015, apenas em 2019 houve a primeira Rodada de Negociação com o país. Já a relação Brasil-Cingapura é marcada com as negociações lançadas em 2018, entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, cuja primeira Rodada foi em 2019. Por fim, em 2020, foi concluído o Diálogo Exploratório entre Mercosul e Vietnã.

Temas fundamentais de negociações de acordos preferenciais de comércio no momento atual compreendem bens, serviços, propriedade intelectual, investimentos, comércio digital e meio ambiente. E implicam negociações sobre tarifas, quotas, defesa comercial, medidas técnicas e facilitação de comércio. Em suma, o melhor entendimento das regulações de cada parceiro e como tais regras podem ser harmonizadas entre as partes.

Tendo em vista o presente cenário de novas eleições, e de apresentação de propostas para novas políticas, o CCGI/FGV (Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos), da Escola de Economia de São Paulo, vem realizando uma série de estudos sobre o quadro regulatório dos países com os quais o Brasil teria interesse em negociar acordos comerciais. O objetivo é o de oferecer um panorama das políticas comerciais dos países que se encontram em negociação ou em diálogo exploratório com o Brasil.

O CCGI apresenta, assim, uma nova série de publicações, os Cadernos de Acordos Comerciais, onde os interessados terão acesso a dados de comércio e informações relevantes sobre temas de comércio de possíveis acordos com o Brasil. Essas informações incluem aspectos históricos e estrutura governamental, além de perfil tarifário, incluindo quotas tarifárias e restrições quantitativas, estrutura de regulação de medidas técnicas e sanitárias e fitossanitárias, incluindo meio ambiente; as políticas de sustentabilidade; regulação de serviços, de propriedade intelectual, investimentos, bem como acordos internacionais de comércio. Ao discorrer essas informações, apresenta-se, quando relevante, paralelo com a realidade brasileira.

Os textos permitem identificar diferenças e semelhanças de medidas de comércio entre os países sob análise de modo a aprofundar o conhecimento dos principais temas do processo de negociação e explicitar os possíveis pontos sensíveis a serem superados.

O leitor interessado, certamente, encontrará informações relevantes nos Cadernos de Acordos Comerciais.

Boa leitura!

Comentários serão bem-vindos!

Vera Thorstensen

Coordenadora do CCGI-EESP-FGV

Email - vera.thorstensen@fgv.br

Sumário

1. Introdução	11
2. Histórico e estrutura governamental da Coreia do Sul.....	11
3. Coreia do Sul no comércio internacional.....	16
3.1. Dados gerais de comércio da Coreia do Sul	16
3.2. Performance do comércio de bens: exportação	16
3.3. Performance do comércio de bens: importação	17
3.4. Fluxo Comercial com a Coreia do Sul.....	18
4. Perfil tarifário da Coreia do Sul	18
4.1. Introdução	18
4.2. Agricultura.....	19
4.3. Minérios e químicos	20
4.4. Têxteis	20
4.5. Vestuário.....	21
4.6. Materiais	22
4.7. Maquinário, veículo e demais equipamentos	22
4.8. Manufaturados e outros.....	23
4.9. Comparativo geral de tarifas e quadro de tarifas aplicadas.....	24
4.10. Restrições quantitativas, quotas tarifárias e tarifas específicas e tarifas mistas.....	29
4.10.1. Restrições quantitativas	29
4.10.2. Quotas-Tarifárias	30
4.10.3. Tarifas Específicas e Mistas	30
4.10.4. Quotas tarifárias, tarifas específicas e mistas aplicadas pela Coreia do Sul.....	30
5. Barreiras Técnicas, Medidas Sanitárias, Fitossanitárias e Ambientais na Coreia do Sul	33
5.1. As barreiras técnicas ao comércio na Coreia do Sul	33
5.1.1. Coreia do Sul no Acordo TBT.....	33
5.1.2. Regulamentos técnicos, normas técnicas e avaliação da conformidade na Coreia do Sul	34
5.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias no comércio da Coreia do Sul	35
5.2.1. Coreia do Sul no Comitê SPS da OMC	35
5.2.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias da Coreia do Sul.....	36
5.3. Medidas ambientais no comércio da Coreia do Sul	41
6. Comércio de Serviços.....	42
6.1. Características do comércio de serviços na Coreia do Sul	42
6.2. Compromissos frente ao GATS e aos acordos regionais de comércio	52
6.3. Serviços financeiros	53
6.3.1. Bancário e financeiro	59
6.3.2. Serviços não bancários	61
6.3.3. Seguros	61
6.4. Comunicações.....	66
6.4.1. Telecomunicações.....	67
6.4.2. Serviços postais	70
6.4.3. Serviços audiovisuais.....	71
6.5. Transporte	71
6.5.1. Transporte marítimo.....	71
6.5.2. Transporte aéreo	76
6.5.3. Transporte terrestre.....	80
6.6. Serviços de distribuição.....	81
6.7. Comércio digital.....	81
6.8. Turismo	82
7. Propriedade Intelectual: aspectos legais.....	85
7.1. Aspectos gerais.....	85
7.2. Compromissos internacionais da Coreia do Sul em matéria de propriedade intelectual.....	88
7.3. Propriedade industrial na Coreia do Sul.....	90
7.4. Marcas registradas na Coreia do Sul.....	91
7.5. Indicações geográficas da Coreia do Sul.....	93
7.6. Proteção de variedades de plantas.....	95
7.7. Desenhos industriais e projetos de layout de circuitos integrados (topografias)	96
7.8. Segredos comerciais.....	97
7.9. Direitos autorais e conexos	98
7.10. Conhecimentos tradicionais e recursos genéticos na Coreia do Sul	100

7.1.1. Aplicação dos direitos de propriedade intelectual.....	101
8. Investimento na Coreia do Sul: aspectos legais	103
8.1. Aspectos gerais.....	103
8.2. Disciplina jurídica dos investimentos	104
8.3. Investimentos nos acordos internacionais da Coreia do Sul.....	109
9. Acordos preferenciais de comércio da Coreia do Sul	110
9.1. Legislação ligada ao comércio	112
9.2. Acordos de comércio da Coreia do Sul	114
9.2.1. Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)	115
9.2.2. Comércio com a Coreia do Norte.....	116
9.2.3. RCEP.....	116
9.2.4. CEPA	117
9.2.5. Coreia do Sul-Israel	117
9.2.6. Coreia do Sul-Estados Unidos (KORUS)	117
9.2.7. Coreia do Sul-Reino Unido	118
10. Conclusões.....	119
REFERÊNCIAS	122

Índice de tabelas e figuras

Tabela 1 - Ministérios da Coreia do Sul	15
Tabela 2 - Produtos brasileiros exportados para a Coreia em 2019	16
Tabela 3 - Produtos da Coreia do Sul importados em 2019	17
Tabela 4 - Fluxo Comercial entre Brasil e Coreia do Sul entre 2016-2020	18
Tabela 5 - Tarifas correspondentes a cada HS	26
Tabela 6 - Tarifas específicas da Coreia do Sul	31
Tabela 7 - Assuntos trabalhados pelo Serviço Nacional de Gestão de Qualidade de Produtos Agrícolas	38
Tabela 8 - Participação da Coreia em acordos de propriedade intelectual	89
Tabela 9 - Produtos agrícolas e alimentares originários da Coreia do Sul	94
Tabela 10 - Setores restritos para investimento estrangeiro direto	106
Tabela 11 - Acordos de Livre Comércio da Coreia do Sul	118
Figura 1 - Fluxo Comercial entre Brasil e Coreia do Sul entre 2016-2020 (bilhões de US\$)	18
Figura 2 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor agrícola (SH 01 a 24)	19
Figura 3 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de minérios e químicos (SH 25 a 40)	20
Figura 4 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor têxtil (SH 41 a 60)	21
Figura 5 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de vestuário (SH 61 a 67)	21
Figura 6 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de materiais (SH 68 a 83)	22
Figura 7 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de maquinário, veículo e demais equipamentos (SH 84 a 91)	23
Figura 8 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de manufaturados e outros (SH 92 a 97)	23
Figura 9 - Gráfico geral de tarifas	25
Figura 10 - Gráfico geral de tarifas	25
Figura 11 - Notificações da Coreia do Sul e do Brasil	34
Figura 12 - Notificações da Coreia do Sul e do Brasil ao Comitê SPS	35
Figura 13 - Comparação de medidas e notificações relacionadas a meio ambiente na OMC feitas pela Coreia e pelo Brasil entre 2009 e 2020	42
Figura 14 - Importação de serviços na Coreia do Sul nos últimos anos (em US\$)	43
Figura 15 - Exportação de serviços na Coreia do Sul nos últimos anos	43
Figura 16 - Importações de serviços comerciais da Coreia do Sul (in US\$)	44
Figura 17 - Exportações de serviços comerciais na Coreia do Sul	44
Figura 18 - Serviços de transporte como porcentagem das importações de serviços comerciais	45
Figura 19 - Serviços de transporte como porcentagem das exportações de serviços comerciais	45
Figura 20 - Serviços de seguro e financeiros em porcentagem das importações de serviços comerciais	46
Figura 21 - Serviços de seguro e financeiros em porcentagem das exportações de serviços comerciais	46
Figura 22 - Serviços de viagem como porcentagem das importações comerciais de serviços	47
Figura 23 - Serviços de viagem como porcentagem das exportações comerciais de serviços	47
Figura 24 - Serviços de viagem como importações totais de serviços	48
Figura 25 - Serviços de viagem como exportações totais de serviços	48
Figura 26 - Serviços de transporte em relação às importações totais	49
Figura 27 - Serviços de transporte em relação às exportações totais	49
Figura 28 - Serviços de informática e comunicação em US\$	50
Figura 29 - Serviços de informática e comunicação em porcentagem das exportações totais	50
Figura 30 - Comércio total de serviços em relação ao PIB	51
Figura 31 - Exportações de serviços de ICT em relação às exportações totais de serviços em porcentagem	51

Figura 32 - Exportações de serviços de ICT em relação às exportações totais de serviços em valores em dólar	52
Figura 33 - Estrutura do seguro de depósito na KDIC	57
Figura 34 - Fonte de receitas dos Correios da Coreia do Sul.....	70
Figura 35 - Movimentação de carga por porto coreano.....	74
Figura 36 - Índice de Conectividade do Transporte Marítimo de Linha	76
Figura 37 - Voos domésticos e internacionais da Coreia entre 2019 e 2020.....	78
Figura 38 - As 10 principais companhias aéreas transportadoras de carga do mundo	79
Figura 39 - Maiores companhias aéreas em toneladas por quilômetro de frete	79
Figura 40 - Composição do Escritório de direito autoral do MSCT.....	88

Siglas e abreviações

ALI Índice de Liberalização Aérea
AML/CFT Diretrizes de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo
APEC Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
ASA Acordo de serviço aéreo
ASEAN Associação das Nações do Sudeste Asiático
AVE Equivalente *Ad-Valorem*
BIT Tratado Bilateral de Investimento
BTO Contrato construir-transferir-operar
CEPA Parceria Econômica Abrangente entre a Coreia do Sul e a Indonésia
CICO Cost-in, cost-out
DPA Lei de Proteção ao Depositante
DSR Índice de serviço da dívida
e-RIA Avaliação de Impacto Regulatório Eletrônico
EXIM Bank Banco de Exportação e Importação da Coreia
FANs Amigos de Negociações Antidumping
FHC Financial holding company
FIU Unidade de Inteligência Financeira
FSC Comissão de Serviços Financeiros
FSS Serviço de Supervisão Financeira
FTA Acordo de Livre Comércio
FTC Fair Trade Commission
GATT Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GCI Índice Global de Cibersegurança
GPA Acordo sobre Compras Governamentais
GSP Sistema Geral de Preferências
HACCP Análise de Perigo e Ponto Crítico de Controle
HS Sistema Harmonizado
IBK Banco Industrial da Coreia
ICSID Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
IED Investimento Estrangeiro Direito
IFRS International Financial Reporting Standards
IIA Aeroporto Internacional de Incheon
IMS Information Management System
INPI Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IoT Internet das coisas
ITA Acordo de Tecnologia de Informação
KAC Korea Airports Corporation
KAMCO Korea Asset Management Corporation
KCAB Conselho de Arbitragem Comercial da Coreia
KCC Comissão de Comunicações Coreanas
KCIS Serviços de Informação de Crédito da Coreia
KDB Banco de Desenvolvimento da Coreia
KDIC Corporação de Seguro de Depósito da Coreia
KEPCO Corporação de Energia Elétrica Coreana
KIC Korea Investment Corporation
KIDI Instituto Coreano de Desenvolvimento de Seguros
KISA Agência de Segurança e Internet da Coreia
KOCA Escritório de Aviação Civil da Coreia
KoFIU Korea Financial Intelligence Unit
KOMSA Autoridade de Segurança do Transporte Marítimo da Coreia
KORAIL Corporação Ferroviária Coreana
KOTRA Agência de Promoção de Investimentos Comerciais da Coreia
KSIC Padrão Coreano de Classificação Industrial
KT Korea Telecom
LCC Transportadora de baixo custo
MAFRA Ministério da Agricultura, Alimentos e Relações Rurais
MCST Ministério da Cultura, Esporte e Turismo
MDIC Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MFDS Ministério de Alimentos e Segurança de Medicamentos

MFN Princípio da Nação Mais Favorecida
MIGA Multilateral Investment Guarantee Agency
MOF Ministério dos Oceanos e Pesca
MOLIT Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte
MOSF Ministério de Estratégia e Finanças
MOTIE Ministério do Comércio, Indústria e Energia
MPME Micro, pequenas e médias empresas
MSB Banco de poupança mútuo
MSIP Ministério da Ciência, Tecnologia da Informação e Comunicação e Planejamento Futuro
MSIT Ministério da Ciência e Tecnologia da Informação e Comunicação
MVNO Operador de rede virtual móvel
NAVAID Sistema de auxílio de navegação
NIA Agência Nacional da Sociedade da Informação
NIPA Agência Nacional de Promoção da Indústria de Tecnologia da Informação
NPL Empréstimo inadimplente
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OFIO Escritório do Ombudsman de Investimento Estrangeiro
OMA Organização Mundial de Aduana
OMC Organização Mundial do Comércio
P2P Peer-to-peer
PG Gateway de pagamento
PIB Produto Interno Bruto
P&D Pesquisa e Desenvolvimento
PME Pequena e média empresa
RBC Capital baseado em risco
RCEP Parceria Econômica Regional Abrangente
RIA Avaliação de Impacto Regulatório
ROA Índice de retorno sobre ativos
ROE Índice de retorno sobre o patrimônio líquido
RTA Acordo Regional de Comércio
SCNR Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional
SCRA Lei de Regulamentação de Contratos Padronizados
SFC Comissão de Valores Mobiliários e Futuros
SPS Medidas sanitárias e fitossanitárias
TBT Barreiras técnicas ao comércio
TEU Unidade equivalente a 20 pés
TFA Acordo de Facilitação do Comércio
TIC Tecnologia da informação e da comunicação
TPB Toneladas de peso morto
TTS Sistema de imposto voluntário sobre tonelagem
UNCTAD Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
VA Ativo virtual
VASP Provedores de serviços ativos virtuais
VR/AR Realidade virtual/realidade aumentada

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL – COREIA DO SUL

1. Introdução

A Coreia do Sul é um país localizado no Extremo Oriente que ocupa a parte sul da península da Coreia e se estende por 1100 quilômetros do continente asiático. A superfície territorial do país corresponde a 100.032 quilômetros quadrados. Além da fronteira terrestre com a Coreia do Norte, o país é banhado pelo Mar Amarelo a oeste, pelo Mar do Japão a leste e pelo Estreito da Coreia e pelo Mar da China Oriental ao Sul.

O atual elevado desenvolvimento da Coreia deveu-se às rápidas taxas de crescimento econômico nas décadas de 1960 e 1980 decorrentes da produção destinada à exportação e de uma mão-de-obra muito qualificada. Em dados mais precisos, as estatísticas revelam que o país apresenta a maior economia dentre os tigres asiáticos, é a quarta maior da Ásia e a décima terceira do mundo.

Em linhas gerais, o país é populoso e a renda média de sua população é elevada. A atual população do país é de 51.715.162 habitantes. Em paridade de poder de compra, o Produto Interno Bruto nominal (PIB), em 2020, foi de US \$2,187 trilhões, com PIB per capita de US \$42.300,00.

A atual prosperidade econômica do país pode ser atribuída a diversos fatores. A economia do país é conduzida por grandes clusters conhecidos como chaebols a exemplo das multinacionais Samsung, LG, Hyundai e Daewoo. O país expandiu também sua rede de acordos de livre comércio e, desde a crise asiática de 1997 a 1998, implementou 16 acordos de livre comércio que abrangem 58 países e coletivamente correspondem a mais de três quartos do PIB global. Em 2017, a eleição do presidente Moon Jae-in trouxe um aumento na confiança do consumidor decorrente, em parte, de seus esforços bem-sucedidos para aumentar salários e de gastos do governo.

O presente relatório tem o objetivo de oferecer uma perspectiva geral sobre os aspectos mais importantes da política de comércio internacional da Coreia. Com base na consulta de documentos oficiais, em dados e informações públicas fornecidas a organizações internacionais e em relatórios produzidos por atores comerciais importantes (fontes destacadas no início de cada seção e nas notas de rodapé ao longo do texto), elaborou-se este documento descritivo, que, destituído de pretensão analítica, tem a finalidade de oferecer, de maneira organizada e sucinta, por meio de textos, gráficos e tabelas, os aspectos relevantes para entendimento da inserção econômica internacional contemporânea da Coreia.

2. Histórico e estrutura governamental da Coreia do Sul

Esta seção, que busca fornecer descrição sucinta da história recente e da organização política da Coreia do Sul, foi baseada em artigos e documentos em site oficial do governo, que são indicados ao longo do texto.

A República moderna da Coreia do Sul foi estabelecida em 1948 sob a forma de um sistema presidencialista. Nos dois anos seguintes, o país, no entanto, enfrentou o início da guerra fratricida que se estendeu até 1953. Neste conflito, conhecido como Guerra da Coreia, as forças armadas norte-coreanas atacaram a Coreia do Sul com o intuito de

unificar a península. Enquanto o conflito perdurou, mais de 2,5 milhões de pessoas morreram. O caráter internacional do conflito decorreu do envolvimento de tropas chinesas, norte-americanas e um número reduzido de soldados soviéticos. Com o fim do conflito¹, a fronteira permaneceu praticamente inalterada (sobre o paralelo 38) e a divisão e a rivalidade das Coreias permaneceram.

Os conflitos políticos internos, apesar do fim do conflito bélico, perduraram. Quando a oposição apresentou projetos de emenda em favor de um sistema de gabinete parlamentar, o presidente Syngman Rhee respondeu em 1952, impondo um projeto de lei que previa a eleição popular do presidente. Em 1954, Rhee conseguiu forçar a Assembleia Nacional, então dominada pelo partido de situação, a aprovar uma emenda que abolia o limite de dois mandatos na presidência. Sob a constituição revista, Rhee foi eleito para mais dois mandatos. A última eleição de Rhee, no entanto, foi marcada por acusações de fraude e por protestos estudantis. Pressionado, Rhee renunciou ao seu mandato e buscou exílio no Havaí.

A República sul-coreana passou então a ser um sistema parlamentarista que durou apenas nove meses. Em 16 de maio de 1961, os militares tomaram o poder por meio de um golpe de estado cuidadosamente planejado, inaugurando uma nova fase da política coreana pós-libertação. A junta militar, liderada pelo general Park Chung-Hee, assumiu o controle da máquina do governo, dissolveu a Assembleia Nacional e impôs uma proibição rigorosa de atividades políticas. O país foi colocado sob lei marcial, e o Conselho Supremo para a Reconstrução Nacional (SCNR), chefiado por Park, assumiu as rédeas do governo e começou a instituir uma série de reformas.

A partir do regime militar liderado por Park na década de 1960, a Coreia do Sul experienciou significativo crescimento econômico. O governo promoveu a importação de matérias-primas e tecnologia, incentivou a poupança e o investimento em detrimento do consumo, manteve os salários baixos e direcionou recursos para indústrias voltadas para a exportação. O crescimento disparou sob essas políticas e frequentemente atingiu os dois dígitos nas décadas de 1960 e 1970.

Essas políticas também levaram ao surgimento de conglomerados de propriedade familiar conhecidos como chaebols, como Daewoo, Hyundai, LG, Kia e Samsung, que mantiveram suas posições dominantes mesmo quando o governo afrouxou seu controle sobre a economia em meio às mudanças políticas das décadas de 1980 e 1990.

O início das mudanças políticas remonta ao assassinato do general Park em 1979. Após tal fato houve significativa agitação política caracterizada por diversas tentativas de obter o poder presidencial por parte de líderes da oposição que previamente sofreram repressão. Em 1980, ocorreu novo golpe de Estado sob a liderança do general Chun Doo-hwan contra o governo provisório de Choi Gyuha, que foi o primeiro-ministro coreano quando Park era presidente.

Ao assumir a presidência, Chun tomou medidas políticas e enfrentou protestos por todo o país que pediam democracia e legalidade das eleições. Uma nova Constituição, segundo a qual o presidente era limitado a um mandato de sete anos, foi aprovada em outubro. A lei marcial foi revogada em janeiro de 1981 e, em fevereiro, Chun foi eleito

¹ Conforme as práticas e normas do *jus ad bellum*, o conflito ainda não acabou, pois não foi assinado nenhum tratado de paz, apenas um armistício em 1953.

presidente de acordo com a nova Constituição. A administração de Chun teve que suportar uma série de escândalos e incidentes, principalmente o bombardeio por norte-coreanos em Rangoon, Birmânia (agora Yangon, Mianmar), em outubro de 1983, que matou vários membros do governo sul-coreano. Em 1987, a insatisfação popular contra o governo havia se espalhado por todo o país.

Com o intuito de superar esta crise, Roh Tae-Woo, líder do partido político de Chun, anunciou um programa de reformas constitucionais que restaurariam as instituições democráticas e direitos civis básicos, usurpados durante o regime militar. Chun, compelido a aceitar este programa, supervisionou a redação de uma constituição revisada, que foi aprovada por um referendo nacional em outubro. Entre suas principais disposições estavam a redução do mandato presidencial de sete para cinco anos e a eleição popular direta do presidente. Roh, ex-general do exército, foi eleito presidente em dezembro e assumiu o cargo em fevereiro de 1988. Com sua posse, a transferência pacífica de poder foi efetuada pela primeira vez na história sul-coreana. Em um clima político mais estável, a Coreia do Sul sediou os bem-sucedidos Jogos Olímpicos de Verão em Seul em 1988.

Enquanto estava restabelecendo a democracia na arena política interna, o governo Roh deu início à chamada política de “diplomacia do norte” em relação à União Soviética e seus aliados. Esses esforços levaram ao estabelecimento de laços diplomáticos com a Hungria, Polônia e Iugoslávia em 1989 e com a União Soviética em 1990. As relações entre a Coreia do Sul e a China também melhoraram e, em 1992, os dois países estabeleceram laços diplomáticos plenos.

Em dezembro de 1992, Kim Young-Sam foi eleito presidente e sucedeu Roh em 1993. Em seu governo, Kim procurou retirar os militares do poder e reafirmar a supremacia civil sobre os militares. O crescimento moderou-se gradualmente na década de 1990, na medida em que a economia amadureceu, mas permaneceu forte o suficiente para impulsionar a Coreia do Sul no ranking das economias avançadas. Em 1996, o país ingressou na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pouco depois de assumir o cargo, Kim expurgou milhares de burocratas, líderes militares e empresários, libertou milhares de prisioneiros políticos e lançou uma importante iniciativa anticorrupção (notavelmente banindo contas bancárias com nomes falsos). A popularidade de Kim aumentou, mas uma crise econômica severa e o crescimento contínuo da corrupção (o próprio filho de Kim foi preso sob a acusação de suborno e evasão fiscal) diminuíram seu prestígio no final de seu mandato.

A crise financeira asiática de 1997-98 atingiu duramente as empresas da Coreia do Sul por causa de sua dependência excessiva de empréstimos de curto prazo, e o PIB finalmente despencou 7% em 1998. A Coreia do Sul enfrentou difíceis reformas econômicas após a crise, incluindo a reestruturação de alguns chaebols, o aumento da flexibilidade do mercado de trabalho e a abertura para mais investimentos estrangeiros e importações. A Coreia do Sul também começou a expandir sua rede de acordos de livre comércio para ajudar a impulsionar as exportações e, desde então, implementou 16 acordos de livre comércio cobrindo 58 países - incluindo os Estados Unidos e a China - que cobrem coletivamente mais de três quartos do PIB global.

Concomitantemente ao enfrentamento da crise financeira, em dezembro de 1997, o candidato da oposição Kim Dae-Jung foi eleito presidente da Coreia do Sul. Kim implementou uma política chamada “luz do sol” para o Norte, que levou em 2000 a uma

cúpula histórica entre Kim e o líder norte-coreano Kim Jong Il e à escolha de Kim Dae-Jung como o ganhador do Prêmio Nobel da Paz daquele ano. No entanto, seu governo também foi marcado por escândalos de corrupção e suas políticas internacionais encontraram resistência dos Estados Unidos. Apesar disso, em 2002, a Coreia do Sul organizou com sucesso a Copa do Mundo, que co-sediou com o Japão e nas quais sua seleção chegou às semifinais, a primeira vez que uma seleção asiática avançou tão longe.

Em 2003, Kim foi sucedido como presidente por Roh Moo-Hyun. Advogado, Roh era um forte defensor das reformas democráticas e havia se estabelecido como um defensor dos manifestantes de esquerda. Roh enfrentou intensa oposição do mais conservador Grande Partido Nacional e, em 2004, foi destituído pela Assembleia Nacional. Roh retirou-se temporariamente do cargo enquanto o Tribunal Constitucional apreciava as acusações. Nas eleições parlamentares daquele ano, seu partido conquistou a maioria na Assembleia Nacional; Roh foi posteriormente absolvido e reassumiu o cargo.

Na eleição presidencial de 2007, o candidato do Grande Partido Nacional, o ex-prefeito de Seul Lee Myung-Bak, venceu de forma esmagadora. As eleições legislativas do ano seguinte deram ao Grande Partido Nacional uma pequena maioria na Assembleia Nacional.

Com o novo nome de Partido Saenuri (Nova Fronteira), o partido no governo reteve o poder nas eleições presidenciais de 2012. A candidata vencedora, Park Geun-Hye, era filha de Park Chung-Hee e foi a primeira mulher a ser eleita presidente da Coreia do Sul. Durante a campanha de 2012, Park pediu desculpas pelos abusos dos direitos humanos que ocorreram sob o governo de seu pai, mas grupos de direitos civis estavam atentos durante sua administração. Em dezembro de 2014, o Tribunal Constitucional, após uma petição do governo, banuiu o Partido Progressista Unificado, de esquerda, causando certa cautela em relação à liberdade política no país. O partido perdeu seus cinco assentos na Assembleia Nacional e foi dissolvido.

Nas eleições parlamentares de abril de 2016, o partido conservador Saenuri de Park perdeu sua maioria de longa data. A situação da presidente deteriorou-se ainda mais quando seu confidente de longa data, Choi Soon-Sil, foi preso sob suspeita de usar sua conexão com Park para vender influência. Centenas de milhares foram às ruas em protesto e, em 9 de dezembro de 2016, Park foi impedida pela Assembleia Nacional. O primeiro-ministro Hwang Kyo-Ahn foi nomeado presidente interino enquanto se aguardava a ratificação do impeachment pelo Tribunal Constitucional. O Tribunal manteve o impeachment em 10 de março de 2017, e Park foi oficialmente destituída do cargo.

Quando os eleitores coreanos foram às urnas em 9 de maio de 2017, no entanto, eles deram a Moon Jae-In, que fora derrotado por Park em 2012, uma vitória convincente. Em 2017, a eleição do presidente Moon Jae-in trouxe um aumento na confiança do consumidor, em parte por causa de seus esforços bem-sucedidos para aumentar os salários e os gastos do governo. Esses fatores foram combinados com um aumento no crescimento das exportações para impulsionar o crescimento real do PIB para mais de 3%, apesar das interrupções no comércio da Coreia do Sul com a China devido à implantação de um sistema de defesa antimísseis dos EUA na Coreia do Sul.

Em 2018 e além, a Coreia enfrentará uma desaceleração gradual do crescimento econômico - na faixa de 2-3% - não incomum para economias avançadas. Isso poderia ser

parcialmente compensado por esforços para enfrentar os desafios decorrentes do rápido envelhecimento da população, do mercado de trabalho inflexível, do domínio contínuo dos chaebols e da forte dependência das exportações em vez do consumo interno.

Uma vez esclarecido o histórico político e econômico da Coreia, é possível avançar para a explicação de sua organização política e para o entendimento de seus dados econômicos gerais. O Estado sul-coreano é caracterizado como uma República presidencialista em que há a tripartição dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A Assembleia Nacional sul-coreana promulgou em 1948 a Constituição que está pautada na democracia liberal. A Constituição garante a liberdade e os direitos das pessoas ao abrigo de várias leis bem como garante oportunidades iguais em todos os setores, incluindo política, economia, sociedade e cultura, e reconhece a necessidade de estabelecer um Estado de bem-estar. A Constituição também estipula que todas as pessoas têm a obrigação de pagar impostos, empenhar-se na defesa nacional, educar os filhos e trabalhar.

A Constituição afirma que o país deve se esforçar para manter a paz internacional. Ela estipula também que os tratados internacionais assinados e promulgados pelo país e as leis internacionais geralmente aceitas têm os mesmos efeitos que as leis nacionais. De acordo com a Constituição, o status de estrangeiros é garantido de acordo com as leis e tratados internacionais.

O Poder Legislativo coreano é constituído pela Assembleia Nacional, a legislatura nacional unicameral da Coreia do Sul, que representa as opiniões do povo. Todas as leis do país são elaboradas pela Assembleia Nacional. Atualmente, seus membros cumprem um mandato de quatro anos. A 21ª Assembleia Nacional foi formada por meio das eleições legislativas de 15 de abril de 2020. A Assembleia Nacional é composta por 253 membros eleitos em circunscrições locais e 47 membros eleitos por representação proporcional. Estes últimos têm como objetivo trazer para a Assembleia pessoas com conhecimentos profissionais específicos.

O Poder Executivo é exercido pelo Poder Executivo chefiado pelo Presidente. Nos termos da Constituição, o Presidente é eleito por voto universal, igual, direto e secreto do povo. O mandato do Presidente é de cinco anos, não podendo o Presidente ser reeleito.

O Conselho de Estado, normalmente referido como a "reunião do Gabinete", deve deliberar sobre políticas importantes que se enquadram no poder do Executivo. O Presidente será o Presidente do Conselho de Estado e o Primeiro-Ministro será o Vice-Presidente. Se o cargo de presidência estiver vago ou o Presidente for incapaz de exercer suas funções por qualquer motivo, o Primeiro-Ministro controla os ministérios do governo em seu nome. Os ministérios inseridos no Poder Executivo estão listados abaixo.

Tabela 1 - Ministérios da Coreia do Sul

Ministério da Educação
Ministério da Justiça
Ministério da Defesa Nacional
Ministério da Ciência e da Tecnologia da Informação e da Comunicação
Ministério da Terra, da Infraestrutura e do Transporte
Ministério da Unificação
Ministério do Comércio, da Indústria e da Energia
Ministério do Emprego e do Trabalho
Ministério de Pequenas e Médias Empresas e de Startups

Ministério da Economia e das Finanças
Ministério das Relações Exteriores
Ministério do Interior e da Segurança
Ministério da Cultura, dos Esportes e do Turismo
Ministério da Saúde e do Bem-Estar
Ministério dos Oceanos e da Pesca
Ministério da Agricultura, da Alimentação e das Relações Rurais
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Gênero, da Igualdade e da Família
Ministério de Patriotas e Assuntos de Veteranos
Ministério da Gestão de Pessoal
Ministério da Legislação Governamental
Ministério da Alimentação e da Segurança de Medicamentos

Fonte: Korea.net. Elaborado por CCGI-EESP/FGV.

O Poder Judiciário é composto pela Suprema Corte e por tribunais de apelação, tribunais distritais, tribunais de família, tribunais administrativos e o tribunal de patentes, entre outros. O Chefe de Justiça da Suprema Corte é nomeado pelo Presidente com o consentimento da Assembleia Nacional e os outros juízes da Suprema Corte são nomeados pelo Presidente por recomendação do Chefe de Justiça. O mandato do Chefe de Justiça e dos juízes é de seis anos.

O governo sul-coreano comunica-se com a população pela internet por meio do portal Korea.net, o qual constitui uma das fontes de informações apresentadas no relatório. As informações disponíveis tratam, por exemplo, de políticas governamentais e cooperação internacional.

3. Coreia do Sul no comércio internacional

Levando-se em consideração o breve histórico apresentado, bem como a estrutura dos governos mais recentes, os próximos capítulos procurarão sintetizar os principais pontos da política de comércio exterior do país.

3.1. Dados gerais de comércio da Coreia do Sul

Dados do *World Factbook* revelam que os principais destinos de exportação de mercadorias sul-coreanas em 2019 foram Vietnã, algumas das principais economias asiáticas como China e Japão, além de Estados Unidos e Hong Kong. Segundo a mesma fonte, a Coreia do Sul importou em 2019 principalmente produtos originários de China, Estados Unidos e Japão.

3.2. Performance do comércio de bens: exportação

A tabela seguinte mostra os principais produtos brasileiros exportados para a Coreia do Sul em 2019.

Tabela 2 - Produtos brasileiros exportados para a Coreia em 2019

Produto	Valor FOB US\$
Minérios, escórias e cinzas	\$731.090.693
Cereais	\$581.079.313
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	\$504.305.758
Ferro fundido, ferro e aço	\$355.190.894
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	\$250.918.248
Carnes e miudezas, comestíveis	\$232.914.946

Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).	\$154.729.402
Produtos químicos orgânicos	\$92.008.011
Algodão	\$76.247.986
Café, chá, mate e especiarias	\$73.199.625
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	\$66.277.098
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	\$53.530.702
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	\$47.112.510
Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	\$41.900.246
Cobre e suas obras	\$25.753.716
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	\$21.416.711
Peles, exceto as peles com pelo, e couros	\$16.696.539
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	\$16.186.276
Preparações alimentícias diversas	\$13.371.623
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	\$10.215.974

Fonte: Comexstat, 2021

3.3. Performance do comércio de bens: importação

A tabela 3 mostra os principais produtos importados da Coreia para o Brasil em 2019.

Tabela 3 - Produtos da Coreia do Sul importados em 2019

Descrição HS2	2019 - Valor FOB (US\$)
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	1.894.815.238
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	727.069.886
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	713.886.730
Plásticos e suas obras	380.016.682
Ferro fundido, ferro e aço	222.496.633
Produtos químicos orgânicos	167.227.786
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	166.003.285
Produtos farmacêuticos	143.048.613
Borracha e suas obras	64.590.372
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	63.443.023
Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	62.805.391
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	57.719.334
Obras diversas de metais comuns	54.315.420
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes; Construções Pré	40.950.971
Produtos diversos das indústrias químicas	38.888.791
Alumínio e suas obras	33.215.115
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	27.756.098
Filamentos sintéticos ou artificiais	27.185.909

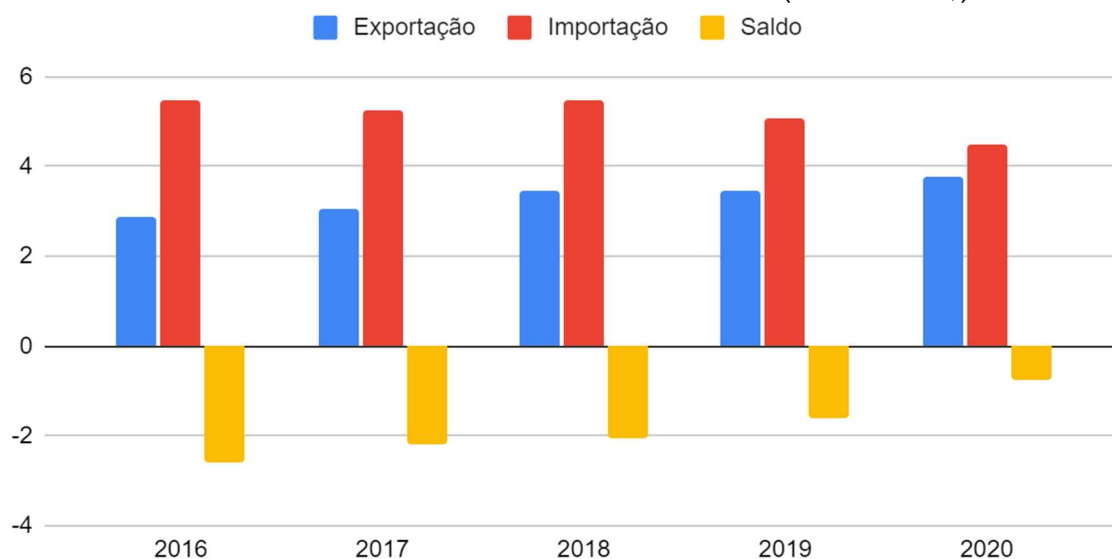
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	19.048.025
Cobre e suas obras	17.894.197

Fonte: Comexstat, 2021.

3.4. Fluxo Comercial com a Coreia do Sul

O Brasil apresentou, nos últimos cinco anos, déficits com a Coreia do Sul. Em 2016, o déficit comercial foi de US \$2,572 bilhões e, em 2020, o déficit foi de US \$734 milhões, o que representou uma redução de 71,4%.

Figura 1 - Fluxo Comercial entre Brasil e Coreia do Sul entre 2016-2020 (bilhões de US\$)



Fonte: Comexstat, 2021.

Tabela 4 - Fluxo Comercial entre Brasil e Coreia do Sul entre 2016-2020

	2016	2017-	2018	2019	2020
Exportação	2.881.006.714	3.077.014.473	3.439.019.735	3.449.684.548	3.762.436.944
Importação	5.453.665.551	5.272.709.951	5.475.177.463	5.049.844.942	4.496.903.760
Saldo	-2.572.658.837	-2.195.695.478	-2.036.157.728	-1.600.160.394	-734.466.816

Fonte: Comexstat, 2021.

4. Perfil tarifário da Coreia do Sul

O presente capítulo tem como intuito apresentar um panorama da política tarifária da Coreia do Sul vis-à-vis a política tarifária brasileira, informando o leitor quais são os setores mais protegidos e menos protegidos de cada país. Para isso, foram levantadas informações referentes às tarifas sobre nação mais favorecida (em inglês, most favoured nation ou simplesmente MFN) nos bancos de dados da Organização Mundial do Comércio (WTO Data).

4.1. Introdução

As informações tarifárias seguem o Sistema Harmonizado (HS) da Organização Mundial de Aduanas (OMA). O Sistema Harmonizado consiste em uma nomenclatura universal para todos os bens comercializáveis entre diferentes países, agregados em pouco mais de 5.000 grupos de bens, na classificação a 6 dígitos, podendo ser agregados em posições de

quatro dígitos, que por sua vez são agregados em 97 capítulos de dois dígitos e finalmente em 21 seções temáticas.

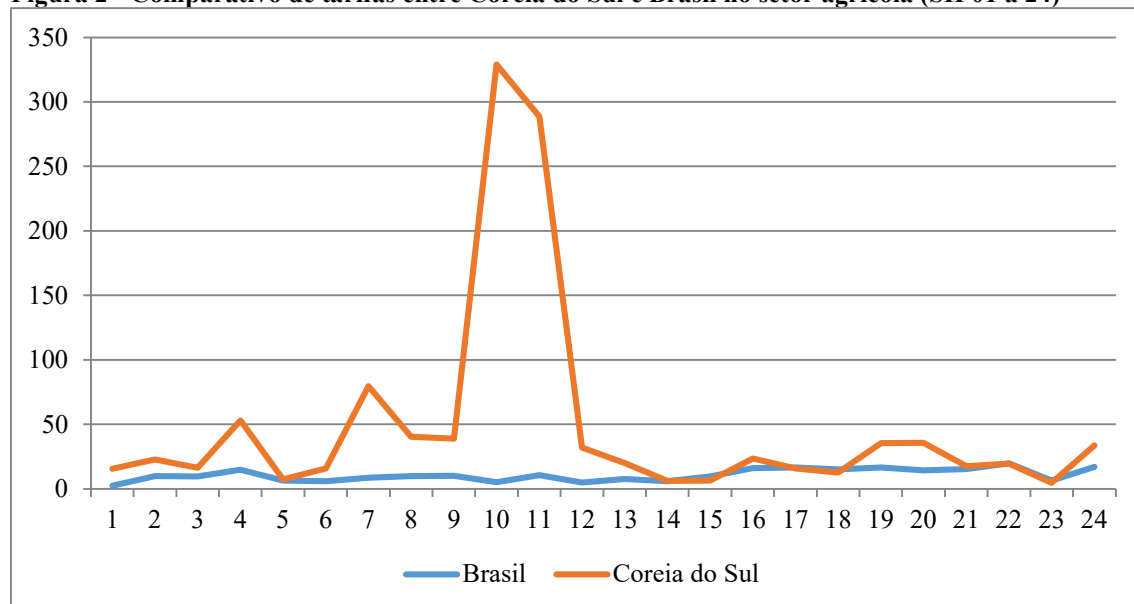
Para os fins do presente trabalho, serão abordados os 96 capítulos, separados em sete itens: (i) agricultura; (ii) minério e químicos; (iii) têxteis; (iv) vestuário; (v) materiais; (vi) máquinas, veículos e demais equipamentos; (vii) e bens manufaturados e outros. Gráficos contendo uma comparação da média simples tarifária, ou seja, sem a ponderação dos valores da pauta de importação, das alíquotas MFN, ilustram cada um dos itens. Ao final, uma tabela contendo tarifas MFN nos termos da WTO Data será apresentada.

Para cada seção, serão comparadas as tarifas MFN e as efetivamente aplicadas entre Coreia do Sul e Brasil se forem díspares das tarifas MFN. Tarifas efetivamente aplicadas são as tarifas que consideram quaisquer vantagens ou preferências que um país pode receber em relação ao outro, ou seja, a menor tarifa possível dentro de uma relação bilateral específica. Em ambos os casos, tanto nas tarifas MFN e efetivamente aplicadas da WTO Data, os números levam em consideração os efeitos Equivalentes *Ad-Valorem* (AVE), que consistem em um valor tarifário que simula a imposição de barreiras não-tarifárias como quotas de importação, restrições sanitárias, fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, dentre outros.

4.2. Agricultura

O Brasil é competitivo e protege pouco os seus setores agropecuários quando comparado com seus demais setores e quando comparado com o padrão de proteção da Coreia do Sul.

Figura 2 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor agrícola (SH 01 a 24)



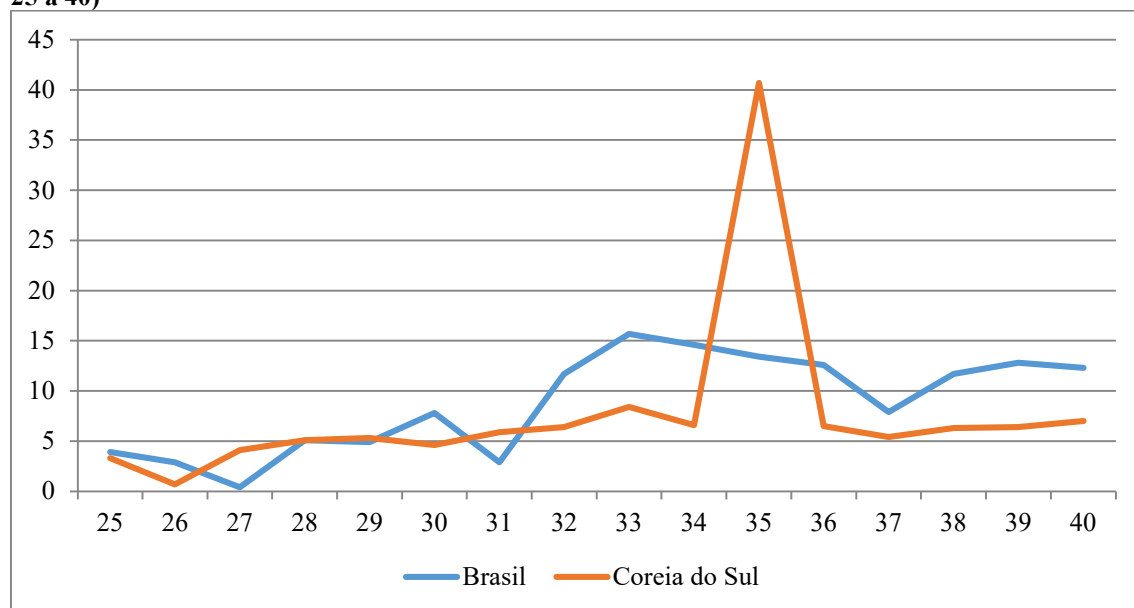
Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV.

Vários são os setores com elevada proteção na Coreia do Sul. Esta possui tarifa efetivamente aplicada maior do que a do Brasil nos seguintes setores agropecuários: animais vivos; carnes; peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; laticínios, ovos de pássaros e produtos comestíveis de origem animal; produtos de origem animal; vegetais comestíveis, certas raízes e tubérculos; frutas e nozes comestíveis, cascas

de frutas cítricas ou melões; café, chá, mate e especiarias; cereais; produtos da indústria de moagem, malte, amido, inulina e glúten de trigo; sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos, plantas industriais ou medicinais, palha e forragem; materiais para entrançar vegetais e produtos vegetais; preparados de carne, peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos; preparados de cereais, farinha, amido ou leite e produtos de pastelaria; preparados de vegetais, frutas, nozes ou outras partes das plantas; preparados comestíveis diversos e tabaco.

4.3. Minérios e químicos

Figura 3 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de minérios e químicos (SH 25 a 40)

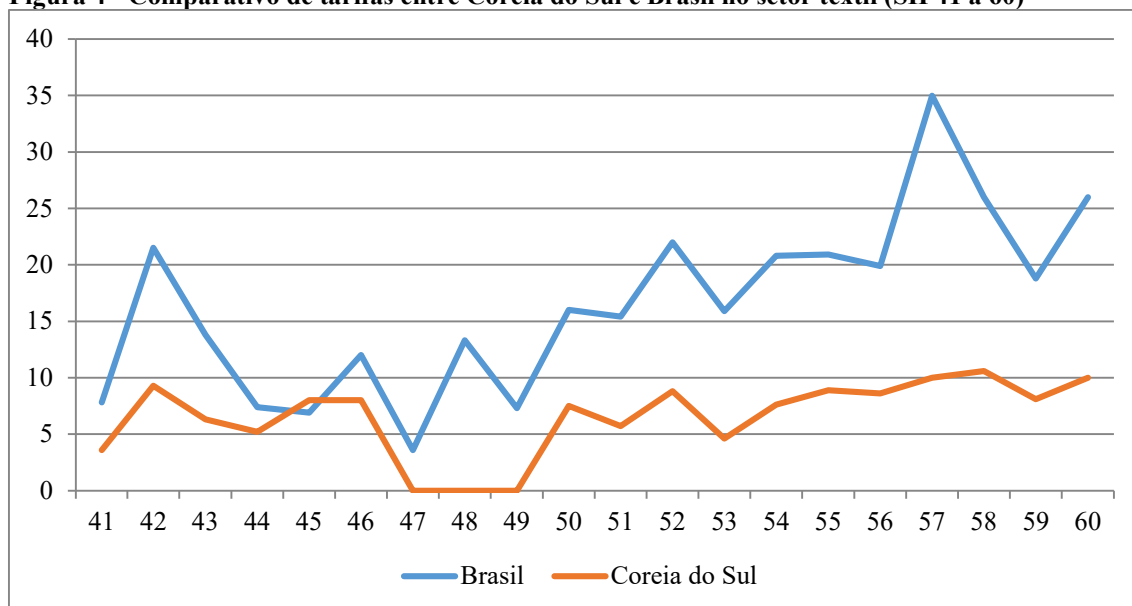


Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV

A partir dos setores de minérios (25, 26 e 27) e de produtos químicos (28 ao 40), começa a se desenhar um padrão em que a proteção brasileira é semelhante à proteção sul-coreana no setor de minérios e superior à proteção sul-coreana na maior parte do setor de produtos químicos. Contudo, nesta última seção existem três setores cuja proteção sul-coreana é maior do que a brasileira: o setor de químicos orgânicos, cuja proteção é praticamente idêntica entre os países (4,9% no Brasil e 5,3% na Coreia do Sul), o setor de fertilizantes em que a proteção sul-coreana de 5,9% é três pontos percentuais à proteção brasileira e o setor de albuminoides e amidos, considerando que a proteção sul-coreana é de 40,7%, sendo de apenas 13,4% no Brasil.

4.4. Têxteis

Figura 4 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor têxtil (SH 41 a 60)



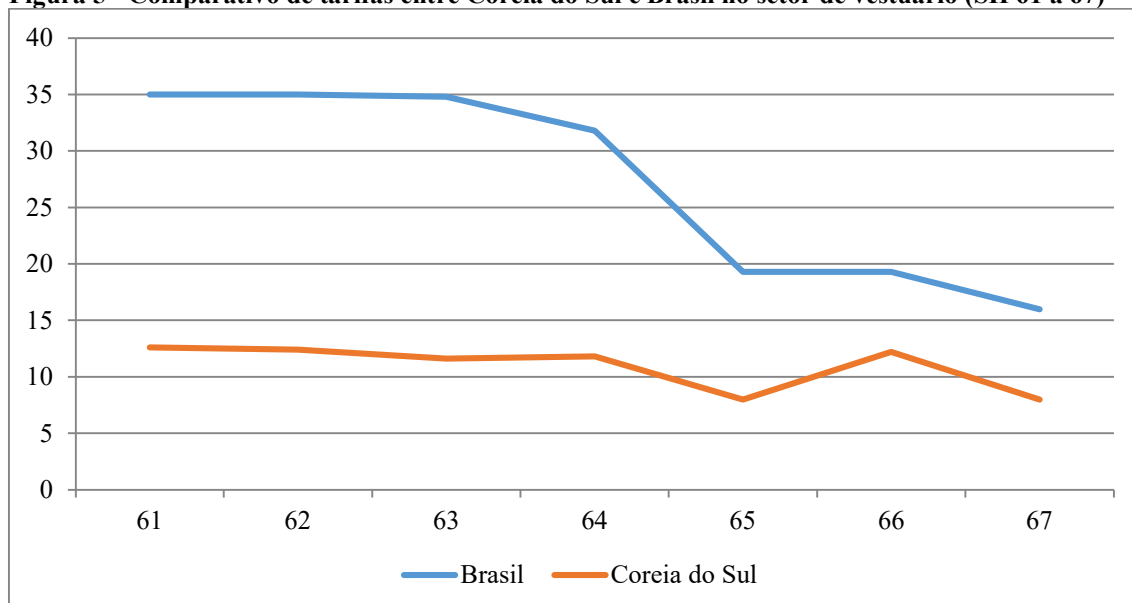
Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV.

Os setores têxteis apresentam maior proteção pelo Brasil, sobretudo o setor número 57: carpetes, com uma proteção média de 35%, o valor mais alto aplicado pelo Brasil, o qual corresponde a sua tarifa consolidada.

A Coreia do Sul, por sua vez, aplica tarifa de 10% para o setor nº 57 e para o setor nº 60 relativo a tecidos de malha ou crochê, os segundos mais protegidos da presente seção, de 10,6% para tecidos especiais, tecidos tufados, renda, tapeçarias, guarnições e bordados, o mais protegido da seção e tarifas abaixo de 10%, baixas ou nulas para os demais setores.

4.5. Vestuário

Figura 5 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de vestuário (SH 61 a 67)



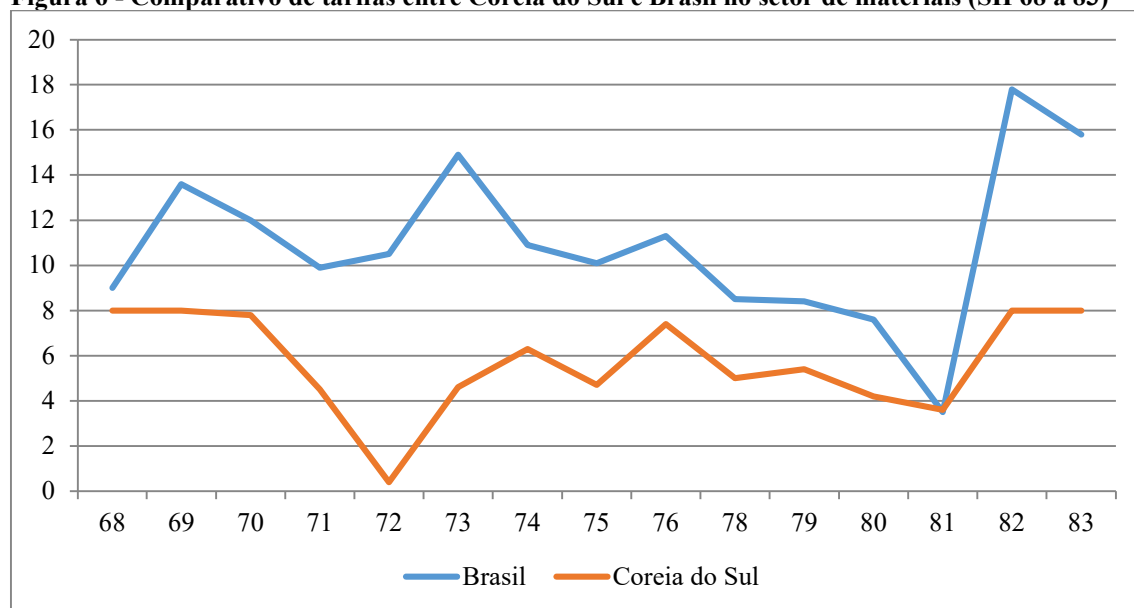
Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV.

Os setores vestuários também constam entre os mais protegidos pelo Brasil. Os artigos de vestuário, representados pelos itens 62 e 61 contam com a proteção máxima de 35%, já os demais artigos têxteis que podem ser utilizados como vestimenta e os calçados, apresentados nos itens 63 e 64, apresentam uma proteção em torno de 34,8% e 31,8%, valores que se aproximam da tarifa consolidada.

A Coreia do Sul, ao contrário, apresenta tarifas pouco elevadas, menores de 10% para o setor de itens de chapelaria e para o setor de penas preparadas, artigos feitos de pena, flores artificiais e artigos de cabelo humano e maiores do que 10% para outros setores do intervalo.

4.6. Materiais

Figura 6 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de materiais (SH 68 a 83)



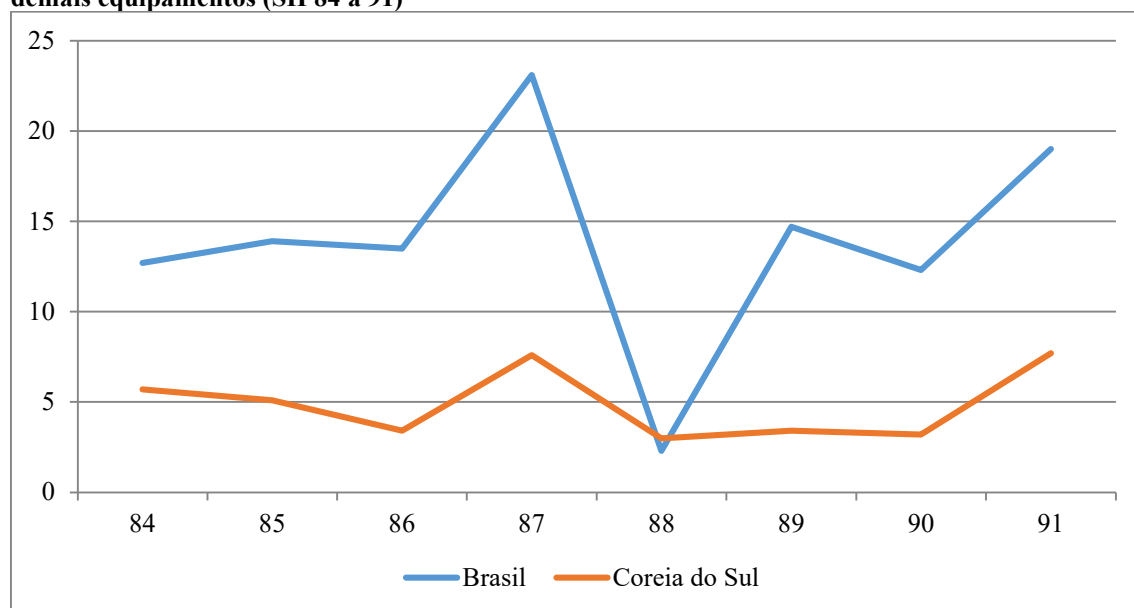
Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV

O Brasil protege seus materiais, aqui compreendidos como artigos feitos de pedras, cerâmica, vidro, pedras preciosas, ferro, aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, dentre outros materiais e produtos derivados com tarifas relativamente elevadas, como se observa no gráfico. Os artigos feitos de metais não citados entre os itens anteriores, representados pelo nº 81, apresentam tarifas menos elevadas, sendo o único setor com tarifa inferior à tarifa sul-coreana, enquanto ferramentas e objetos derivados de metais (nº 82 e 83) apresentam tarifas elevadas de 17,9% e 15,81% respectivamente.

A Coreia do Sul, ao contrário, coloca em prática tarifas consistentemente baixas em todos os setores acima mencionados.

4.7. Maquinário, veículo e demais equipamentos

Figura 7 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de maquinário, veículo e demais equipamentos (SH 84 a 91)

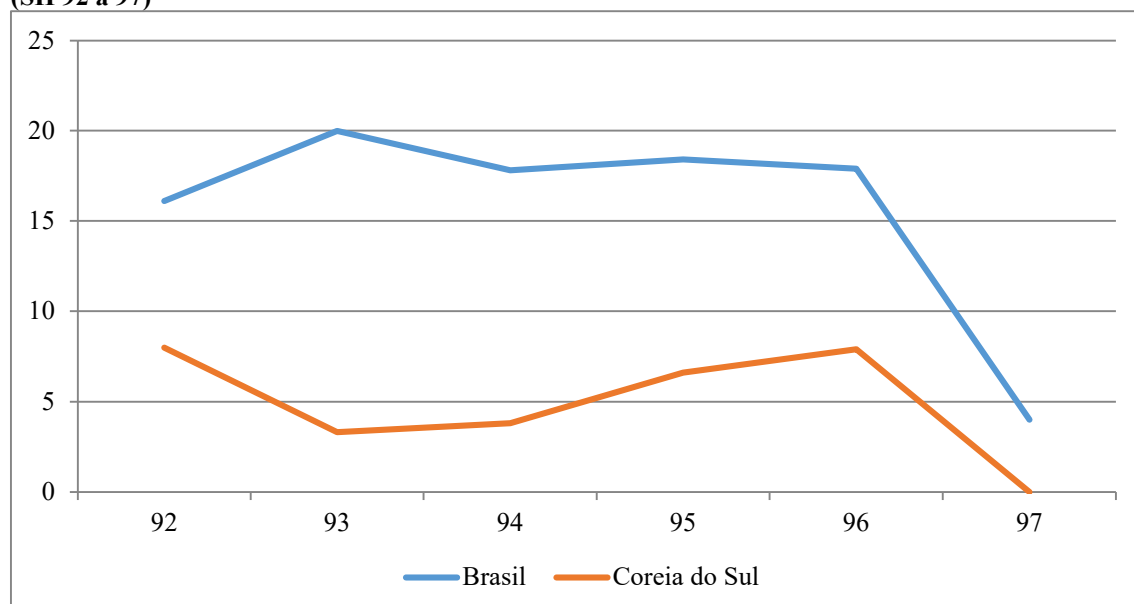


Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV

O Brasil apresenta tarifas elevadas nesses setores, com a exceção de aeronaves, espaçonaves e suas partes, com tarifas de 2,3%, valor pouco inferior ao praticado pela Coreia do Sul. O Brasil é mais protecionista que a Coreia do Sul nos demais setores da presente lista.

4.8. Manufaturados e outros

Figura 8 - Comparativo de tarifas entre Coreia do Sul e Brasil no setor de manufaturados e outros (SH 92 a 97)



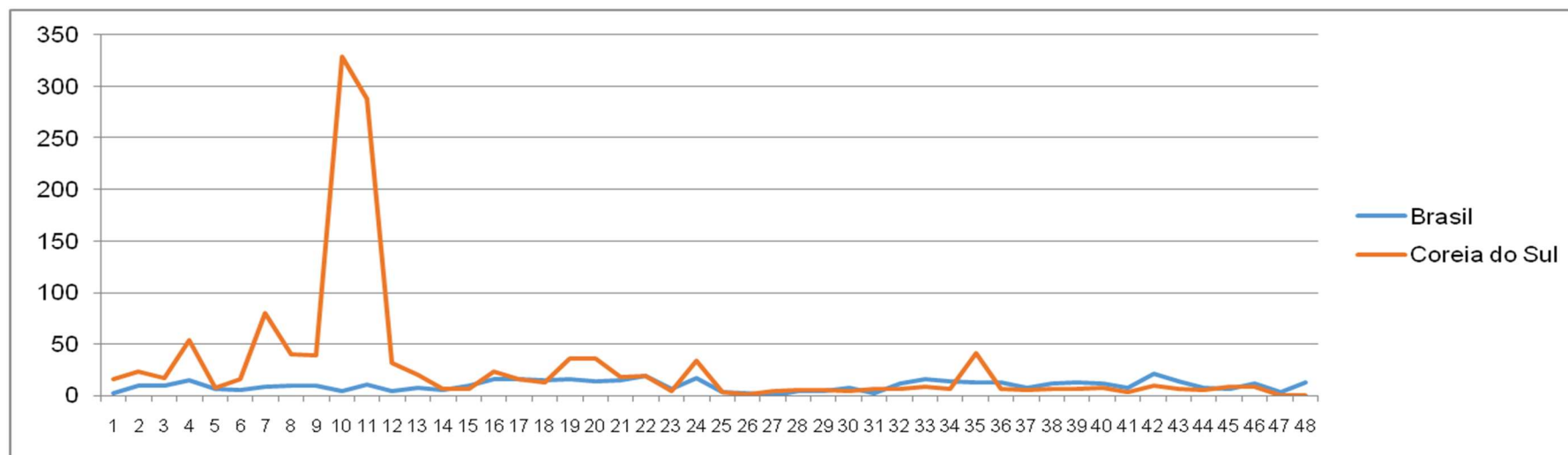
Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV

Nesta seção, as tarifas brasileiras são consistentemente mais elevadas do que aquelas de seu parceiro comercial, merecendo destaque armas e munições, representadas pelo setor nº 93 e brinquedos, setor nº 95.

4.9. Comparativo geral de tarifas e quadro de tarifas aplicadas

As diferenças de tarifas entre Brasil e Coreia podem ser entendidas de maneira mais completa nos dois gráficos abaixo, que abrangem todos os setores acima destacados.

Figura 9 - Gráfico geral de tarifas



Fonte: WTO Data, 2021. Elaboração: CCGI/FGV.

Figura 10 - Gráfico geral de tarifas

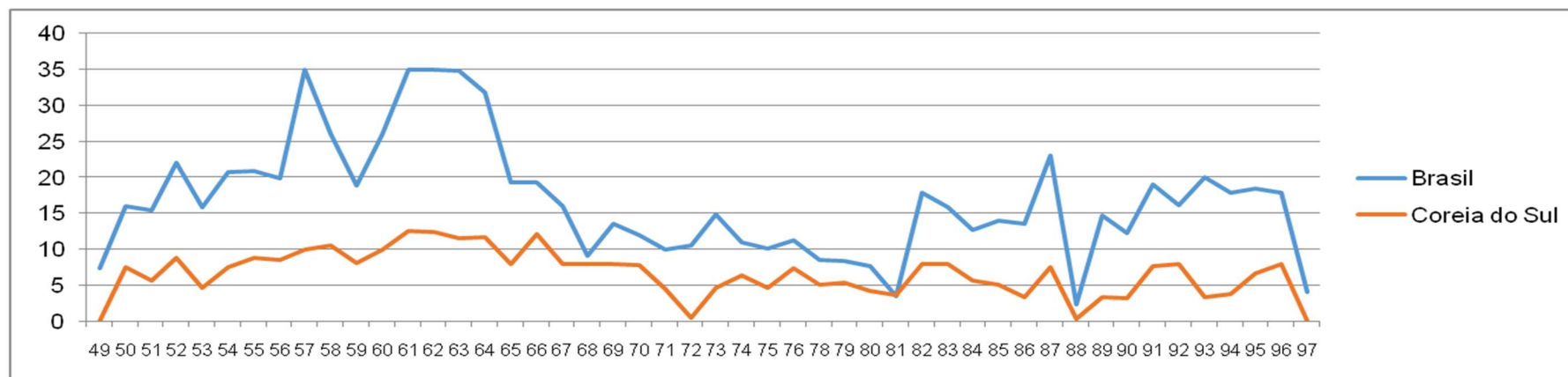


Tabela 5 - Tarifas correspondentes a cada HS

Produto/Setor	HS	WTO Data (MFN, Efetivamente aplicada)	WTO Data (MFN, Média simples)
HS - 01 - Live animals	01	15,6	17,8
HS - 02 - Meat and edible meat offal	02	22,7	23,4
HS - 03 - Fish and crustaceans, molluscs and other aquatic invertebrates	03	16,4	13,5
HS - 04 - Dairy produce; birds' eggs; natural honey; edible products of animal origin, not elsewhere specified or included	04	53,1	60
HS - 05 - Products of animal origin, not elsewhere specified or included	05	7,3	11,2
HS - 06 - Live trees and other plants; bulbs, roots and the like; cut flowers and ornamental foliage	06	15,7	24,5
HS - 07 - Edible vegetables and certain roots and tubers	07	79,6	83,9
HS - 08 - Edible fruit and nuts; peel of citrus fruit or melons	08	40,4	46,8
HS - 09 - Coffee, tea, mate and spices	09	38,8	60,4
HS - 10 - Cereals	10	329,1	315,6
HS - 11 - Products of the milling industry; malt; starches; inulin; wheat gluten	11	288,5	286,4
HS - 12 - Oil seeds and oleaginous fruits; miscellaneous grains, seeds and fruit; industrial or medicinal plants; straw and fodder	12	31,9	40,1
HS - 13 - Lac; gums, resins and other vegetable saps and extracts	13	20	35,7
HS - 14 - Vegetable plaiting materials; vegetable products not elsewhere specified or included	14	6,1	10
HS - 15 - Animal or vegetable fats and oils and their cleavage products; prepared edible fats; animal or vegetable waxes	15	6,3	19,6
HS - 16 - Preparations of meat, of fish or of crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates	16	23,6	37,7
HS - 17 - Sugars and sugar confectionery	17	15,7	24,6
HS - 18 - Cocoa and cocoa preparations	18	12,6	26,7
HS - 19 - Preparations of cereals, flour, starch or milk; pastrycooks' products	19	35,4	59
HS - 20 - Preparations of vegetables, fruit, nuts or other parts of plants	20	35,6	42,5
HS - 21 - Miscellaneous edible preparations	21	17,6	46,8
HS - 22 - Beverages, spirits and vinegar	22	19,4	30,5
HS - 23 - Residues and waste from the food industries; prepared animal fodder	23	4,7	7,8
HS - 24 - Tobacco and manufactured tobacco substitutes	24	33,6	59,9
HS - 25 - Salt; sulphur; earths and stone; plastering materials, lime and cement	25	3,3	5,6
HS - 26 - Ores, slag and ash	26	0,7	1,4
HS - 27 - Mineral fuels, mineral oils and products of their distillation; bituminous substances; mineral waxes	27	4,1	5,4
HS - 28 - Inorganic chemicals; organic or inorganic compounds of precious metals, of rare earth metals, of radioactive elements or of isotopes	28	5,1	5,2

HS - 29 - Organic chemicals	29	5,3	5,6
HS - 30 - Pharmaceutical products	30	4,6	1,2
HS - 31 - Fertilisers	31	5,9	6,5
HS - 32 - Tanning or dyeing extracts; tannins and their derivatives; dyes, pigments and other colouring matter; paints and varnishes; putty and other mastics; inks	32	6,4	7,4
HS - 33 - Essential oils and resinoids; perfumery, cosmetic or toilet preparations	33	8,4	11,3
HS - 34 - Soap, organic surface active agents, washing preparations, lubricating preparations, artificial waxes, prepared waxes, polishing or scouring preparations, candles and similar articles, modelling pastes	34	6,6	6,5
HS - 35 - Albuminoidal substances; modified starches; glues; enzymes	35	40,7	43,9
HS - 36 - Explosives; pyrotechnic products; matches; pyrophoric alloys; certain combustible preparations	36	6,5	6,5
HS - 37 - Photographic or cinematographic goods	37	5,4	5,6
HS - 38 - Miscellaneous chemical products	38	6,3	7,1
HS - 39 - Plastics and articles thereof	39	6,4	6,5
HS - 40 - Rubber and articles thereof	40	7	11,9
HS - 41 - Raw hides and skins (other than furskins) and leather	41	3,6	9,2
HS - 42 - Articles of leather; saddlery and harness; travel goods, handbags and similar containers; articles of animal gut (other than silkworm gut)	42	9,3	15,7
HS - 43 - Furskins and artificial fur; manufactures thereof	43	6,3	18
HS - 44 - Wood and articles of wood; wood charcoal	44	5,2	9,8
HS - 45 - Cork and articles of cork	45	8	13
HS - 46 - Manufactures of straw, of esparto or of other plaiting materials; basketware and wickerwork	46	8	12,7
HS - 47 - Pulp of wood or of other fibrous cellulosic material; recovered (waste and scrap) paper and paperboard	47	0	0
HS - 48 - Paper and paperboard; articles of paper pulp, of paper or of paperboard	48	0	0
HS - 49 - Printed books, newspapers, pictures and other products of the printing industry; manuscripts, typescripts and plans	49	0	0
HS - 50 - Silk	50	7,5	19,2
HS - 51 - Wool, fine or coarse animal hair; horsehair yarn and woven fabric	51	5,7	12,3
HS - 52 - Cotton	52	8,8	12,6
HS - 53 - Other vegetable textile fibres; paper yarn and woven fabrics of paper yarn	53	4,6	8,7
HS - 54 - Manmade filaments	54	7,6	13,7
HS - 55 - Manmade staple fibres	55	8,9	12,7
HS - 56 - Wadding, felt and nonwovens; special yarns; twine, cordage, ropes and cables and articles thereof	56	8,6	20,7
HS - 57 - Carpets and other textile floor coverings	57	10	30
HS - 58 - Special woven fabrics; tufted textile	58	10,6	16,8

fabrics; lace; tapestries; trimmings; embroidery			
HS - 59 - Impregnated, coated, covered or laminated textile fabrics; textile articles of a kind suitable for industrial use	59	8,1	12,5
HS - 60 - Knitted or crocheted fabrics	60	10	30
HS - 61 - Articles of apparel and clothing accessories, knitted or crocheted	61	12,6	31,2
HS - 62 - Articles of apparel and clothing accessories, not knitted or crocheted	62	12,4	25,8
HS - 63 - Other made up textile articles; sets; worn clothing and worn textile articles; rags	63	11,6	22,7
HS - 64 - Footwear, gaiters and the like; parts of such articles	64	11,8	13
HS - 65 - Headgear and parts thereof	65	8	13
HS - 66 - Umbrellas, sun umbrellas, walkingsticks, seat sticks, whips, riding crops and parts thereof	66	12,2	13
HS - 67 - Prepared feathers and down and articles made of feathers or of down; artificial flowers; articles of human hair	67	8	13
HS - 68 - Articles of stone, plaster, cement, asbestos, mica or similar materials	68	8	13
HS - 69 - Ceramic products	69	8	14,3
HS - 70 - Glass and glassware	70	7,8	13,6
HS - 71 - Natural or cultured pearls, precious or semiprecious stones, precious metals, metals clad with precious metal, and articles thereof; imitation jewellery; coin	71	4,5	7,1
HS - 72 - Iron and steel	72	0,4	0,9
HS - 73 - Articles of iron or steel	73	4,6	8
HS - 74 - Copper and articles thereof	74	6,3	9,7
HS - 75 - Nickel and articles thereof	75	4,7	8
HS - 76 - Aluminium and articles thereof	76	7,4	11,7
	77		
HS - 78 - Lead and articles thereof	78	5	9,2
HS - 79 - Zinc and articles thereof	79	5,4	10,3
HS - 80 - Tin and articles thereof	80	4,2	9
HS - 81 - Other base metals; cermets; articles thereof	81	3,6	6,2
HS - 82 - Tools, implements, cutlery, spoons and forks, of base metal; parts thereof of base metal	82	8	14,8
HS - 83 - Miscellaneous articles of base metal	83	8	13,1
HS - 84 - Nuclear reactors, boilers, machinery and mechanical appliances; parts thereof	84	5,7	9
HS - 85 - Electrical machinery and equipment and parts thereof; sound recorders and reproducers, television image and sound recorders and reproducers, and parts and accessories of such articles	85	5,1	6,4
HS - 86 - Railway or tramway locomotives, rollingstock and parts thereof; railway or tramway track fixtures and fittings and parts thereof; mechanical (including electromechanical) traffic signalling equipment	86	3,4	4,2
HS - 87 - Vehicles other than railway or tramway rollingstock, and parts and	87	7,6	11,6

accessories thereof			
HS - 88 - Aircraft, spacecraft, and parts thereof	88	0,3	0,4
HS - 89 - Ships, boats and floating structures	89	3,4	3,4
HS - 90 - Optical, photographic, cinematographic, measuring, checking, precision, medical or surgical instruments and apparatus; parts and accessories thereof	90	3,2	4,6
HS - 91 - Clocks and watches and parts thereof	91	7,7	13,7
HS - 92 - Musical instruments; parts and accessories of such articles	92	8	13,4
HS - 93 - Arms and ammunition; parts and accessories thereof	93	3,3	6
HS - 94 - Furniture; bedding, mattresses, mattress supports, cushions and similar stuffed furnishings; lamps and lighting fittings, not elsewhere specified or included; illuminated signs, illuminated nameplates	94	3,8	6,2
HS - 95 - Toys, games and sports requisites; parts and accessories thereof	95	6,6	12,3
HS - 96 - Miscellaneous manufactured articles	96	7,9	13,1
HS - 97 - Works of art, collectors' pieces and antiques	97	0	0

Fonte: WTO Data, 2021

4.10. Restrições quantitativas, quotas tarifárias e tarifas específicas e tarifas mistas

A seção sobre tarifas incorpora informações da base de dados da OMC (WTO Data). A base de dados trabalha com valores tarifários *ad valorem* ou com valores tarifários com equivalentes *ad valorem*.

Tarifas *ad valorem* são tarifas aplicadas ao valor comercializado de um bem (x%), cobradas sobre o valor comercializado, independentemente da quantidade ou peso adquiridos.

Nestes casos, OMC, UNCTAD, Banco Mundial e demais instituições interessadas sobre o tema buscam calcular qual seria a tarifa que causaria um efeito equivalente sobre o preço de um produto, portanto o nome “equivalente *ad valorem*”. O cálculo de equivalentes *ad valorem* normalmente emprega o uso de modelos quantitativos para contrastar uma política tarifária oficial *vis-à-vis* o quanto é efetivamente importado quando levamos em consideração demais barreiras tarifárias, estipulando a partir de então a alíquota que geraria efeito similar.

Serão abordados os conceitos das três barreiras não tarifárias quantitativas mais comuns: quotas, quotas-tarifárias e tarifas específicas ou mistas. Em seguida, analisam-se os instrumentos empregados pela Coreia do Sul: quotas tarifárias e restrições quantitativas.

4.10.1. Restrições quantitativas

Restrições Quantitativas são todas aquelas que envolvem a imposição de restrições de importação a partir de uma determinada quantidade de importações. Podendo ser determinada em volume, peso ou valor. Normalmente o país que adere à prática opera mediante a venda de licenças de importação. Contudo, o Artigo XI do *General*

Agreement on Trade and Tariffs (GATT) restringiu as modalidades de restrições quantitativas, ainda que não as tenha eliminado por completo, ainda no âmbito de antigos direitos adquiridos.

4.10.2. Quotas-Tarifárias

Quotas tarifárias são um sistema misto entre quotas de importação e tarifas. No caso, um país determina uma tarifa até um determinado valor ou quantidade importados, a partir do momento que o fluxo de importações excede o estipulado, as tarifas aumentam até que atinjam um novo valor e assim sucessivamente até uma tarifa máxima.

4.10.3. Tarifas Específicas e Mistas

Tarifas *ad valorem* incidem sobre o valor dos produtos comercializados, portanto, a quantidade de bens importados ou seu peso não influem nos direitos alfandegários pagos. Já tarifas específicas são justamente aquelas que incidem não sobre o valor da importação, mas de alguma característica específica do produto, comumente seu peso, por vezes a quantidade de bens importados. Tarifas mistas, por sua vez, são aquelas que combinam valores *ad valorem* e valores específicos, ou que utilizam critérios para determinar se uma tarifa será *ad valorem* ou específica para cada ato de importação.

4.10.4. Quotas tarifárias, tarifas específicas e mistas aplicadas pela Coreia do Sul

A Coreia do Sul possui uma série de quotas-tarifárias em diversos setores diferentes como: macieiras, pereiras, pessegueiros e árvores cítricas; mel artificial; feijão; ovos de pássaros; manteiga, outras gorduras e óleos derivados de leite; castanhas; farinhas, sêmolos e grânulos de carnes ou miudezas; produtos forrageiros; alho; gengibre; sorgo de grão; chá verde; amendoim; jujuba; cítrico coreano; lactose; milho; malte; cevada para malte; amido de mandioca; carne bovina; carne de galinha; carne de porco; vacas leiteiras e gado de corte; mel natural; aveia; bolo de óleo e outros resíduos sólidos de sementes de gergelim; cebola; suco de laranja; laranja; pinha, batata e ginseng². A lista de produtos é extensa, alcança ao todo 67 produtos e normalmente envolve linhas tarifárias nacionais, ultrapassando os seis dígitos do Sistema Harmonizado da OMA.

A administração de quotas tarifárias cabe a diversas instituições. Estas incluem ministérios como o Ministério de Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais (MAFRA) e o Ministério de Estratégia e Finanças (MOSF), entidades estatais de comércio como a Corporação Coreana de Agro-Pesca e Comércio de Alimentos e várias associações de produtores que podem incluir membros que processam alimentos importados sob cotas tarifárias. Na maioria dos casos, a agência administradora não produz bens que competem com itens importados, mas os utiliza para o processamento de alimentos ou para o cultivo de animais na medida em que a produção agrícola interna não pode atender a demanda por ingredientes ou matérias-primas utilizadas para alimentos processados.

² Código dos produtos supracitados de acordo com o Sistema Harmonizado utilizando 4 dígitos: 0602, 1702, 0713, 0408, 0405, 0802, 2301, 0703, 0711, 0712, 0910, 1007, 0902, 1202, 2008, 0810, 0813, 0805, 1702, 0712, 1005, 1103, 1104, 1108, 1107, 1003, 1108, 0201, 0202 0207, 0203, 0102, 0409, 1004, 2306, 0703, 0712, 2009, 0805, 0802, 0701, 1211, 1302 e 2106.

A versão mais recente do *Trade Policy Review* da Coreia do Sul esclarece também que os mecanismos usados para alocação de cotas (dependendo do produto) incluem o leilão de cotas, alocação para agência designada, alocação de demanda real e uma combinação delas. A maioria das empresas de comércio estatal está envolvida diretamente na comercialização de produtos importados, vendendo nos mercados de atacado ou distribuindo diretamente aos usuários finais. Empresas comerciais estatais, associações de produtores, associações de processadores e empresas importadoras alocam cotas.

Atualmente, a Coreia do Sul aplica 38 tarifas específicas ou mistas, a maior parte concomitantemente com as referidas quotas-tarifárias. As tarifas abrangem peixe vivo, mel natural, cebola, alho, cenoura, nabo, cogumelo, trufa, vegetais, madeira, funghi, batata, castanha, nozes, gengibre, cevada, grãos de soja, grãos de gergelim, dentre outros.

A lista abaixo com os itens apresenta tarifas específicas.

Tabela 6 - Tarifas específicas da Coreia do Sul

Produto	Código HS	Tarifa
Live fish (excl. ornamental fish, trout [Salmo trutta, Oncorhynchus mykiss, Oncorhynchus clarki, Oncorhynchus aguabonita, Oncorhynchus gilae, Oncorhynchus apache and Oncorhynchus chrysogaster], eels [Anguilla spp.], carp [Cyprinus spp., Carassius spp., Ctenopharyngodon idellus, Hypophthalmichthys spp., Cirrhinus spp., Mylopharyngodon piceus, Catla catla, Labeo spp., Osteochilus hasselti, Leptobarbus hoeveni, Megalobrama spp.], Atlantic and Pacific bluefin tuna [Thunnus thynnus, Thunnus orientalis] and southern bluefin tuna [Thunnus maccoyii])	030199	[28% or 2,052won/kg whichever is the greater]
Natural honey	040900	[243% or 1,864won/kg whichever is the greater]
Onions and shallots	070310	[135% or 180won/kg whichever is the greater]
Garlic	070320	[360% or 1,800won/kg whichever is the greater]
Carrots and turnips	070610	[30% or 134won/kg, whichever is the greater]
Fresh or chilled edible mushrooms and truffles (excl. mushrooms of the genus "Agaricus")	070959	[40% or 1,625won/kg whichever is the greater]
Fruits of the genus Capsicum or of the genus Pimenta	070960	[270% or 6,210won/kg whichever is the greater]
Other vegetables; mixtures of vegetables	071190	[270% or 6,210won/kg whichever is the greater] [360% or 1,800won/kg whichever is the greater]
Onions	071220	[135% or 180won/kg whichever is the greater]
Mushrooms of the genus Agaricus	071231	[30% or 1,218won/kg, whichever is the greater]
Wood ears (Auricularia spp.)	071232	[30% or 1,218won/kg, whichever is the greater]
Jelly fungi (Tremella spp.)	071233	[30% or 1,218won/kg, whichever is the greater]
Dried mushrooms and truffles, whole, cut, sliced, broken or in powder, but not further prepared (excl. mushrooms of the genus "Agaricus", wood ears "Auricularia spp." and jelly fungi "Tremella spp.")	071239	[30% or 842won/kg, whichever is the greater] [30% or 1,218won/kg, whichever is the greater] [40% or 1,625won/kg whichever is the greater]
Dried vegetables and mixtures of vegetables, whole, cut, sliced, broken or in powder, but not further prepared (excl. onions, mushrooms and truffles, not mixed)	071290	[30% or 1,446won/kg, whichever is the greater] [30% or 864won/kg, whichever is the greater] [360% or 1,800won/kg whichever is the greater] [30% or 1,159won/kg, whichever is the greater] [30% or 1,807won/kg, whichever is the greater]
Sweet potatoes	071420	[385% or 338won/kg whichever is the greater]

		greater]
Fresh or dried chestnuts "Castanea spp.", in shell	080241	[219.4% or 1,470won/kg whichever is the greater]
Fresh or dried chestnuts "Castanea spp.", shelled	080242	[219.4% or 1,470won/kg whichever is the greater]
Nuts, fresh or dried, whether or not shelled or peeled (excl. coconuts, Brazil nuts, cashew nuts, almonds, hazelnuts, filberts, walnuts, chestnuts, pistachios, macadamia nuts, kola nuts and areca nuts)	080290	[27.0% or 803won/kg whichever is the greater] [566.8% or 2,664won/kg whichever is the greater]
Fresh tamarinds, cashew apples, jackfruit, lychees, sapodillo plums, passion fruit, carambola, pitahaya and other edible fruit (excl. nuts, bananas, dates, figs, pineapples, avocados, guavas, mangoes, mangosteens, papaws "papayas", citrus fruit, grapes, melons, apples, pears quinces, apricots, cherries, peaches, plums, sloes, strawberries, raspberries, mulberries, blackberries, loganberries, cranberries, fruits of the genus Vaccinium, kiwifruit, durians, persimmons, black-, white- and redcurrants and gooseberries)	081090	[611.5% or 5,800won/kg, whichever is the greater]
Dried peaches, pears, papaws "papayas", tamarinds and other edible fruits (excl. nuts, bananas, dates, figs, pineapples, avocados, guavas, mangoes, mangosteens, citrus fruit, grapes apricots, prunes and apples, unmixed)	081340	[611.5% or 5,800won/kg whichever is the greater]
Fruits of the genus Capsicum or of the genus Pimenta, dried, neither crushed nor ground	090421	[270% or 6,210won/kg whichever is the greater]
Fruits of the genus Capsicum or of the genus Pimenta, crushed or ground	090422	[270% or 6,210won/kg whichever is the greater]
Ginger, neither crushed nor ground	091011	[377.3% or 931won/kg whichever is the greater]
Ginger, crushed or ground	091012	[377.3% or 931won/kg whichever is the greater]
Barley seed for sowing	100310	[299.7% or 361won/kg whichever is the greater] [324% or 326won/kg whichever is the greater]
Barley (excl. seed for sowing)	100390	[299.7% or 361won/kg whichever is the greater] [324% or 326won/kg whichever is the greater]
Soya bean seed, for sowing	120110	[487% or 956won/kg whichever is the greater]
Soya beans, whether or not broken (excl. seed for sowing)	120190	[487% or 956won/kg whichever is the greater]
Sesamum seeds, whether or not broken	120740	[630% or 6,660won/kg whichever is the greater]
Oil seeds and oleaginous fruits, whether or not broken (excl. edible nuts, olives, soya beans, groundnuts, copra, linseed, rape or colza seeds, sunflower seeds, palm nuts and kernels, cotton, castor oil, sesamum, mustard, safflower, melon and poppy seeds)	120799	[40% or 410won/kg, whichever is the greater]
Sesame oil and its fractions, whether or not refined, but not chemically modified	151550	[630% or 12,060won/kg whichever is the greater]
Uncooked pasta, not stuffed or otherwise prepared, not containing eggs	190219	[26% or 206won/kg whichever is greater]
Oilcake and other solid residues, whether or not ground or in the form of pellets, resulting from the extraction of vegetable fats or oils (excl. of cotton seeds, linseed, sunflower seeds, rape or colza seeds, coconut or copra, palm nuts or kernels, or from the extraction of soya-bean oil or groundnut oil)	230690	[63% or 72won/kg whichever is the greater]
Cinematographic film, exposed and developed, whether or not incorporating soundtrack or consisting only of soundtrack, width $\geq$ 35 mm	370610	[1,560won/m or 6.5%] [182won/m or 6.5%] [1,092won/m or 6.5%] [260won/m or 6.5%] [26won/m or 6.5%] [78won/m or 6.5%] [468won/m or 6.5%] [4won/m or 6.5%] [195won/m or 6.5%]
Cinematographic film, exposed and developed, whether or not incorporating soundtrack or consisting only of soundtrack, width $<$ 35 mm	370690	[182won/m or 6.5%] [1,092won/m or 6.5%] [8won/m or 6.5%] [25won/m or 6.5%] [78won/m or 6.5%] [468won/m or 6.5%] [26won/m or 6.5%] [5won/m or 6.5%] [9won/m or 6.5%]
Diagnostic or laboratory reagents on a backing, prepared diagnostic or laboratory reagents whether or not on a backing, and certified reference materials (excl. compound diagnostic reagents designed to be administered to the patient, blood-grouping reagents, animal blood prepared for therapeutic, prophylactic or diagnostic uses and vaccines, toxins, cultures of	382200	[25won/m or 6.5%] [8won/m or 6.5%] [260won/m or 6.5%] [1,560won/m or 6.5%] [1,092won/m or 6.5%] [78won/m or 6.5%] [468won/m or 6.5%] [26won/m or 6.5%] [4won/m or 6.5%] [182won/m or 6.5%]

micro-organisms and similar products)		
Silkworm cocoons suitable for reeling	500100	[51% or 5,276won/kg whichever is the greater]
Raw silk "non-thrown"	500200	[51.7% or 17,215won/kg whichever is the greater]

Fonte: OMC, 2021. Elaboração: CCGI-EESP/FGV

5. Barreiras Técnicas, Medidas Sanitárias, Fitossanitárias e Ambientais na Coreia do Sul

Nesta seção, analisar-se-ão as barreiras técnicas ao comércio (TBT), medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e requisitos ambientais da Coreia do Sul, com base no relatório do Secretariado da OMC - Trade Policy Review ou Revisão de Política Comercial, nos relatórios de barreiras comerciais - Trade Barriers to Trade produzidos pelos EUA e pela UE e nos dados do sistema de gestão de informações (Information Management System - IMS) dos acordos TBT e SPS. Sempre que oportuno, ao longo do texto, estabelecer-se-á comparação entre as atividades e instituições do Brasil e da Coreia do Sul.

Na atualidade, algumas das barreiras mais relevantes ao comércio internacional apresentam características regulatórias. A despeito da existência de regras multilaterais específicas e de organismos internacionais de normalização dedicados à harmonização regulatória, as barreiras de conteúdo técnico, sanitário e fitossanitário continuam a causar dificuldades ao comércio internacional.

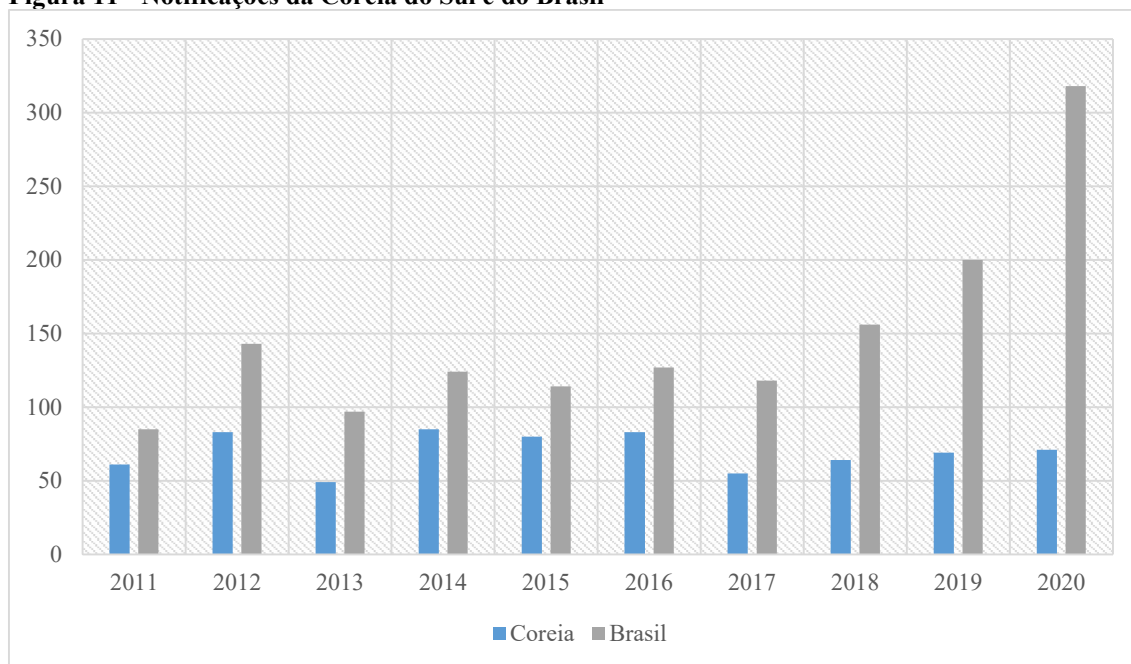
5.1. As barreiras técnicas ao comércio na Coreia do Sul

Este subtópico tem o objetivo de analisar os regulamentos técnicos, as normas técnicas e os procedimentos de avaliação de conformidade da Coreia do Sul, bem como as notificações feitas pelo país ao Comitê TBT.

5.1.1. Coreia do Sul no Acordo TBT

A Coreia do Sul tem número de notificações ao Comitê TBT bastante regular ao longo dos anos. Na comparação com o Brasil, o número de notificações da Coreia do Sul é inferior ao do país sul-americano.

Figura 11 - Notificações da Coreia do Sul e do Brasil



Fonte: OMC, 2021. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

5.1.2. Regulamentos técnicos, normas técnicas e avaliação da conformidade na Coreia do Sul

Na estrutura regulatória sul-coreana, destaca-se a importância de normas legais e infralegais dotadas de escopo regulatório. Menciona-se, igualmente, a construção de uma estrutura institucional vinculada à reforma regulatória, que assume função permanente e central na política regulatória coreana. Em anos recentes, a Coreia do Sul aperfeiçoou significativamente seu sistema de política regulatória. A avaliação *ex post* passou a ser compulsória para todos os regulamentos técnicos criados pelo Executivo, o estudo de impacto regulatório (EIR) passou a ser aplicado aos regulamentos técnicos e às leis primárias de iniciativa do Poder Executivo, como também passou a ser disponibilizado virtualmente aos interessados. Essa medida de transparência possibilitou o aumento da qualidade do EIR e reduziu os custos para a preparação de uma declaração de EIR. A análise das instituições revela que consultas passaram a ser conduzidas para todos os regulamentos técnicos de iniciativa do poder Executivo e que o Centro e-Legislação e o Portal de Informação Regulatória foram criados para informar os interessados sobre consultas futuras e para exigir dos reguladores a apresentação de respostas sobre os comentários apresentados nos portais.

O Ministério de Legislação Governamental (*Ministry of Government Legislation*) é uma instituição central na tomada de decisões regulatórias. Constituído como organismo de coordenação da atividade legislativa, o objetivo central do ministério é a condução da política governamental por meio do aprimoramento de legislação secundária (*lower laws*) e regulamentos técnicos. Cabe também ao ministério a supervisão e o apoio a esforços legislativos do governo na consolidação de uma administração pública eficiente, que, de fato, preste os serviços demandados pela população, bem como atenda às expectativas individuais e coletivas do povo coreano. Essas competências são exercidas por meio da maior sintonia entre situações de fato e de direito e mediante incremento da participação popular e de administrações locais no processo regulatório em sentido amplo. Na

atividade de regulação técnica mais específica, direcionada ao regramento de produtos, destacam-se as seguintes autoridades:

- Agência Coreana de Tecnologia e Normas (KATS);
- Ministério da Economia do Conhecimento (MKE);
- Ministério da Terra, dos Transportes e dos Assuntos Marítimos;
- Agência de Pesquisa de Rádio da Comissão de Comunicações da Coreia;
- Ministério do Trabalho;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Cultura, Esporte e Turismo;
- Ministério da Alimentação, Agricultura, Silvicultura e Pesca;
- Agência Nacional de Gerenciamento de Emergências;
- Ministério da Saúde, Assistência Social e Assuntos Familiares;
- Administração de Alimentos e Medicamentos da Coreia.

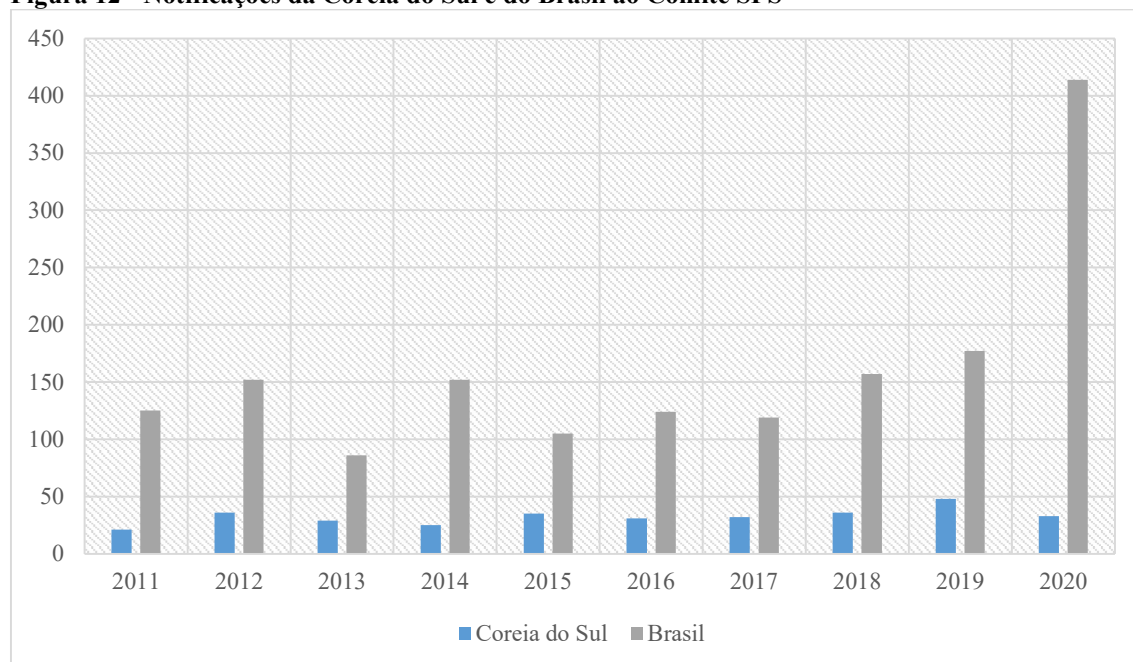
5.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias no comércio da Coreia do Sul

Os aspectos sanitários e fitossanitários da Coreia do Sul serão analisados a partir das notificações do país ao Comitê SPS bem como das medidas sanitárias e fitossanitárias adotadas.

5.2.1. Coreia do Sul no Comitê SPS da OMC

Assim como observado nas notificações ao Comitê TBT, a Coreia do Sul tem número de notificações ao Comitê SPS bastante regular ao longo dos anos. Na comparação com o Brasil, o número de notificações da Coreia do Sul é inferior ao do país sul-americano. A autoridade nacional de notificação ao Comitê SPS é o Ministério de Segurança Alimentar e de Medicamentos.

Figura 12 - Notificações da Coreia do Sul e do Brasil ao Comitê SPS



Fonte: OMC, 2021. Elaboração: CCGI-EESP/FGV.

5.2.2. Medidas sanitárias e fitossanitárias da Coreia do Sul

Na temática alimentar, as principais legislações que afetam os standards de alimentos na Coreia do Sul são os seguintes: a Lei de Saneamento Alimentar (*Food Sanitation Act*), o Código Alimentar (*Food Code*) e o Código Alimentar Aditivo (*Food Additive Code*). Foi instituído um Comitê de Política de Segurança Alimentar (Food Safety Policy Committee) para revisar e coordenar as tarefas de gestão de segurança alimentar que são distribuídas pelos ministérios e pelas agências.³ A estrutura regulatória da Coreia do Sul considera as opiniões dos consumidores bem como da indústria na elaboração de normas e regulamentos.⁴

O Ministério de Alimentos e Segurança de Medicamentos (Ministry of Food and Drug Safety - MFDS) é o responsável pela elaboração de padrões de pesquisa bem como avaliação de novos produtos, desenvolvimento de métodos de teste, monitoramento de produtos para alimentos, dispositivos médicos, produtos farmacêuticos e tecnologia de radiação.⁵

A primeira área em que atua o ministério é a segurança alimentar e seu respectivo sistema de gestão. Ela envolve a fabricação (alimentos processados, aditivos alimentares e alimentos funcionais saudáveis, por exemplo), a distribuição (produtos agrícolas, pecuários ou pesqueiros, alimentos processados, aditivos alimentares, alimentos funcionais saudáveis,) e o consumo (alimentos cozidos, alimentos em restaurantes, serviços de refeições).⁶ O ministério também determina os níveis de resíduos de pesticidas em alimentos de acordo com o Código de Alimentos tanto sobre os produtos nacionais quanto sobre os importados.⁷

São aplicados métodos de gestão de segurança mediante relatório de alimentos, sistema de inspeção de auto-qualidade, o HACCP (Hazard Analysis & Critical Control Points), coleta e inspeção de alimentos distribuídos, sistema de rastreabilidade de alimentos, sistema de proibição de vendas de alimentos prejudiciais, monitoramento de anúncios falsos ou exagerados e inspetores de saneamento de alimentos ao consumidor.⁸

A segunda área de atuação é a segurança alimentar em produtos importados. Ela se baseia no sistema de gestão de segurança alimentar, fundamentado na Lei Especial de Controle da Segurança Alimentar Importada (*Special Act on Imported Food Safety Control*).⁹ Aplica-se o sistema em todo o ciclo de importação nas seguintes atividades:

1. Controle de segurança antes da importação. São realizadas inspeções no local de instalação ou estabelecimento de alimentos estrangeiros, incluindo a avaliação sanitária de produtos animais e de produtos sob controle sanitário especial.

³ Ver: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s346_e.pdf

⁴ Ver: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s346_e.pdf

⁵ Ver: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/south-korea-standards-trade>

⁶ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_9/denofile.do

⁷ Ver: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s346_e.pdf

⁸ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_9/denofile.do

⁹ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de0110021001.do

2. Controle de segurança no desembarço aduaneiro: realiza-se a inspeção de fronteira, mediante a análise de documentos, inspeção de campo, inspeção de perto, amostragem aleatória e pedidos de inspeção.¹⁰

3. Controle de segurança na distribuição: realiza-se a coleta e a inspeção de produtos alimentícios importados bem como a inspeção da compra direta de produtos alimentícios no exterior.¹¹

São aplicados distintos padrões, especificações e regulações. Exemplos deles são padrões e especificações para alimentos; padrões e especificações para aditivos alimentares; padrões e especificações para alimentos funcionais saudáveis; regulamento sobre a aprovação de ingrediente funcional para alimentos funcionais saudáveis; padrões e especificações para aditivos alimentares e padrões e especificações para utensílios de alimentos, recipientes e embalagens.¹²

Podem-se tomar medidas proativas de controle de segurança de produtos importados. Para realizar esse controle, é necessário que seja realizado obrigatoriamente um registro no MFDS por qualquer entidade estrangeira que exporta produtos para a Coreia do Sul. É necessária também a realização de inspeção no local para que seja verificado o estado de saneamento de estabelecimentos de alimentos estrangeiros bem como para certificar os estabelecimentos elegíveis como uma Boa Instalação de Alimentos Estrangeiros (*Good Foreign Food Facility*).¹³

Em termos de rotulagem, o MFDS implementa regulamentos e padrões para determinar os requisitos de rotulagem de produtos alimentícios. A rotulagem de alimentos, além das informações básicas sobre os produtos, também fornece aos consumidores advertências para a segurança, informações nutricionais (por exemplo, quantidade de açúcar, gordura e sódio) e informações especiais para alimentos dietéticos.¹⁴

Ele também aplica um sistema de rotulagem específico para organismos geneticamente modificados e um standard de rotulagem para alimentos geneticamente modificados. No caso da importação desses produtos, a rotulagem como OGM deve constar na declaração de importação. A base jurídica das medidas tomadas quanto a organismos geneticamente modificados (OGM) são a Lei de Saneamento Alimentar (*Food Sanitation Act*) e a Lei de Controle de Qualidade de Produtos Agrícolas e Pesqueiros (*Agricultural and Fishery Products Quality Control Act*).¹⁵

O Serviço Nacional de Gestão de Qualidade de Produtos Agrícolas (*National Agricultural Product Quality Management Service*) é uma organização especializada vinculada ao MFDS, responsável pela definição de padrões e classificações de qualidade para produtos agrícolas e verifica também o cumprimento de marcas de países de origem, bem como rotulagem orgânica para frutas frescas, vegetais, grãos e produtos alimentícios processados.¹⁶ A agência também é responsável pela certificação agrícola de produtos orgânicos não processados e dos produtos orgânicos processados. Ela também determina

¹⁰ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de011002l001.do

¹¹ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de011002l001.do

¹² Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de011002l001.do

¹³ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de011002l001.do

¹⁴ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_14/de011005l001.do

¹⁵ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_14/de011005l001.do

¹⁶ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/main/main.do>

a equivalência orgânica com países estrangeiros.¹⁷ A agência determina os conceitos de produtos agrícolas ecológicos, boas práticas agrícolas, boa comida, rastreabilidade de produtos agrícolas, indicação geográfica e possui regras específicas sobre licores. A tabela abaixo resume cada um desses conceitos.

Tabela 7 - Assuntos trabalhados pelo Serviço Nacional de Gestão de Qualidade de Produtos Agrícolas

Produtos Agrícolas ecológicos	Trata-se de produtos agrícolas nos quais não há o uso ou o uso de pesticidas sintéticos, fertilizantes químicos, antibióticos, bactericidas e outros materiais químicos é reduzido. Além disso, considera como um subproduto da agricultura, pecuária e silvicultura a obtenção da qualidade do ecossistema agrícola e do meio ambiente. Na categoria de produtos agrícolas ecológicos, considera os produtos agrícolas ou pecuários, incluindo os orgânicos e a produção de animais livres de antibióticos. Para cada um desses produtos, há uma etiqueta de certificação específica. A Coreia do Sul possui alguns acordos de equivalência com os Estados Unidos¹⁸ e com a União Europeia¹⁹. O processo de certificação de produtos agrícolas ecológicos pode ser consultado no seguinte sítio eletrônico: https://www.enviagro.go.kr/portal/en/main.do
Boas Práticas Agrícolas	A Agência objetiva construir um sistema de gestão para melhorar a gestão de segurança de alimentos agrícolas desde a fase de produção até a sua comercialização. O Sistema GAP (Good Agricultural Practices) procura aumentar a confiança do consumidor doméstico e fortalecer a competitividade dos produtos agrícolas coreanos no mundo. Segundo a Agência, o Sistema está sendo aplicado na Europa, nos Estados Unidos, Chile, Japão e China, entre outros. O sistema GAP possui procedimento de certificação com um Rótulo GAP para uso doméstico e outro para uso de exportação.
“Good Food”	Trata-se de um sistema pós-certificação. Possui como objetivo melhorar a competitividade dos alimentos coreanos e a qualidade desses alimentos na Coreia do Sul mediante sistemas de certificação e adoção do padrão industrial coreano. É importante salientar que o padrão industrial coreano também se aplica à certificação alimentar. Trata-se da Certificação KS Food. O Sistema Good Food tem por propósito inspecionar as mercadorias no mercado e no local de trabalho dos produtos já certificados, bem como de seus fornecedores. Assim, há dois tipos de certificação: Certificação de Qualidade de Alimentos Tradicionais; e a Certificação KS Food.²⁰
Rastreabilidade de Produtos Agrícolas	Realiza-se o registro e o gerenciamento das informações de cada etapa da cadeia de produção com o objetivo de facilitar o recall de algum produto de maneira rápida e eficiente, contribuir para a constituição de comércio justo e da gestão de riscos bem como garantir a qualidade e a gestão de segurança e eficiência da gestão de estoque. Há rótulo específico de rastreabilidade de produto.²¹
Indicação Geográfica	O objetivo é o de melhorar a qualidade de produtos que possuem especialidade geográfica bem como o de desenvolver a indústria regional

¹⁷ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/main/main.do>

¹⁸ Ver: https://www.enviagro.go.kr/portal/content/en/html/sub/usa_en.jsp

¹⁹ Ver: https://www.enviagro.go.kr/portal/content/en/html/sub/eu_en.jsp

²⁰ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

²¹ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

	especializada mediante o registro de produtos agrícolas e processados que possuem características próprias da área geográfica. ²²
Licor sul-coreano	Há certificação de qualidade para o licor sul-coreano. O objetivo é melhorar a qualidade do licor bem como incentivar a produção de licor com qualidade para os consumidores. ²³

Quanto à rotulagem do país de origem, a agência determina a etiquetagem dos produtos com marca do país de origem ao passar pela alfândega de acordo com a Lei de Comércio Exterior (*Foreign Trade Act*). Quanto aos produtos agrícolas e marinhos e seus produtos processados, a rotulagem ocorre de acordo com a Lei de Cooperação e Intercâmbio Inter-coreano (*Inter-Korean Exchange and Cooperation Act*).²⁴

Sobre a rotulagem de grãos, a agência objetiva melhorar a qualidade do arroz, feijão e outros grãos mediante o fornecimento de informações precisas sobre sua qualidade. Sob a Lei de Gestão de Grãos (*Grain Management Act*), os produtos gerenciados são: arroz, variedades de cevada e outros grãos como feijão e grãos mistos, culturas de raízes e tubérculos, variedades em pó e amido. Definem-se na legislação 7 categorias de rotulagem obrigatória.²⁵

A agência gerencia ainda a Norma Técnica de Produto Agrícola que determina o conteúdo das normas técnicas agrícolas de forma uniforme nacionalmente. Objetiva-se melhorar a comercialização de produtos agrícolas e aumentar a eficiência da distribuição e incentivar o comércio justo. A Norma Técnica possui requisitos obrigatórios como o tipo de produto; e voluntários como o teor de açúcar e acidez e o tamanho da embalagem.²⁶

O MFDS também é responsável pela aprovação de produtos farmacêuticos de acordo com a revisão tecnológica e a inspeção da sua fabricação.²⁷ A importação de produtos farmacêuticos exige uma aprovação específica no âmbito do Ministério.²⁸

Quanto a produtos biofarmacêuticos e fitoterápicos, o MFDS possui um escritório específico com divisões que são as seguintes: Divisão de Política Biofarmacêutica; Divisão de Política de Medicamentos Fitoterápicos; Divisão de Política de Cosméticos e Divisão de Política de Quase Drogas. No geral, cada uma dessas divisões estabelece e executa planos e políticas de gestão nacional bem como revisa regras e regulamentos.²⁹

Quanto a dispositivos médicos, o MFDS possui um processo específico para implementação de normas e regulamentos técnicos.³⁰

O MAFRA também trata de saúde animal e vegetal. O MAFRA objetiva estabelecer um sistema de gestão de produtos agrícolas de modo a construir capacidade inovadora, o

²² Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

²³ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

²⁴ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do?menuId=MN20581>

²⁵ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

²⁶ Ver: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>

²⁷ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_17/denofile.do

²⁸ Ver: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s346_e.pdf

²⁹ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_22/de011012l001.do

³⁰ Ver: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_39/denofile.do

crescimento sustentável da agricultura e dos alimentos bem como uma infraestrutura para que as áreas rurais sejam habitáveis.³¹ O ministério determina a política e os regulamentos sobre agricultura, produtos agrícolas, inspeção de quarentena, gado, laticínios e produtos florestais.

As principais tarefas para 2021 do MAFRA são as seguintes: estabelecimento de base para a segurança alimentar e para o sistema de demanda; institucionalização do sistema de prevenção e controle de prevenção de doenças; melhoria da atividade agrícola pós COVID-19; neutralidade de carbono na zona de agricultura e adaptação à mudança climática.

Na área de saúde animal, o Ministério possui três divisões sobre quarentena: Divisão de Política de Quarentena; Divisão de Quarentena de Febre Aftosa e Divisão de Quarentena de Gripe Aviária. Abaixo seguem as responsabilidades de cada uma dessas divisões:

Tabela 8 - Divisões sobre a Política de Quarentena do MAFRA

Divisão de Política de Quarentena	Estabelecer planos de médio a longo prazo para quarentena de animais; Gerenciamento geral do orçamento de quarentena de animais domésticos; Operação da 'Lei sobre a Prevenção de Doenças Contagiosas de Animais' e 'Lei de Laboratórios de Serviços Veterinários'; Gerenciamento de acompanhamento de gado em cemitérios; Gestão geral e operação da sala de controle de medidas quarentenárias; Negócios vinculados à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); Gestão da higiene e segurança de produtos pecuários.
Divisão de Quarentena de Febre Aftosa	Estabelecer e implementar medidas de quarentena contra a febre aftosa; Gestão geral das medidas de quarentena para animais domésticos de grande e médio porte na Coreia; Questões relativas à licença veterinária e oferta e demanda de mão de obra veterinária; Operação da política veterinária de quarentena pública e gestão de quarentena pública veterinária; Empresas relacionadas à vacina contra a febre aftosa; Operação da 'Lei dos Veterinários' e da 'Lei dos Veterinários do Serviço Público para Prevenção de Epidemias'; Compensação pelo abate; Sistema de Informação da Saúde Animal da Coreia do Sul (KAHIS) e gestão de veículos de gado; Operação do grupo de inspeção central e educação de quarentena.
Divisão de Quarentena Gripe Aviária	Questões relacionadas ao manejo de medicina animal; Estabelecimento e implementação de medidas de quarentena contra a gripe aviária; Questões relacionadas à avaliação comercial da quarentena de gado; Estabelecimento e implementação de medidas de quarentena contra doenças infecciosas em vacas domésticas (incluindo zoonose); Negócios relacionados à vacina contra gripe aviária.

Fonte: MAFRA

A quarentena é realizada pela Agência de Quarentena de Animais e Plantas (*Animal and Plant Quarantine Agency*) com o objetivo de melhorar o sistema de quarentena de doenças dos animais e vegetais e garantir a segurança dos produtos agropecuários. A agência é responsável pela prevenção da introdução de ervas daninhas, pragas e doenças que são provenientes de plantas, frutas e vegetais importados.³²

³¹ Ver: <https://www.mafra.go.kr/english/763/subview.do>

³² Ver: https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=Food%20and%20Agricultural%20Import%20Regulations%20and%20Standards%20Report_Seoul_Korea%20-%20Republic%20of_3-22-2019.pdf

Por fim, o Ministério dos Oceanos e Pescas (*Ministry of Oceans and Fisheries*) é responsável pela saúde aquática, o que inclui medidas de quarentena de importação para produtos de pesca bem como segurança para a exportação de produtos de pesca.

O Ministério dos Oceanos e Pescas da Coreia do Sul é responsável por executar trabalhos sobre navegação, indústria portuária, indústria pesqueira, comunidade pesqueira, cidade costeira, meio ambiente marinho, segurança marítima, turismo marinho e atividade de lazer e território marítimo³³. A atuação do ministério também é importante quanto a medidas SPS, por exemplo, o Ministério adicionou o Tilapia Lake Virus (TiLV) e o Decapod Iridescent Virus1 (DIV1) às doenças designadas no Artigo 2 (6) da Lei de Controle de Doenças da Vida Aquática e Artigo 1 da Regra de Execução do mesmo ato do diante do surto de doenças emergentes em peixes no exterior como medida de emergência na OMC (G/SPS/N/KOR/692)³⁴.

Em 2021, as prioridades do ministério são: tomar medidas para auxiliar a recuperação econômica, recuperar o setor pesqueiro, tomar medidas para alcançar a neutralidade de carbono no setor marítimo e de pesca, garantir a transformação digital dos setores marítimo e de pescas e reforçar a rede de segurança e inclusão nos setores marítimo e de pesca. De acordo com o último objetivo, a Agência de Serviços Nacionais de Gestão da Qualidade dos Produtos Pesqueiros (*National Fishery Products Quality Management Services Agency*) aumentará a segurança no consumo de peixes e de produtos pesqueiros mediante a quarentena de organismos aquáticos importados/ exportados bem como o controle de doenças de organismos aquáticos.³⁵

5.3. Medidas ambientais no comércio da Coreia do Sul

Entre 2009 e 2020, houve 287 medidas da Coreia do Sul sobre medidas técnicas relacionadas ao meio ambiente. Entre as temáticas, estão a proteção da camada de ozônio, substâncias químicas, tóxicas e perigosas, gestão de agricultura sustentável, gestão de resíduos e reciclagem, conservação e eficiência de energia, redução da poluição e mudanças climáticas, proteção animal, biodiversidade e ecossistema, mitigação de outros riscos ambientais, gestão sustentável da pesca, conservação de recursos naturais, implementação e conformidade com os Acordos Multilaterais de Meio Ambiente, proteção animal, gestão e conservação da água, proteção de plantas, gestão e conservação do solo, promoção de bens e serviços ambientais e redução da poluição do ar.³⁶

A Coreia do Sul notificou essas temáticas como barreiras técnicas, procedimentos de licenciamento de importação, restrições quantitativas, medidas relacionadas à agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, subsídios e medidas compensatórias, facilitação de comércio e acordos regionais de comércio.³⁷

³³ Ver: <https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1466>

³⁴ Ver: [https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True&CatalogueIdList=265503,265504,265505,265110,265020,265023,264848,264849,264837,264776&CurrentCatalogueIdIndex=3&FullTextHash=371857150)

[DP.aspx?language=E&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True&CatalogueIdList=265503,265504,265505,265110,265020,265023,264848,264849,264837,264776&CurrentCatalogueIdIndex=3&FullTextHash=371857150](https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True&CatalogueIdList=265503,265504,265505,265110,265020,265023,264848,264849,264837,264776&CurrentCatalogueIdIndex=3&FullTextHash=371857150)

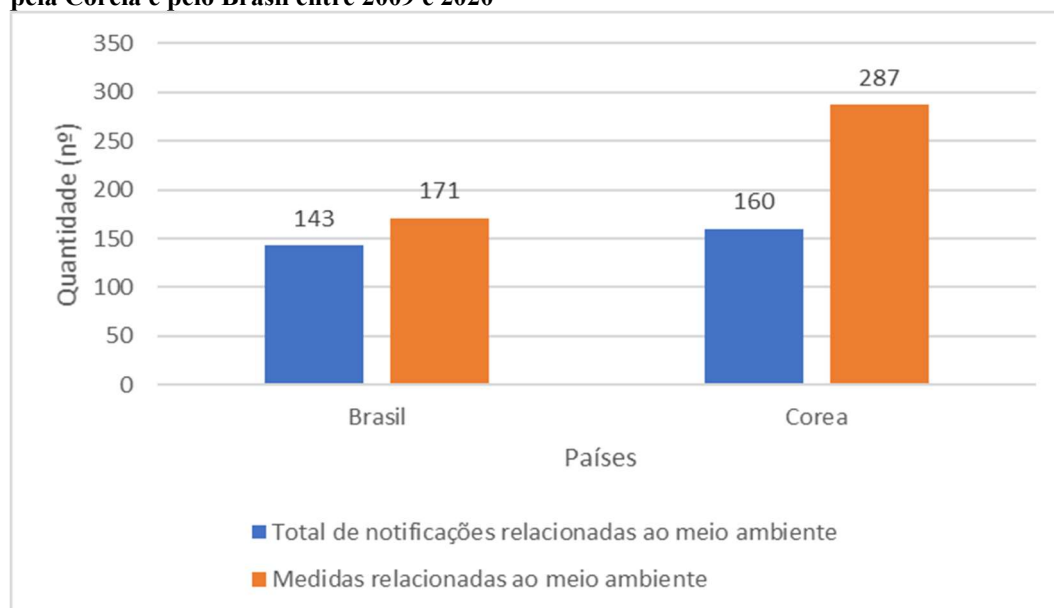
³⁵ Ver: <https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1503>

³⁶ Ver: <https://edb.wto.org/>

³⁷ Ver: <https://edb.wto.org/>

Abaixo, o gráfico compara as medidas e notificações na OMC da Coreia do Sul e do Brasil:

Figura 13 - Comparação de medidas e notificações relacionadas a meio ambiente na OMC feitas pela Coreia e pelo Brasil entre 2009 e 2020



Fonte: Base de dados ambientais da OMC, 2021.

6. Comércio de Serviços

O presente capítulo foi baseado na última versão do Relatório de Revisão de Política Comercial (TPR)³⁸ da Coreia do Sul, publicado pela OMC em setembro de 2021, complementado por informações coletadas no relatório de barreiras comerciais produzido pelo USTR e por dados disponibilizados no Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e no Conselho de Serviços da OMC.

6.1. Características do comércio de serviços na Coreia do Sul

A análise é iniciada com os dados da importação e da exportação de serviços pela Coreia do Sul. Em 2019, segundo dados da OMC, a Coreia do Sul importou US \$130,62 bilhões em serviços e exportou US \$107,63 bilhões, gerando um déficit de US \$23 bilhões, conforme informações do *World Integrated Trade Solutions* do Banco Mundial/UNCTAD.³⁹ Os principais destinos das exportações de serviços são China, Estados Unidos, União Europeia e Japão. Transporte, outros serviços de negócios e viagens são os principais serviços comercializados.

As figuras abaixo mostram a evolução das importações e exportações de serviços dos últimos cinco anos na Coreia.

³⁸ A maior parte desta seção foi atualizada conforme informações da Revisão de Política Comercial do Vietnã, publicado em abril de 2021. Disponível em https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s414_e.pdf. Acesso em: 2/12/2021. Trechos explicativos de instituições e políticas que eram mais completos no documento de 2016 foram mantidos.

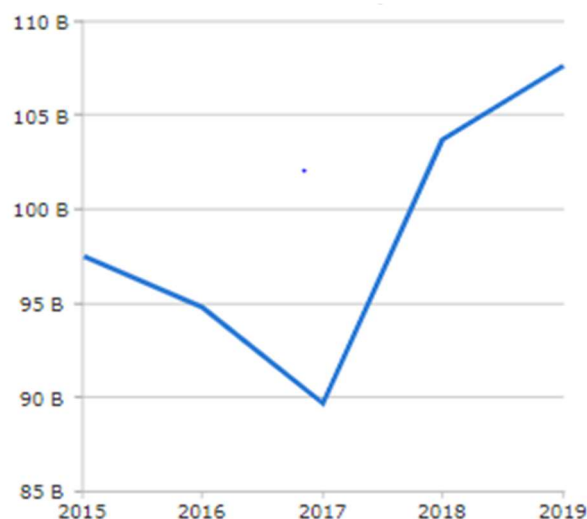
³⁹ WITS/OMC. Disponível em: [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/TradeIndicators). Acesso em: 02/09/2021.

Figura 14 - Importação de serviços na Coreia do Sul nos últimos anos (em US\$)



Fonte: WITS, 2021.

Figura 15 - Exportação de serviços na Coreia do Sul nos últimos anos



Fonte: WITS, 2021

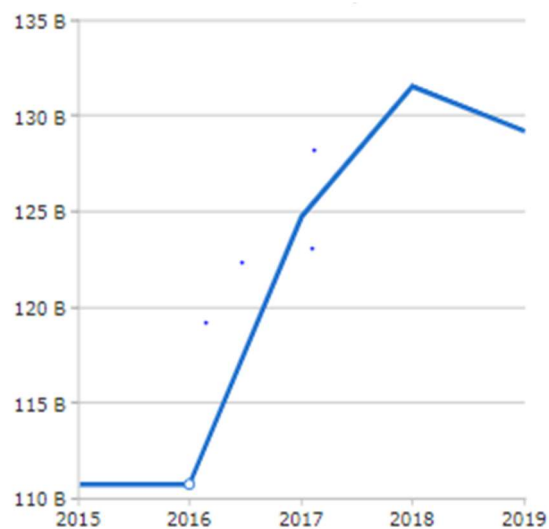
Os gráficos mostram que nos últimos anos, houve um aumento tanto das importações quanto das exportações de serviços. As importações apresentaram aumento substancial depois de 2016, caindo suavemente em 2019. Já as exportações de serviços caíram até 2017 e retomaram o crescimento em 2018 e 2019.

Em termos de serviços comerciais, exclusivamente, as importações foram de US \$129,17 bilhões em 2019 e as exportações foram de US \$106,994 bilhões em 2019, implicando um déficit de US \$22,3 bilhões. A trajetória é parecida com o comércio de serviços gerais.⁴⁰

As figuras abaixo mostram a evolução das importações e exportações de serviços dos últimos cinco anos na Coreia.

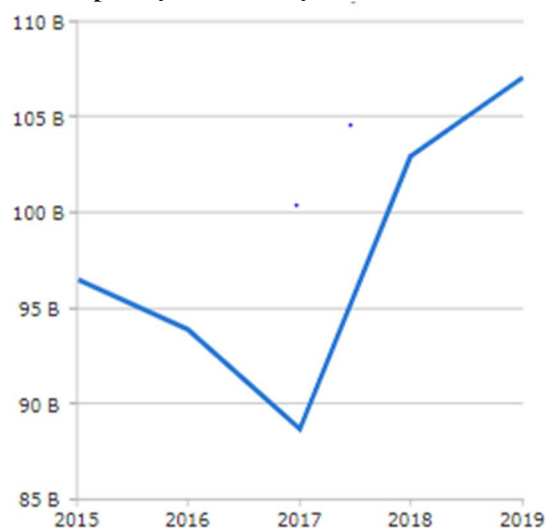
⁴⁰ WITS/OMC. Disponível em: [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/Trade-Indicators). Acesso em: 02/09/2021.

Figura 16 - Importações de serviços comerciais da Coreia do Sul (in US\$)



Fonte: WITS, 2021.

Figura 17 - Exportações de serviços comerciais na Coreia do Sul



Fonte: WITS, 2021

No que se refere aos serviços de transporte, como porcentagem das importações de serviços comerciais, em 2019, o índice foi de 21,82%. Esse índice vem caindo nos últimos anos, conforme mostra a imagem. Em 2015 era 26,62%.⁴¹

⁴¹ Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/TradeIndicators). Acesso em 02/09/2021.

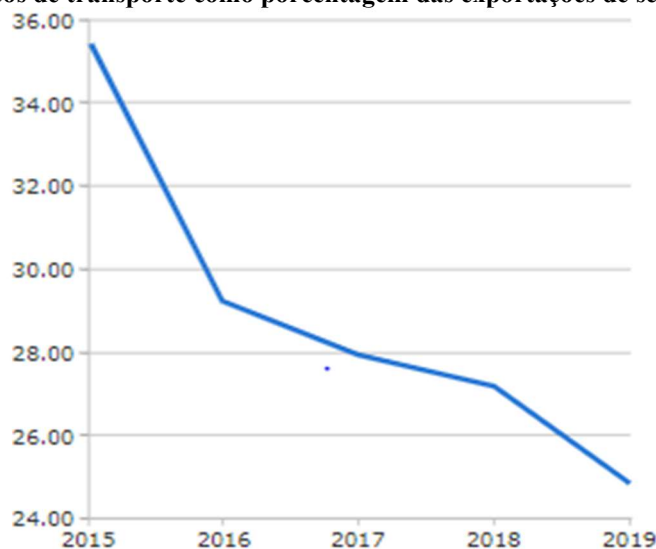
Figura 18 - Serviços de transporte como porcentagem das importações de serviços comerciais



Fonte: WITS, 2021

No tocante aos serviços de transporte, como porcentagem das exportações de serviços comerciais, em 2019, o índice foi de 24,83%. Em 2015, foi de 35,40, o que também indica uma redução nos últimos anos, conforme mostrado na imagem 6.⁴²

Figura 19 - Serviços de transporte como porcentagem das exportações de serviços comerciais



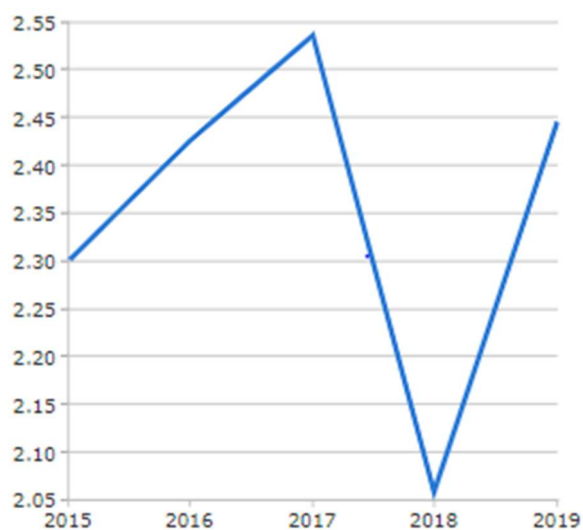
Fonte: WITS, 2021

Em termos de serviços de seguro e financeiros como porcentagem das importações de serviços comerciais, em 2019, esse índice foi de 2,44%, enquanto em 2015, foi de 2,30%. Em termos de porcentagem das exportações comerciais, em 2019, os serviços de seguro e financeiros perfizeram 3,52% e 2,46% em 2015, conforme mostrado nas figuras 19 e 20.⁴³

⁴² WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/TradeIndicators). Acesso em 02/09/2021.

⁴³ WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data (worldbank.org)). Acesso em 02/09/2021.

Figura 20 - Serviços de seguro e financeiros em porcentagem das importações de serviços comerciais



Fonte: WITS, 2021

Figura 21 - Serviços de seguro e financeiros em porcentagem das exportações de serviços comerciais



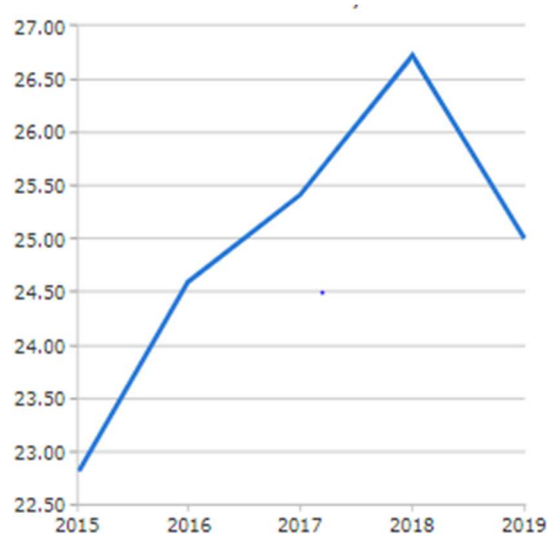
Fonte: WITS, 2021

No que se refere aos serviços de viagem, como porcentagem das importações comerciais de serviços, a Coreia apresentou um índice de 25,01% em 2019 e 22,81% em 2015. Já os serviços de viagem como porcentagem das exportações comerciais de serviços perfizeram 20,21% em 2019 e 15,34% em 2015, conforme mostrado nas figuras 9 e 10.⁴⁴

Figura 21.

⁴⁴WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/Trade-Indicators). Acesso em 02/09/2021.

Figura 22 - Serviços de viagem como porcentagem das importações comerciais de serviços



Fonte: WITS, 2021

Figura 23 - Serviços de viagem como porcentagem das exportações comerciais de serviços



Fonte: WITS, 2021

Quanto aos serviços de viagem em relação às importações totais de serviços, a porcentagem foi de 24,72% em 2019 e 22,54% em 2015. Já os serviços de viagem como porcentagem das exportações totais de serviços, teve como índice 20,09% em 2019 e 15,18% em 2015. A evolução dos serviços de viagem pode ser observada nas figuras 11 e 12.⁴⁵

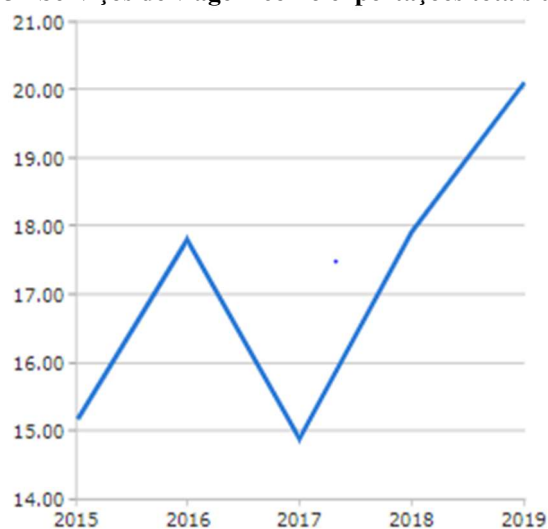
⁴⁵ WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea,Rep/TradeIndicators). Acesso em 02/09/2021.

Figura 24 - Serviços de viagem como importações totais de serviços



Fonte: WITS, 2021

Figura 25 - Serviços de viagem como exportações totais de serviços

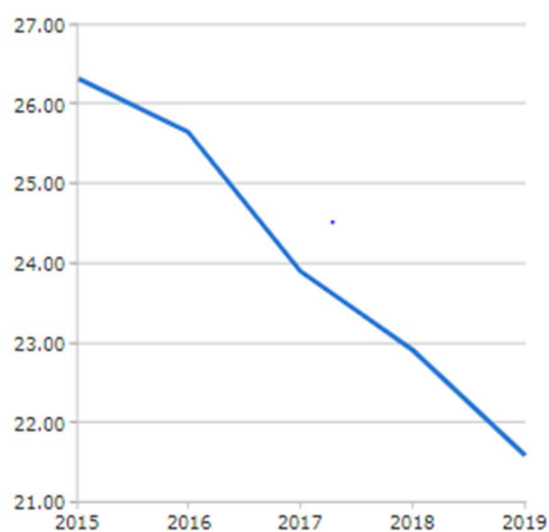


Fonte: WITS, 2021

No que se refere aos serviços de transporte em relação a importações totais, em 2019, tais serviços perfizeram 21,58%, e 26,3% em 2015. Em relação às exportações totais de serviços, os serviços de transporte perfizeram 24,69% em 2019 e 35% em 2015, conforme as figuras 13 e 14 abaixo.⁴⁶

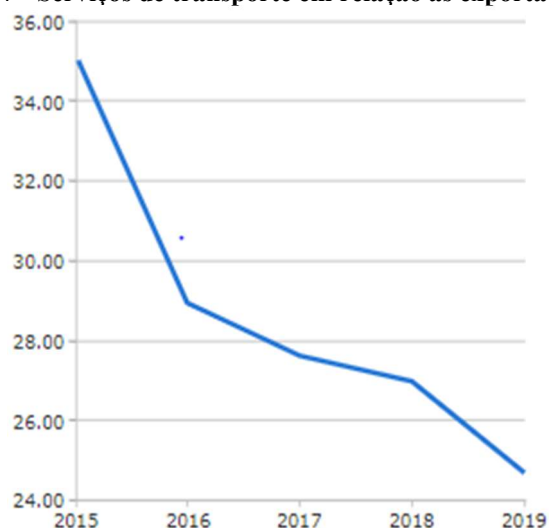
⁴⁶ WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/Trade-Indicators). Acesso em 02/09/2021.

Figura 26 - Serviços de transporte em relação às importações totais



Fonte: WITS, 2021

Figura 27 - Serviços de transporte em relação às exportações totais



Fonte: WITS, 2021

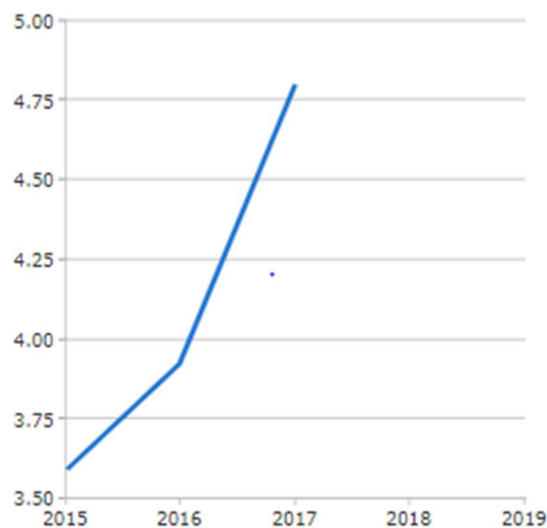
Em relação aos serviços de informática e comunicação, nas figuras 15 e 16, é possível analisar o crescimento das exportações de serviços coreanos relacionados à informação, ciência e tecnologia (ICT) no total em dólar e em porcentagem das exportações de serviços totais. Como é possível perceber, o crescimento do setor de ICT é bastante significativo nos últimos anos.

Figura 28 - Serviços de informática e comunicação em US\$



Fonte: WITS, 2021

Figura 29 - Serviços de informática e comunicação em porcentagem das exportações totais

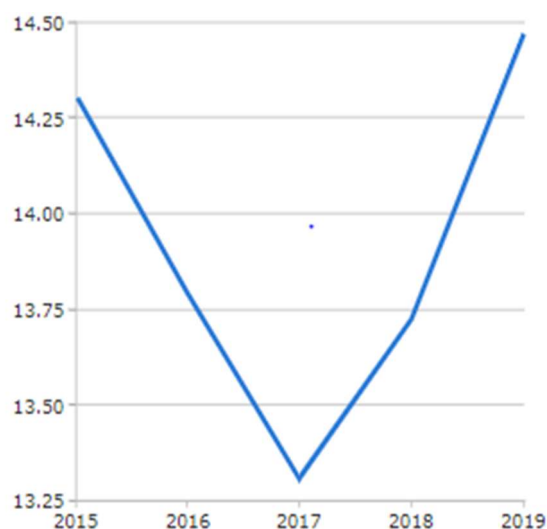


Fonte: WITS, 2021

O comércio total de serviços em proporção do PIB foi de 14,47% em 2019, um patamar estável partindo de 14,3% em 2015, conforme a figura 17.⁴⁷

⁴⁷ WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Trade-Indicators). Acesso em 02/09/2021.

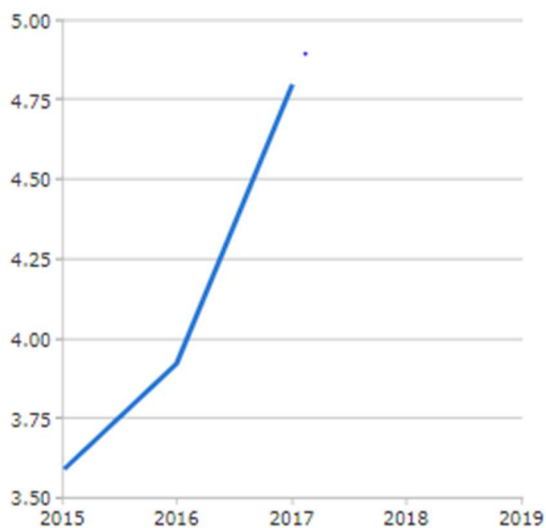
Figura 30 - Comércio total de serviços em relação ao PIB



Fonte: WITS, 2021

Em relação às exportações de serviços relacionados à inovação, ciência e tecnologia (ICT), segundo dados disponíveis até 2017, esses serviços correspondiam a 4,79% das exportações totais de serviços em 2017. Não há dados para anos posteriores. Em relação aos valores, os serviços de ICT somaram US \$4,3 bilhões de dólares em 2017, conforme é possível analisar nas figuras 18 e 19.⁴⁸

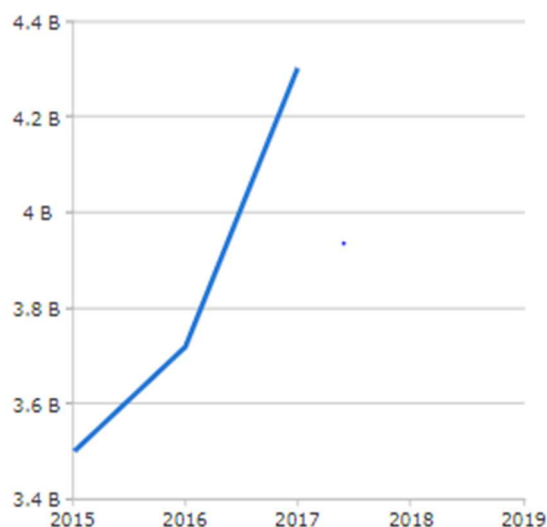
Figura 31 - Exportações de serviços de ICT em relação às exportações totais de serviços em porcentagem



Fonte: WITS, 2021

⁴⁸ WITS/OMC. Disponível em [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](https://wits.worldbank.org/Korea/Rep/Trade-Indicators). Acesso em 02/09/2021.

Figura 32 - Exportações de serviços de ICT em relação às exportações totais de serviços em valores em dólar



Fonte: WITS, 2021

O setor de serviços da Coreia do Sul cresceu de 60,5% para 62,3% em 2020, enquanto a parcela de empregados neste setor permanece em cerca de 70% da força de trabalho. Em 2020, o maior contribuinte para o valor agregado total do setor de serviços é o setor imobiliário, seguido pelo atacado e varejo; administração pública e defesa; serviços profissionais, científicos e técnicos; e finanças e seguros.

A produtividade do trabalho do setor de serviços, embora superior à do setor agrícola, ainda é inferior à do setor manufatureiro e está muito abaixo da média da OCDE (85%). A produtividade em serviços de TIC e a produtividade em outros serviços às empresas são 74% e 41%, respectivamente, do da manufatura. A produtividade é ainda menor no atacado e varejo, transporte e hotelaria (31% da produtividade da manufatura).

Com base nos dados publicados pelo Korea Productivity Center, os índices de produtividade do trabalho nos setores de serviços e manufatura foram de 108,7 e 117,2, respectivamente, em 2020. No entanto, esses índices não são facilmente comparáveis.

6.2. Compromissos frente ao GATS e aos acordos regionais de comércio

Desde a apresentação de sua oferta condicional revisada relativa a serviços em 2005, a Coreia não fez nova oferta. Seus compromissos do GATS cobrem 98 dos 155 setores. A Coreia adotou compromissos de liberalização de serviços sob vários RTAs com o objetivo de alcançar um nível maior de liberalização para além de seus compromissos do GATS.

Durante o período 2016-2020, a Coreia notificou à OMC seus RTAs (Regional Trade Agreements) com a Colômbia que entrou em vigor em 2016, com cinco países da América Central, que entrou em vigor em 2021 e com o Reino Unido, que entrou em vigor em 2021, todos os quais contêm compromissos de liberalização de serviços.

Em 2016, a Coreia assinou, com a Austrália, Japão, Nova Zelândia e Tailândia, um Memorando de Cooperação para o estabelecimento e implementação da iniciativa

Passaporte de Fundos da Região da Ásia (ARFP). O ARFP pretende estabelecer um mercado regional para estruturas de investimento coletivo, facilitando ofertas transfronteiriças nas economias participantes. Para implementar esta empreitada, a Lei de Serviços de Investimento Financeiro e Mercados de Capitais foi alterada, e a alteração entrou em vigor em maio de 2020. Durante o período entre 2016 e 2020, a Coreia também notificou à OMC seus acordos de reconhecimento mútuo com o estado do Texas nos EUA e com a Austrália sobre profissionais de engenharia.

A seguir, relatam-se aspectos gerais das disciplinas jurídicas dos diversos tipos de serviços na Coreia do Sul.

6.3. Serviços financeiros

Entre 2016 e 2020, o setor de serviços financeiros apresentou crescimento considerável, registrando uma taxa de 9,1% em 2020. Sua contribuição para o PIB passou de 5,6% em 2016 para 6,3% em 2020, e representava cerca de 2,9% do emprego total em 2020 (OMC, 2021). A superação dos desafios apresentados pela pandemia foi possível graças ao apoio governamental. Entre fevereiro de 2020 e abril de 2021, o setor financeiro injetou 357 trilhões de won (US \$323 bilhões) na economia em novos empréstimos, rolagens de empréstimos e garantias de pagamento.

A Comissão de Serviços Financeiros (FSC) e seu órgão executivo, o Serviço de Supervisão Financeira (FSS), regulamentam o setor de serviços financeiros da Coreia do Sul. A FSC é responsável pelas políticas financeiras e supervisão das instituições financeiras, enquanto o FSS regula os mercados e instituições financeiras sob a direção e supervisão da FSC. A Comissão de Valores Mobiliários e Futuros (SFC) dentro do FSC supervisiona e regula os mercados de valores mobiliários e futuros.

A estrutura de supervisão financeira da Coreia passou por grandes mudanças após a crise financeira asiática em 1997. Para garantir a supervisão eficaz e eficiente de todos os setores financeiros, a FSC foi estabelecida em abril de 2008 como uma agência de supervisão integrada com a consolidação de autoridades de supervisão financeira em todos os setores financeiros.⁴⁹

A Comissão de Supervisão Financeira foi reorganizada na atual Comissão de Serviços Financeiros (FSC) em 29 de fevereiro de 2008 com a integração do Gabinete de Política Financeira do antigo Ministério das Finanças e Economia. A FSC, portanto, tem autoridade estatutária para redigir e alterar as leis e regulamentos financeiros e emitir licenças regulamentares para instituições financeiras.⁵⁰ A FSC é responsável por formular políticas financeiras, supervisionar instituições financeiras e mercados financeiros, proteger os consumidores e promover o setor financeiro da Coreia.

Além disso, o FSC supervisiona questões internacionais, como a supervisão de transações de câmbio conduzidas por instituições financeiras para garantir sua solidez financeira. A Korea Financial Intelligence Unit (KoFIU), que também foi integrada à FSC como parte

⁴⁹Comissão de Serviços Financeiros da Coreia. Disponível em [Introduction - Financial Services Commission \(fsc.go.kr\)](https://fsc.go.kr). Acesso em 25/08/2021

⁵⁰Comissão de Serviços Financeiros da Coreia. Disponível em [Introduction - Financial Services Commission \(fsc.go.kr\)](https://fsc.go.kr). Acesso em 25/08/2021.

da reorganização, lidera os esforços financeiros de combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo do governo.⁵¹

O Serviço de Supervisão Financeira (FSS)⁵² foi estabelecido em 2 de janeiro de 1999, como autoridade supervisora totalmente integrada da Coreia sob a Lei sobre o Estabelecimento de Organizações de Supervisão Financeira (a “Lei de Estabelecimento”) que a Assembleia Nacional da Coreia do Sul aprovou em 29 de dezembro de 1997. A lei criou o FSS como uma autoridade supervisora quase governamental especialmente legislada e encarregada da supervisão financeira de todo o setor financeiro.

Antes da criação do FSS, a supervisão financeira era realizada por quatro autoridades setoriais distintas, com poderes abrangentes significativos do ministério das finanças. Para os supervisores do setor bancário, o Escritório de Supervisão Bancária do Banco da Coreia conduziu exames de bancos comerciais e agências de bancos estrangeiros, enquanto o Ministério das Finanças assumiu a responsabilidade primária pela supervisão de bancos de política afiliados ao governo e instituições de crédito não bancárias. Da mesma forma, a supervisão do setor de valores mobiliários foi compartilhada pelo Conselho de Supervisão de Valores Mobiliários e o Ministério das Finanças, e a supervisão do setor de seguros pelo Conselho de Supervisão de Seguros e pelo Ministério das Finanças. A supervisão de outras empresas financeiras não bancárias era geralmente dividida entre o Ministério das Finanças e o Escritório de Supervisão Bancária do Banco da Coreia.⁵³

Embora as deficiências institucionais e sistêmicas que vieram à tona durante a crise financeira asiática de 1997 reforçassem a necessidade de reforma das estruturas regulatórias e de supervisão, havia um amplo reconhecimento, mesmo antes da crise, das mudanças necessárias para lidar com o cenário do mercado financeiro em evolução. Isso variava desde a convergência acelerada de serviços financeiros até a indefinição das fronteiras tradicionais entre atividades bancárias e não bancárias. A confluência de liberalização, desregulamentação e globalização do mercado financeiro que estavam ganhando impulso entre os países na época também apontou para a necessidade de uma reforma sistêmica ousada para melhorar drasticamente a eficácia da regulamentação e supervisão financeira da Coreia.⁵⁴

Reconhecendo a necessidade de reforma, o governo criou um comitê presidencial em janeiro de 1997 para explorar maneiras de criar regulamentação e supervisão financeiras mais eficientes e robustas. O comitê seguiu com recomendações que culminaram com a criação da Comissão de Supervisão Financeira como autoridade reguladora integrada em 1 de abril de 1998, e a criação do FSS como autoridade de supervisão integrada em 2 de janeiro de 1999.⁵⁵

⁵¹ Comissão de Serviços Financeiros da Coreia. Disponível em [Introduction - Financial Services Commission \(fsc.go.kr\)](https://fsc.go.kr). Acesso em 25/08/2021.

⁵² Serviço de Supervisão Financeira da Coreia. Disponível em [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁵³ Serviço de Supervisão Financeira da Coreia. Disponível em [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁵⁴ Serviço de Supervisão Financeira da Coreia. Disponível em [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁵⁵ Serviço de Supervisão Financeira da Coreia. Disponível em [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

Como parte da grande reorganização do governo, a Comissão de Supervisão Financeira consolidou o Gabinete de Política Financeira sob o Ministério de Estratégia e Finanças (antigo Ministério das Finanças e Economia) e tornou-se a Comissão de Serviços Financeiros (FSC) em 29 de fevereiro de 2008. Além disso, o nome da Lei de Estabelecimento, anteriormente Lei sobre o Estabelecimento de Organizações de Supervisão Financeira, foi alterado para Lei sobre o Estabelecimento da Comissão de Serviços Financeiros.⁵⁶

Como resultado do sistema de dois níveis criado pela lei, a FSC assume a responsabilidade primária pela regulamentação e licenciamento, enquanto o FSS conduz principalmente supervisão prudencial, supervisão do mercado de capitais, proteção ao consumidor e outras atividades de supervisão e fiscalização conforme delegado ou cobrado pela FSC. Como autoridade reguladora do governo, a FSC é composta por funcionários públicos, mas o FSS, como autoridade supervisora especialmente legislada, é composto por funcionários do setor privado que não fazem parte do sistema de serviço público do governo.

O setor de serviços financeiros inclui bancos e instituições financeiras não bancárias, incluindo companhias de seguros. É regulamentado de acordo com:

- a Lei das Holdings Financeiras (FHCs), mais recentemente alterada em dezembro de 2018 para refletir uma mudança em uma exigência de notificação;
- a Lei de Serviços de Investimento Financeiro e Mercado de Capitais, alterada em maio de 2020, e cujas principais alterações incluem a conversão do princípio de pré-relato para operação simultânea e negócios incidentais em um princípio de pós-relato, a expansão do escopo para terceirização de recursos financeiros e negócios de investimento e permissão para re-terceirização, e uma cláusula relacionada à troca de informações;
- a Lei Bancária, alterada em março de 2020, e cuja alteração foi principalmente sobre a proibição de práticas comerciais desleais e a regulamentação da publicidade para proteger os consumidores financeiros.

O objetivo da Lei das FHCs é, conforme o artigo 1º da lei, facilitar a constituição de companhias financeiras, promover a boa gestão das companhias financeiras e suas subsidiárias, evitando qualquer eventual efeito colateral que possa ocorrer em relação ao conglomerado financeiro e à banca universal de sociedades financeiras, como transferência de riscos e excessivos, ampliação do controle e proteção dos direitos e interesses dos consumidores financeiros e de outras partes interessadas, com o objetivo de aumentar a competitividade do setor financeiro e contribuir para o bom desenvolvimento da economia nacional da Coreia do Sul⁵⁷.

O objetivo da Lei de Serviços de Investimento Financeiro e Mercados de Capitais é contribuir para o desenvolvimento da economia coreana, contribuindo para a justiça, integridade e eficiência do mercado de capitais, promovendo a inovação financeira e a

⁵⁶ Serviço de Supervisão Financeira da Coreia. Disponível em [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁵⁷ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(kri.re.kr\)](https://kri.re.kr). Acesso em 02/09/2021.

concorrência leal no mercado de capitais, protegendo os investidores e facilitando os serviços de investimento financeiro, conforme aponta o artigo 1º da Lei.⁵⁸

O objetivo da Lei Bancária, conforme artigo 1º da Lei é contribuir para a estabilidade dos mercados financeiros e o desenvolvimento da economia nacional, prosseguindo o bom funcionamento dos bancos, aumentando a eficiência das funções de corretagem de fundos, protegendo os depositantes e mantendo a ordem no crédito.⁵⁹

A Lei de Proteção ao Consumidor Financeiro entrou em vigor em março de 2021. Ela combinou e sistematizou disposições legais que estavam espalhadas em várias leis para fazer cumprir os requisitos de dever fiduciário para todos os tipos de produtos financeiros vendidos aos consumidores. Também busca melhorar os sistemas de resolução de disputas para os consumidores e aumentar a eficácia das medidas de alívio para perdas financeiras decorrentes de marketing de venda agressiva e outros tipos de negligência de instituições financeiras. A prática de vender produtos financeiros de alto risco, como derivativos e instrumentos financeiros estruturados, para investidores mal informados, é punida.

Os serviços financeiros eletrônicos são previstos pela Lei de Transações Financeiras Eletrônicas, promulgada em 2006. A Lei regula as plataformas financeiras controladas por grandes empresas de tecnologia e visa proporcionar uma concorrência justa entre as fintechs e as operadoras convencionais. Consoante a lei, os serviços financeiros eletrônicos abrangem o pré-pagamento eletrônico, gateway de pagamento (ou agência de liquidação de pagamento eletrônico) e serviços de custódia.

O número de agências bancárias estrangeiras diminuiu de 39 em 2015 para 36 em 2020. Em 2021, as instituições financeiras estrangeiras representavam cerca de 10,6% dos ativos do setor financeiro (11% em 2015), conforme dados da OMC. As duas subsidiárias de bancos estrangeiros e 36 sucursais de 16 países representam cerca de 11,6% do setor bancário (14% em 2015). No setor de seguros, 12 subsidiárias de seguradoras estrangeiras de 5 países representam 9,8% do setor de seguros nacional. No setor de títulos, 23 empresas estrangeiras de 11 países representam cerca de 5,7% dos ativos do setor. A participação de empresas financeiras não bancárias estrangeiras ou locais em qualquer banco comercial fica em apenas 4% (15% para bancos regionais). Esse limite pode ser aumentado para 10% para casos especiais, se aprovado pela FSC.

Quando uma instituição financeira se torna incapaz de reembolsar seus depositantes devido à suspensão de negócios ou falência, todo o sistema financeiro, bem como os depositantes, são afetados. Para evitar tal incidente, a Coreia promulgou a Lei de Proteção ao Depositante (DPA) e colocou em prática um esquema de proteção ao depositante. A Korea Deposit Insurance Corporation (KDIC) oferece proteção de até 50 milhões de won (US \$42.000), conforme determinação de 2001, por depósito no caso de falência de uma instituição financeira. O limite superior foi estabelecido para garantir estabilidade sustentável no mercado financeiro. Como o sistema não está imune ao risco moral, a KDIC monitora de perto os riscos financeiros e não financeiros das instituições financeiras seguradas.⁶⁰

⁵⁸ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(kri.re.kr\)](http://Statutes.of.the.Republic.of.Korea.(kri.re.kr)). Acesso em 02/09/2021.

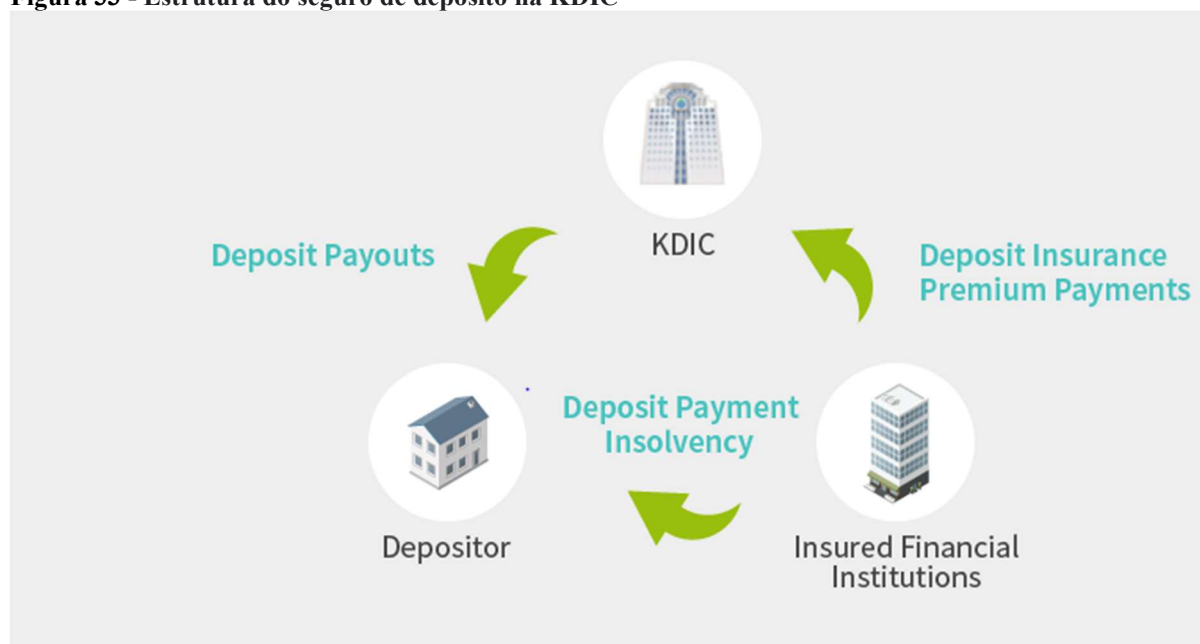
⁵⁹ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(kri.re.kr\)](http://Statutes.of.the.Republic.of.Korea.(kri.re.kr)). Acesso em 02/09/2021.

⁶⁰ Korea Deposit Insurance Corporation. Disponível em KDIC. Acesso em 02/09/2021

A KDIC foi estabelecida em 1º de junho de 1996 após a legislação do *Depositor Protection Act* (DPA) em 29 de dezembro de 1995. A KDIC começou como um protetor dos depositantes bancários, enquanto havia fundos separados para setores financeiros não bancários. A cobertura era inicialmente de 20 milhões de won por depositante, mas a instabilidade financeira resultante da crise financeira asiática de 1997 levou o governo a adotar um esquema de cobertura geral temporária.⁶¹

A figura 33 mostra a estrutura do seguro de depósito:

Figura 33 - Estrutura do seguro de depósito na KDIC



Fonte: KDIC, 2021.

A DPA foi revisada no final de 1997 e, conseqüentemente, fundos de seguro de depósito separados foram consolidados no Fundo de Seguro de Depósito da KDIC em abril de 1998. Não apenas depósitos de bancos, mas também aqueles detidos por empresas de títulos, seguradoras, bancos comerciais, mútuos bancos de poupança e cooperativas de crédito (excluídos da cobertura desde 2004) tornaram-se elegíveis para proteção. Isso criou um sistema de seguro de depósito único, abrangente e integrado, projetado para aumentar a estabilidade financeira e garantir a confiança do público no sistema financeiro.⁶²

Embora o sistema de seguro de depósito da Coreia só esteja em operação por um período relativamente curto de tempo, ele tem mostrado um crescimento notável e continuará a dar uma contribuição positiva para a estabilidade financeira por meio da adoção de vários dispositivos e políticas destinadas a promover ainda mais o sistema de seguro de depósito.

O *Korea Credit Information Services* (KCIS) foi lançado em janeiro de 2016 e tem como função compilar as informações de crédito dos setores bancário, de investimento financeiro, de seguros e de cartão de crédito, e prover informações para instituições financeiras. Por meio da consolidação de informações que antes eram gerenciadas de

⁶¹ Korea Deposit Insurance Corporation. Disponível em [KDIC](http://kdic.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁶² Korea Deposit Insurance Corporation. Disponível em [KDIC](http://kdic.or.kr). Acesso em 02/09/2021.

forma independente, o KCIS melhorou a capacidade das seguradoras de detectar fraudes em seguros. Além disso, ao fornecer estatísticas sobre informações de crédito, como big data, para empresas financeiras, incluindo Fin-Techs e start-ups, o KCIS ensejou a possibilidade de que as empresas observem a tendência do mercado e desenvolvam novos produtos.

A FSC reduziu e eliminou certas barreiras regulatórias à entrada, como capital mínimo para integralização para novos participantes em serviços financeiros, com o objetivo de diversificar o mercado com a participação de participantes de nichos especializados. As instituições financeiras convencionais estão ingressando nas fintechs por meio de parcerias com empresas de tecnologia. Em setembro de 2020, a FSC lançou o Órgão Consultivo de Finanças Digitais, composto por reguladores e participantes da indústria, com objetivo de explorar questões políticas relacionadas à crescente participação de empresas de tecnologia em questões relacionadas a serviços financeiros. Consoante a FSC, havia cerca de 600 fintechs em operação em 2020, contra 131 em 2014. Entre elas, 17% fornecem serviços de pagamento e remessa fáceis, 14% fornecem serviços de consultoria de robôs, 8% fornecem serviços de segurança e autenticação e 7% fornecem serviços de tecnologia relacionados a seguros. As autoridades coreanas relataram que o investimento estrangeiro representou 7% do investimento em fintechs em 2019 (OMC, 2021).

A Lei Especial sobre Apoio à Inovação Financeira, que visa promover fintechs introduzindo "sandboxes" desregulamentados para tecnologias e serviços emergentes, entrou em vigor em abril de 2019. Desde então, a FSC aprovou inúmeros projetos. A Lei sobre Financiamento Vinculado a Investimentos Online e Proteção do Usuário entrou em vigor em agosto de 2020. Essa lei requer que os credores peer-to-peer (P2P) registrem-se na FSC e cumpram as regulamentações existentes de credores de dinheiro, incluindo o teto legal de 24% para empréstimos cotações. Esse limite foi reduzido para 20% a partir de 7 de julho de 2021.

A FSC também reviu o Regulamento sobre Negócios de Investimento Financeiro em 2018, para permitir que as empresas de títulos forneçam serviços de gateway de pagamento (PG). Em 10 de maio de 2021, havia 129 provedores de serviços PG no mercado coreano, juntamente com 26 bancos e empresas de cartão de crédito que também fornecem serviços PG. Em dezembro de 2018, a FSC revisou o Regulamento sobre Supervisão de Transações Financeiras Eletrônicas, para permitir que as instituições financeiras armazenem informações de crédito pessoal e informações identificáveis em servidores de computação em nuvem. O uso de computação em nuvem com base no estrangeiro, por instituições financeiras foi limitado a "informações não críticas", excluindo tais informações sobre dados de crédito pessoal de seus clientes e informações de identificação exclusiva.

Além disso, a Lei de Uso e Proteção de Informações de Crédito, a Lei de Proteção de Informações Pessoais e a Lei de Promoção de Informações e Utilização da Rede de Comunicações e Proteção de Informações foram alteradas para flexibilizar algumas regras de privacidade de dados para instituições financeiras e operadoras de fintech que buscam explorar big data. Em linha com a mudança legislativa, a FSC estabeleceu um intercâmbio de dados financeiros dedicado ao Instituto de Segurança Financeira em maio de 2020, para facilitar um mercado secundário para dados financeiros despersonalizados. Em junho de 2020, a FSC abriu a possibilidade para que o setor privado acessasse os dados públicos mantidos pela FSC e por nove instituições financeiras públicas.

A Coreia começou a regulamentar ativos virtuais (VAs) 72 (como criptomoedas) em consonância com as diretrizes de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo (AML/CFT). Em março de 2020, a Lei de Relatórios de Transações Financeiras foi revisada, com objetivo de garantir a prevenção de atividades criminosas relacionadas ao VA e a transparência das transações. Desde março de 2021, os provedores de serviços de ativos virtuais (VASP) devem se registrar na Unidade de Inteligência Financeira (FIU) e cumprir integralmente as obrigações de LBC/CFT, incluindo relatar transações suspeitas à FIU. Os clientes devem usar contas bancárias em nome real para transferir dinheiro para negociação de VAs.

Em dezembro de 2020, a Lei de Supervisão de Grupos Financeiros foi aprovada pela Assembleia Nacional coreana e deve entrar em vigor em 2021. A Lei pretende regulamentar o risco financeiro de conglomerados empresariais detentores de duas ou mais instituições financeiras com ativos no valor de 5 trilhões de won, como a Samsung, de forma análoga às FHCs.

6.3.1. Bancário e financeiro

Ao final de 2020, a Coreia tinha 55 bancos, dos quais 50 eram bancos comerciais e 5 eram bancos especializados. Os 50 bancos comerciais compreendiam 8 bancos nacionais (incluindo 2 bancos de Internet), 6 bancos regionais e 36 agências de bancos estrangeiros. O setor de banco comercial permanece dominado por bancos nacionais coreanos, que contavam com 79% dos ativos dos bancos comerciais em 2020.

As agências bancárias estrangeiras representavam cerca de 11% dos ativos e os bancos regionais representavam 10%. Dois bancos na Internet, Kakao Bank e K Bank, que não possuem agências físicas, iniciaram suas operações em 2017. Um terceiro, o Toss Bank, controlado pela operadora da plataforma de pagamento Toss Mobile P2P, angariou licença em dezembro de 2019. Os bancos na Internet são regulamentados pela Lei Especial sobre o Estabelecimento e Operação de Bancos somente na Internet, que entrou em vigor em janeiro de 2019. Essa Lei permite que as empresas de TIC (tecnologia da informação e comunicação) possuam até 34% de um banco na Internet.

Quatro bancos nacionais operam em esquema de holdings, e todos os seis bancos regionais adotaram uma estrutura de holding. As FHCs têm uma variedade de unidades não bancárias especializadas em empréstimos com cartão de crédito, corretagem, seguros e financiamento ao consumidor e gestão de patrimônio. As subsidiárias de uma FHC não podem manter uma exposição de crédito entre si superior a 10% do capital social. Dois bancos em território coreano, o Standard Chartered Bank Korea e o Citibank Korea são subsidiárias estrangeiras. Os bancos estrangeiros operam na Coreia por meio de subsidiárias, filiais e escritórios de representação incorporados localmente. Instituições estrangeiras e nacionais contam com os mesmos requisitos para funcionamento.

Os cinco bancos especializados da Coreia do Sul são o Banco de Desenvolvimento da Coreia (KDB), o Banco de Exportação e Importação da Coreia (EXIM Bank), o Banco Industrial da Coreia (IBK), a Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas e a Federação Nacional de Cooperativas de Pesca. O governo possui integralmente a propriedade do KDB e 68,7% do EXIM Bank. O IBK é especializado na concessão de empréstimos a PMEs. Em 2020, o governo detinha 59,2% das ações do IBK, ante 50,6% em 2015. Esses bancos e o Fundo de Garantia de Crédito da Coreia têm incumbência de

prover alívio financeiro substancial às companhias aéreas e grandes empresas industriais, para facilitar sua recuperação dos impactos da pandemia.

As duas maiores empresas locais de mídia social e busca na Internet, Kakao e Naver, estão emergindo como principais provedores de serviços financeiros. Já a participação do internet banking nas transações monetárias passou de 59,3% em dezembro de 2019 para 64,3% em junho de 2020. A Kakao está licenciada para fornecer serviços financeiros eletrônicos, serviços bancários apenas pela Internet e serviços de seguros. A Naver está licenciada para fornecer serviços financeiros eletrônicos. Em dezembro de 2020, o investimento estrangeiro representava 31% da Kakao Corporation e 11% da Naver.

O setor bancário está bem-posicionado e o risco de uma crise de liquidez não é alto. Em 2020, o índice de empréstimos inadimplentes caiu de 0,5% em 2015 para 0,2%, e o índice de retorno sobre ativos (ROA) e o índice de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) aumentaram para 0,7% e 9,3%, respectivamente. O potencial de ganho dos bancos está sob pressão de longo prazo das baixas taxas de juros do país, que restringem a capacidade de ganhar juros sobre os empréstimos. As receitas de juros representam mais de 80% da receita do setor. A margem de juros líquida mudou de 1,6% em 2015 para 1,4% em 2020. Os empréstimos hipotecários, a principal fonte de crescimento doméstico para os bancos, enfrentam desafios, uma vez que a FSC emitiu instruções para os bancos restringirem a triagem de receitas e eliminarem apenas os juros das hipotecas.

Os bancos comerciais estão sujeitos a um limite máximo de 100% para a relação entre empréstimos e depósitos. O regulamento de relação empréstimo/depósito foi estendido aos bancos de poupança mútuos (MSBs) em 2020: os empréstimos não devem ultrapassar 110% dos depósitos em MSBs em 2020 e 100% a partir de 2021. A FSC lançou um requisito de índice de serviço da dívida (DSR) em todo o setor financeiro como uma proteção adicional contra a sobre-alavancagem no segmento de crédito ao consumidor. Entraram em vigor padrões mais rígidos de triagem de empréstimos com base nas regras de DSR para seguradoras e bancos comerciais no final de 2018 e para o restante do setor de crédito, os credores não bancários, ao final de 2019.

A Korea Asset Management Corporation, uma empresa de gestão de ativos públicos, é uma grande operadora de "dívidas podres". A Korea Asset Management Corporation (KAMCO) é uma empresa sul-coreana de gestão de ativos de propriedade do governo. A KAMCO comprou e resolveu empréstimos inadimplentes (NPLs) de instituições financeiras, implementou o plano de reestruturação de empresas, ajudou os financeiramente desfavorecidos a restaurar a solvência, administrou propriedades estatais e cobrou impostos vencidos como uma entidade quase governamental.⁶³

O papel da KAMCO tem sido: (1) a gestão e operação do Non-Performing Assets Fund; (2) a aquisição e resolução de NPAs de instituições financeiras; (3) a implementação de programas de work-out para empresas em dificuldades; (4) a gestão de propriedades de propriedade do governo e resolução de atrasos fiscais; e (5) apoiar a recuperação do crédito ao consumidor. Uma das principais funções da KAMCO era adquirir e alienar

⁶³ KAMCO. Disponível em [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](#). Acesso em 02/09/2021.

NPLs de instituições financeiras em dificuldades financeiras e empresas sob planos de reabilitação.⁶⁴

6.3.2. Serviços não bancários

As instituições financeiras não bancárias concernem a MSBs (*money services business*), cooperativas de crédito, sociedades financeiras de crédito especializadas, seguradoras, sociedades de gestão de ativos e a Korea Securities Finance Corporation. De 2015 a 2020, o número de instituições financeiras não-bancárias cresceu, principalmente porque o número de sociedades gestoras de recursos passou de 87 para 326. O valor total dos ativos aumentou 46,3% e o valor total dos empréstimos e descontos aumentou 72,8%.

Entre todas as instituições financeiras não bancárias, as MSBs e as cooperativas de crédito são instituições que aceitam depósitos. Provavelmente refletindo os esforços do governo para incentivar as instituições financeiras a desviar sua atenção de grandes conglomerados para clientes de médio e pequeno porte, os ativos totais de MSBs e cooperativas de crédito aumentaram ainda mais rápido do que os ativos de outras instituições financeiras não bancárias:

-O número de MSBs, que são instituições captadoras de depósitos de pequena escala, permaneceu o mesmo, enquanto o valor dos seus ativos mais do que dobrou de 2015 a 2020. Os MSBs têm como público-alvo indivíduos de baixa renda e PMEs.

-As cooperativas de crédito, parte de cooperativas de crédito mútuo, são organizações voluntárias sem fins lucrativos, constituídas por grupos de entidades com interesses comunitários. Elas foram criadas para promover o bem-estar financeiro de seus associados por meio de um ciclo de assistência mútua, a fim de contribuir para o desenvolvimento de sua economia local. De 2015 a 2020, apesar de uma redução em seu número (devido a fusões e dissoluções voluntárias), o valor de seus ativos aumentou 68,6%.

O setor de gestão de ativos abarca os mercados de fundos públicos e privados. A Korea Investment Corporation (KIC) é o fundo de riqueza soberana do país, e o National Pension Service administra o terceiro maior fundo de pensão nacional mundial. O aumento no número de gestores de ativos deveu-se, principalmente, a novos gestores de fundos privados, principalmente gestores de fundos de hedge. A FSC anunciou planos para restringir a supervisão do setor por meio da condução de auditorias de fundos e aumentando os requisitos de divulgação.

Uma entidade estrangeira está sujeita aos mesmos requisitos que as empresas nacionais, como um planejamento de negócios sólido e viável, um balanço patrimonial sólido, recursos humanos e físicos suficientes para a proteção do investidor, e um sistema de prevenção de conflitos de interesse ao buscar a constituição de uma empresa de gestão de valores mobiliários ou de ativos na Coreia do Sul.

6.3.3. Seguros

⁶⁴KAMCO. Disponível em [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](#). Acesso em 02/09/2021..

A Coreia dispõe de um setor de seguros grande e maduro, com uma das taxas de penetração mais altas do mundo em termos de prêmios como proporção do PIB (10,63% em 2020, quando a média mundial era de 2,77%). Ela tem o terceiro maior setor de seguros na Ásia, depois do Japão e da China. Em 2020, a Coreia tinha 55 seguradoras (24 seguradoras de vida e 31 seguradoras “não-vida”). De 2015 a 2020, os ativos totais das seguradoras de vida aumentaram 35%, enquanto os das seguradoras não-vida aumentaram 52%.

As empresas nacionais dominam o setor, respondendo por mais de 80% do mercado de seguros de vida e 98% do mercado de seguros não-vida em 2018. O mercado de seguros é bastante concentrado: as três principais seguradoras têm mais da metade dos ativos totais em cada mercado. Os empreendimentos de propriedade estrangeira desempenham principalmente papéis secundários. A Coreia tem 10 resseguradoras atualmente.

As operadoras digitais começam a ganhar participação de mercado no setor de seguros. Atualmente, a Coreia possui duas seguradoras digitais “não-vida”: Carrot General Insurance (de propriedade de um consórcio liderado pela Hanwha General Insurance) e Hana Insurance (de propriedade do Hana Financial Group). A Kakao Pay, unidade de provedor de serviços de pagamento móvel do grupo de mídia social Kakao, tem o plano de abrir uma terceira seguradora digital não-vida.

O mercado de seguros tem como característica um número muito alto de mediadores de seguros: mais de 400.000 corretores e outros 31.000 agentes dominam o canal de distribuição. Além disso, fusões e aquisições estão se tornando mais presentes no setor de seguros, com compradores nacionais e estrangeiros promovendo o realinhamento. Por exemplo, em 2019 e 2020, a Lotte Insurance e a MG Non-Life Insurance foram vendidas a investidores privados. As grandes seguradoras começaram a buscar crescimento nos mercados estrangeiros, fazendo compras de ativos estratégicos.

O rápido envelhecimento da população na Coreia implica que o conjunto de futuros clientes da indústria é limitado. Por isso, grandes seguradoras já começaram a olhar para o crescimento em mercados estrangeiros. Internamente, as seguradoras também buscam novos negócios em áreas como seguro médico e produtos de aposentadoria, que oferecem potencial de crescimento.

As seguradoras sul-coreanas enfrentam condições de mercado desafiadoras, que vão desde tensões comerciais e uma economia estagnada até a perspectiva de novas regulamentações e a ameaça de interrupção impulsionada pela tecnologia. Como resultado, as seguradoras devem fazer escolhas estratégicas sobre mercados, clientes, produtos e canais, bem como estar preparadas para fazer mudanças em seus modelos de negócios e operacionais. Elas também devem acelerar seus investimentos em transformação digital. Quase todas as seguradoras desejam adotar novas tecnologias (por exemplo, blockchain e inteligência artificial) e criar novos serviços por meio de colaborações com a InsurTechs.⁶⁵

No entanto, a maioria das iniciativas permanece em fases iniciais ou piloto. Expandir esses esforços é fundamental, dada a probabilidade de aumento da concorrência de

⁶⁵ KAMCO. Disponível em [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](#). Acesso em 02/09/2021.

seguradoras e bancos que usam apenas a Internet. Uma série de escândalos contábeis levou a reformas drásticas de auditoria conduzidas pelo governo, destinadas a melhorar fundamentalmente a transparência contábil. Nos próximos três anos, cerca de 660 empresas estão sujeitas à designação de auditores obrigatórios, com o maior impacto sentido por seguradoras de vida e não vida de primeira linha e afiliadas de seguros de grandes grupos financeiros.⁶⁶

Os prêmios de seguro de vida totalizaram US \$104 bilhões em 2018, com penetração de mercado de 7,4% e prêmios per capita de US \$2.050. O negócio de seguro de vida nacional é muito concentrado, com a principal empresa detendo 23% do mercado. As seguradoras de vida procuram ajustar seus portfólios de produtos e estratégias de crescimento enquanto navegam por desafios competitivos e regulatórios.⁶⁷

Os prêmios não vida totalizaram US \$66,7 bilhões em 2018, com uma penetração de mercado de 4,7% e prêmios per capita de US \$1.312. O negócio doméstico não vida também é muito concentrado, com o principal player com 24% do mercado. A desaceleração do crescimento econômico e os resultados de subscrição automotiva abaixo da média são um desafio para as seguradoras. Em uma nota mais positiva, as medidas de desregulamentação propostas e a melhoria da eficiência operacional podem impulsionar o desempenho futuro nos ramos não vida.⁶⁸

No caso dos seguros de vida, as receitas de prêmios dos seguros do tipo poupança aumentaram 2,6% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. O mercado cresceu 2,5% em relação ao ano anterior.⁶⁹

Quadro regulatório no setor de seguros

As agências governamentais que regulam o setor de seguros na Coreia do Sul são: a FSC (Financial Service Commission) e o FSS (Financial Supervisory Service)⁷⁰. Outras instituições relevantes incluem a Corporação de Seguro de Depósito Coreana (KDIC) e o Instituto Coreano de Desenvolvimento de Seguros (KIDI). O setor de seguros é regulado principalmente pela Lei de Negócios de Seguros de 2003, o Código Comercial e estatutos subordinados, tais como: o Decreto de Execução da Lei de Negócios de Seguros, as Regras de Execução da Lei de Negócios de Seguros, o Regulamento sobre Supervisão de Negócios de Seguros e os Regulamentos Detalhados sobre Supervisão de Negócios de Seguros.

⁶⁶ KAMCO. Disponível em [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](#). Acesso em 02/09/2021.

⁶⁷ KAMCO. Disponível em [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](#). Acesso em 02/09/2021.

⁶⁸ Panorama EY de Seguros na Coreia. Disponível em [ey-global-insurance-outlook-south-korea.pdf](#). Acesso em 02/09/2021.

⁶⁹ Panorama EY de Seguros na Coreia. Disponível em [ey-global-insurance-outlook-south-korea.pdf](#). Acesso em 02/09/2021.

⁷⁰ AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021.

A KDIC mantém um fundo de proteção do segurado contra a quebra do seguro. Ela é um órgão de proteção de seguro integrado que oferece seguro de seguradoras, bancos, empresas de investimento financeiro e MSBs. A KDIC financia seu fundo de seguro de depósito com contribuições de instituições financeiras seguradas, com base nas quais desempenha suas funções, incluindo o pagamento do seguro de depósito. O KIDI calcula taxas de prêmio de referência e análises estatísticas para seguradoras e reguladores com base em dados coletados de empresas associadas.

Não existem restrições ao capital estrangeiro no setor. As seguradoras, tanto nacionais quanto estrangeiras, têm como dever manter fundos de pelo menos 30 bilhões de won para fazer negócios na Coreia. Este requisito mudou para 3 bilhões de won para ramos de seguros. Se as seguradoras procuram operar certos produtos de seguro, ainda que não todos, elas precisam manter fundos de pelo menos 5 bilhões de won, conforme as regras coreanas.

Os reguladores estão trabalhando com companhias de seguros para atualizar os índices de capital baseado em risco (RBC) das seguradoras, como parte de seus esforços para transitar para o padrão International Financial Reporting Standards (IFRS) para contratos de seguro até 2023. No final de 2020, os índices RBC foram em média de 297,3% para seguradoras de vida e 234,0% para seguradoras de não-vida na Coreia; ambos estavam bem acima do requisito mínimo legal de 100% da Lei de Negócios de Seguros.

O seguro de vida e o seguro não vida são rigidamente divididos. As companhias de seguros de vida não estão autorizadas a oferecer seguros não vida e vice-versa. Na prática, as seguradoras de vida emprestam muito ao setor corporativo.

O objetivo da Lei de Empresas de Seguros é, conforme o artigo 1º, contribuir para o desenvolvimento sólido do negócio de seguros e o desenvolvimento equilibrado da economia nacional, garantindo a gestão sólida dos operadores de negócios de seguros e protegendo os direitos e interesses dos segurados e outras pessoas interessadas.⁷¹

Em abril de 2020, a Assembleia Nacional aprovou uma modificação importante a essa legislação: a partir de dezembro de 2020, o limite legal de investimento das seguradoras em ativos no exterior do seu total de ativos foi elevado de 30% para 50%. Outra alteração à Lei das Empresas de Seguros obteve aprovação da Assembleia Nacional em novembro de 2020. Com esta alteração, a burocracia na adição de novos produtos e negócios pelas companhias de seguros foi reduzida, e o critério de capital para seguros de pequeno valor e curto prazo seguro de prazo foi diminuído.

O Código Comercial⁷² da Coreia do Sul dispõe sobre a lei geral sobre contratos de seguro/resseguro. Em relação aos contratos de seguro, o Código Comercial estabelece disposições para regular o seguinte: estabelecimento, eficácia, reinício, anulação, alteração, terminação.

⁷¹ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(klri.re.kr\)](http://Statutes.of.the.Republic.of.Korea(klri.re.kr)). Acesso em 24/11/2021.

⁷² AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](http://Insurance.and.reinsurance.in.South.Korea:overview|Practical.Law(westlaw.com)). Acesso em 02/09/2021.

Outras leis relacionadas a seguros incluem o seguinte: atuar no estabelecimento de Comissão de Serviços Financeiros (para supervisão de negócios de seguro/resseguo) e a Lei de Regulamentação de Contratos Padronizados (SCRA).⁷³

A Lei sobre a Governança Corporativa de Companhias Financeiras (Lei de Governança Corporativa) estabelece os requisitos de governança corporativa para companhias de seguros e algumas outras instituições financeiras. A lei estabelece em seu artigo primeiro que seu objetivo é garantir a boa gestão das sociedades financeiras e a estabilidade dos mercados financeiros e proteger os depositantes, investidores, tomadores de apólices de seguros e outros consumidores financeiros, prescrevendo questões básicas relativas às estruturas de governança das sociedades financeiras, incluindo requisitos para a qualificação de diretores de sociedades financeiras, a organização e gestão do conselho de administração e o sistema de controle interno.⁷⁴

Uma seguradora deve ter um índice de adequação de capital baseado em risco (RBC) de pelo menos 100%. As diretrizes práticas atuais estabelecidas pelos reguladores são de que o RBC deve ser de pelo menos 150%. O sistema RBC exige que as seguradoras mantenham capital adequado para cobrir suas exposições a: risco de seguro, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de mercado, risco operacional. Esses riscos são refletidos no cálculo dos ativos ponderados pelo risco.⁷⁵

As seguradoras devem obter a aprovação do Serviço de Supervisão Financeira (FSS) nas seguintes circunstâncias antes de vender produtos de seguro: se uma nova legislação ou emenda permite a venda de um novo tipo de produto de seguro ou requer uma subscrição obrigatória a certo produto de seguro, ou se uma aprovação regulatória prévia é requerida sob o Decreto de Execução para fins de proteção do segurado.⁷⁶

Uma seguradora tem as seguintes obrigações de relatório: fechar seus livros em 31 de dezembro de cada ano e apresentar suas demonstrações financeiras e relatórios de negócios ao FSS até 31 de março do ano seguinte, apresentar mensalmente ao FSS um relatório com os detalhes dos seus negócios, apresentar um relatório ao FSS se ocorrer qualquer alteração importante relacionada aos seus negócios, como a nomeação ou destituição de um diretor, mudança do nome da empresa ou do nome comercial, ou aumento de capital.⁷⁷

Um grande acionista de uma seguradora (isto é, o maior acionista ou titular de pelo menos 10% do total de ações com direito a voto emitidas e em circulação de uma seguradora) não pode se envolver em certos atos que podem entrar em conflito com os

⁷³ AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021.

⁷⁴ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(kri.re.kr\)](#). Acesso em 02/09/2021.

⁷⁵ Leis da República da Coreia. Disponível em [Statutes of the Republic of Korea \(kri.re.kr\)](#). Acesso em 02/09/2021.

⁷⁶ AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021

⁷⁷ AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021.

interesses da seguradora. Por exemplo, é proibido solicitar à seguradora que forneça informações não públicas em troca do exercício de influência indevida.⁷⁸

Um grande acionista de uma seguradora deve ainda satisfazer certos requisitos de elegibilidade e deve ser aprovado pela FSC. Se o grande acionista for uma empresa estrangeira, deve atender aos seguintes requisitos (entre outros): deve ter o mesmo tipo de seguro no exterior que pretende fazer na Coreia do Sul, deve ter uma classificação de crédito de grau de investimento ou superior de uma agência de classificação de crédito reconhecida internacionalmente, ou satisfazer os critérios de solidez financeira exigidos pela autoridade de supervisão do seu país de origem, não deve ter sido sujeito à advertência institucional ou sanção mais severa da autoridade supervisora de seu país de origem, e não deve ter sido imposta uma multa criminal ou punição mais severa com relação à condução de seus negócios financeiros nos últimos três anos.⁷⁹

As agências governamentais, holdings financeiras e certas instituições financeiras não podem deter mais de 15% do total das ações de um agente de seguros ou corretor de seguros, nem ser o maior acionista de um agente ou corretor de seguros.⁸⁰

6.4. Comunicações

O setor de informação e comunicação obteve média de crescimento anual de 4,4% de 2016 a 2019, antes de desacelerar para 3,2% em 2020. Em 2020, contribuiu com 5% do PIB e representou 3,2% da parcela no emprego total. A Coreia figura em classificações proeminentes do setor de informação, ciência e tecnologia internacionalmente. No Network Readiness Index 2020, ficou em 14º lugar entre 134 países. Durante o período entre 2016 e 2020, a penetração da linha fixa continuou a diminuir, enquanto a penetração da telefonia móvel continuou a aumentar e atingiu 134% em 2019. As assinaturas de banda larga fixa com fio também aumentaram, e o percentual de indivíduos que usam a Internet passou de uma base já elevada (92,8% em 2016 para 96,2% em 2019).

Existem três principais provedores de serviços de telefonia fixa que fornecem serviços de telefonia local, nacional e internacional: Korea Telecom (KT), SK Broadband e LG U+. A KT é a operadora dominante, respondendo por 80,8% do mercado local e 81,3% do mercado de longa distância. SK Broadband e LG U+ correspondem a 15,4% e 3,8% do mercado local e 13,5% e 2,4% do mercado de longa distância, respectivamente. Algumas empresas menores também fornecem serviços nacionais de longa distância e serviços internacionais. Na telefonia fixa, também existem três fornecedores principais: SK Telecom, KT e LG U+. Ao final de 2020, suas participações de mercado correspondiam a 45,1%, 31,4% e 23,5%, respectivamente. As três têm participação estrangeira e não são estatais. Muitos operadores de rede virtual móvel (MVNOs) também fornecem serviços de telefonia móvel; no entanto, suas participações de mercado não são significativas.

⁷⁸AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021.

⁷⁹AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021.

⁸⁰AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em 02/09/2021

6.4.1. Telecomunicações

O licenciamento e a precificação do mercado de telecomunicações estão sob a responsabilidade do Ministério da Ciência, TIC e Planejamento Futuro (MSIP). A Comissão de Comunicações Coreana (KCC), subordinada ao Presidente, é a entidade reguladora responsável pela promoção da concorrência leal e pela proteção do consumidor no mercado de telecomunicações. A KCC também é responsável pela arbitragem em disputas entre operadoras e entre operadoras e usuários.⁸¹ Em 2020, 572 casos foram submetidos à KCC para mediação. Destes, 31 foram dispensados, 246 foram liquidados e 295 não foram liquidados.

A Comissão de Comunicações da Coreia (KCC), fundada de acordo com a Lei sobre o Estabelecimento e Operação da Comissão de Comunicações da Coreia é responsável por regulamentar os serviços de radiodifusão e comunicações, proteger seus usuários e lidar com outras questões necessárias para manter a independência da transmissão de serviços. A sua missão é contribuir para a promoção da liberdade, da natureza pública e do interesse público da radiodifusão, respondendo ativamente à convergência entre os setores da radiodifusão e das comunicações.⁸²

As principais funções da Comissão incluem: a formulação e implementação de políticas relativas à radiodifusão terrestre, serviços gerais e fornecedores de programas apenas de notícias; a investigação e a imposição de sanções contra violações conduzidas por operadores de empresas de radiodifusão ou comunicações; o desenvolvimento e implementação de medidas abrangentes destinadas a proteger os usuários e suas informações pessoais; prevenir a circulação de informações ilegais ou prejudiciais; o arranjo de comerciais de radiodifusão; a formulação e aplicação de políticas de programação e avaliação; e o desenvolvimento de políticas de diversificação da mídia.⁸³

A Comissão é composta por cinco comissários permanentes, incluindo o presidente e o vice-presidente. Dos cinco comissários permanentes, dois, incluindo o presidente, são nomeados diretamente pelo Presidente da República da Coreia. Os três restantes são nomeados pela Assembleia Nacional e nomeados pelo Presidente. A Comissão delibera e resolve questões-chave de acordo com um sistema baseado em consenso.⁸⁴

A Agência de Segurança e Internet da Coreia (KISA) é especializada na promoção da segurança da Internet e da informação no setor privado. A Agência Nacional da Sociedade da Informação (NIA) é responsável pela implementação geral e apoio da informatização do país. A Agência Nacional de Promoção da Indústria de TI (NIPA) está envolvida em uma variedade de iniciativas para aumentar a competitividade nacional e garantir motores de crescimento para o futuro, promovendo o uso crescente, por

⁸¹ Comissão Coreana de Comunicação. Disponível em [Korea Communications Commission \(kcc.go.kr\)](http://kcc.go.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁸² Comissão Coreana de Comunicação. Disponível em [Korea Communications Commission \(kcc.go.kr\)](http://kcc.go.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁸³ Comissão Coreana de Comunicação. Disponível em [Korea Communications Commission \(kcc.go.kr\)](http://kcc.go.kr). Acesso em 02/09/2021.

⁸⁴ Comissão Coreana de Comunicação. Disponível em [Korea Communications Commission \(kcc.go.kr\)](http://kcc.go.kr). Acesso em 02/09/2021.

exemplo, da inteligência artificial, realidade virtual/realidade aumentada (VR/AR), 5G, e computação em nuvem em setores convencionais. Ela também ajuda as PMEs e startups promissoras a se expandirem para os mercados internacionais.

A legislação central que regula o setor das telecomunicações é a Lei das Empresas de Telecomunicações e o seu Decreto de Aplicação de 2021 (versando sobre requisitos de registro para empresas de telecomunicações e normas para serviços obrigatórios). A Lei de Negócios de Telecomunicações foi alterada recentemente em 2020 (Lei nº 17352) e classificou os negócios de telecomunicações em operadoras de valor agregado e unidades baseadas em instalações.

O investimento estrangeiro em serviços de telecomunicações baseados em instalações está sujeito a um limite de 49%, enquanto os serviços de telecomunicações de valor agregado são totalmente abertos ao investimento estrangeiro. Para serviços de telecomunicações baseados em instalações, as empresas estrangeiras de certos parceiros de acordos comerciais e que foram aprovadas na revisão de interesse público não estão sujeitas a esta restrição de capital. O MSIT (*Ministry of Science and ICT*) pode proibir um acionista estrangeiro de se tornar o maior acionista individual (5% ou mais das ações) da KT.

O investimento estrangeiro em radiodifusão e em radiodifusão aérea não é permitido. Outras restrições de capital estrangeiro (até 49%) aplicam-se a serviços de transmissão de programas conforme definido no *Broadcasting Act*, provedores de rede a cabo, transmissão via satélite e outras transmissões, comunicações com fio e sem fio e por satélite, e outros meios eletrônicos de comunicação. O serviço universal abrange a prestação de qualquer serviço básico de telecomunicações a uma taxa razoável, independentemente de hora e local.

A banda larga fixa foi estipulada como serviço universal em 2020 na Coreia. Todos os operadores de empresas de telecomunicações têm a obrigação de prestar o serviço de forma universal, ou compensar as perdas causadas pela prestação desse serviço. O MSIT pode isentar os operadores desta obrigação. Os operadores de empresas de telecomunicações com um valor de venda anual de serviços de telecomunicações inferior ou igual a 30 bilhões de won são isentos desta obrigação. Todos os operadores de empresas de telecomunicações de valor agregado também estão isentos.

Ao MSIT, os operadores de empresas de telecomunicações baseadas em instalações devem informar os termos de uso (tarifas e condições) de cada serviço de telecomunicações que pretendem fornecer. No entanto, os termos de uso informados pela KT em um telefone urbano e pela SK Telecom em um telefone móvel podem ser rejeitados dentro de 15 dias se o MSIT considerar que há risco de prejudicar os interesses dos usuários ou a concorrência leal. As tarifas de telecomunicações que não têm como requisito a aprovação do MSIT precisam, entretanto, ser notificadas ao ministério.

A Lei de Negócios de Telecomunicações prevê que os operadores de negócios de telecomunicações precisam concluir um acordo de interconexão dentro de 90 dias após o recebimento de uma solicitação de outra operadora. O MSIT determina e notifica publicamente o escopo e as diretrizes das condições, procedimentos, métodos e cálculos das tarifas de interconexão.

Em 2019, a Coreia lançou uma estratégia abrangente chamada 5G +, com o objetivo de promover um "ecossistema 5G". 5G seria a infraestrutura subjacente que conecta dispositivos avançados e serviços inovadores. O governo vê o 5G como uma força motriz para o crescimento econômico da Coreia do Sul. Entre os países da OCDE, a Coreia tem a meta mais alta para velocidades de download: 10 Gigabits por segundo (Gbps) para 50% dos domicílios urbanos (85 cidades) até 2022.

A estratégia 5G + visa criar um ambiente em que dispositivos avançados e serviços inovadores conectem todas as coisas por meio de uma infraestrutura 5G. A estratégia planeja concentrar esforços em 10 setores principais e 5 serviços principais baseados em redes 5G (ou seja, saúde digital, conteúdo imersivo, fábricas inteligentes, veículos autônomos e cidades inteligentes). O governo visa apoiar o crescimento do mercado 5G, entre outras coisas, promovendo o investimento público e acelerando o investimento privado, apoiando a adoção de serviços 5G e proteção do usuário por meio de melhorias institucionais, desenvolvendo empresas e talentos que correspondam ao padrão global e promovendo a globalização do 5G coreano tecnologia e serviços, apoiando sua expansão no exterior.

Na Coreia, o percentual de fibra na conexão total de banda larga fixa ficou em 84% em 2020. Com o desenvolvimento da rede 5G, o tráfego de dados 5G aumentou de forma constante de 121.444 TB em dezembro de 2019 para 302.278 TB em dezembro de 2020, mais do que o dobro em um ano. O número de estações base de telefonia móvel 5G atingiu 169.612 em dezembro de 2020, e o número de assinantes 5G atingiu 11,85 milhões.

Em dezembro de 2019, o MSIT anunciou um Plano de Espectro 5G +, que incorpora três diretrizes de política:

- Avançar as tecnologias ao nível de desempenho do 5G. As atribuições de frequências licenciadas devem ser concentradas em setores mais estratégicos ao 5G +, incluindo a cidade inteligente, fábrica inteligente, veículos autônomos, drones e saúde digital. O governo tem como plano liberar frequências não licenciadas para cada indústria estratégica ao 5G e melhorar as regulamentações tecnológicas para ajudar no avanço das tecnologias não licenciadas (Wi-Fi, Internet das Coisas (IoT), detecção, etc.) ao nível de desempenho 5G.

- Garantir espectro das bandas 5G. O MSIT planeja garantir espectro adicional, até 2.640 MHz, para as redes 5G, o que aumentará a disponibilidade do espectro de 2.680 MHz agora para 5.320 MHz até 2026.

- Inovar os sistemas e gerenciamento de espectro, bem como sistemas institucionais. O MSIT visa melhorar as abordagens de fornecimento de frequência e sistemas de gestão para responder à diversificação da demanda.

No Índice Global de Cibersegurança (GCI) da ITU, a Coreia ficou em 15º lugar em 2018 entre 155 participantes. O governo considera que o ciberespaço é crucial para a vida diária das pessoas, para as atividades econômicas e para as operações do governo. A interconexão entre vários dispositivos de informação e comunicação, incluindo a aplicação de IoT e a natureza sem fronteiras do ciberespaço, torna o controle de segurança do ciberespaço complexo.

Em 2019, o Governo elaborou a primeira Estratégia Nacional de Segurança Cibernética da Coreia, que discorre sobre os papéis e responsabilidades de todos os membros da sociedade para criar uma cultura nacional de prática de segurança, com objetivo de aumentar a capacidade de defesa cibernética do país. O governo estabeleceu o Plano Integral de Proteção da Informação do Setor Privado 2019, para garantir a segurança cibernética no setor privado e promover a inovação na indústria de segurança da informação. Além disso, a Coreia promulgou leis relacionadas à privacidade: a Lei de Promoção da Informação e Utilização de Redes de Comunicação e Proteção de Informações (revisada mais recentemente em junho de 2020) e a Lei de Proteção de Informações Pessoais.

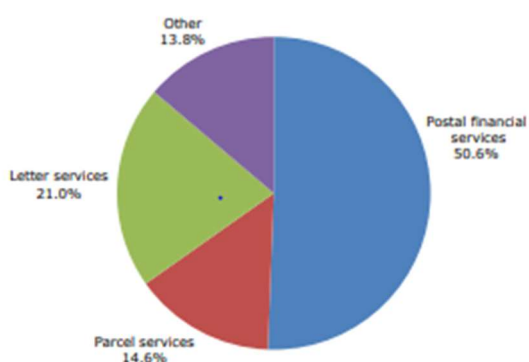
6.4.2. Serviços postais

De acordo com a Lei do Serviço Postal, a Korea Post, estatal, é a operadora nacional dos serviços postais. É responsável pelos serviços postais, serviços postais de poupança e serviços postais de seguro de vida. Alguns serviços postais são reservados aos Correios da Coreia, incluindo: a entrega de cartas se o peso de cada carta não for superior a 350 gramas, e a taxa de postagem para cada uma dessas cartas não exceder 10 vezes a taxa postal normal prescrita pelo decreto presidencial e a entrega de cartas registradas enviadas por uma agência estadual ou governo local.

Além desses serviços reservados, os serviços de entrega estão abertos à concorrência. De acordo com a Lei de Promoção de Investimento Estrangeiro, o negócio postal não está aberto ao investimento estrangeiro.

A Korea Post estabelece as taxas postais em consulta com o Ministério de Estratégia e Finanças. A consulta não é necessária para taxas postais de encomendas nacionais e internacionais, serviços de correio expresso e vales postais. Em 2020 metade das receitas estava ligada a serviços financeiros postais, 21% a serviços de correio, 14,6% a serviços de encomendas e 13,8% a outros, conforme aponta a figura.

Figura 34 - Fonte de receitas dos Correios da Coreia do Sul



Fonte: OMC, 2021

Durante o período de 2016 a 2020, quando os serviços postais registraram uma taxa média de crescimento anual de 1,46%, os serviços de correio aumentaram rapidamente, com média de 13,25% ao ano. Os serviços de correio são regulamentados pela Lei de Desenvolvimento da Indústria de Serviços de Logística, promulgada em 26 de janeiro de 2021, pelo MOLIT (Ministry of Land, Infrastructure and Transport). Atualmente, a Coreia tem 21 provedores de serviços de correio expresso.

6.4.3. Serviços audiovisuais

Na Coreia, os programas estrangeiros não podem exceder 20% do tempo de transmissão terrestre de televisão ou rádio ou 50% do tempo de transmissão a cabo ou satélite, determinado semestralmente. Dentro dessas cotas gerais, a Coreia mantém cotas anuais que limitam ainda mais o tempo de transmissão de filmes estrangeiros a 75% de todos os filmes para transmissões terrestres e 80% para transmissões a cabo e via satélite. A animação estrangeira é limitada a 55% de todo o conteúdo de animação para transmissão terrestre e 70% de todo o conteúdo de animação para transmissões a cabo e via satélite. A música popular produzida no exterior é limitada a 40% de todo o conteúdo musical transmitido. Outra cota semestral limita o conteúdo de qualquer país a 80% da cota disponível para filmes, animação ou música estrangeiros.

O KORUS protege contra aumentos na quantidade de conteúdo doméstico necessário e garante que novas plataformas, como vídeo online e streaming de música, não estejam sujeitas a essas restrições legais. A Coreia mantém uma cota de telas para filmes, exigindo que qualquer tela de cinema exiba filmes nacionais pelo menos 73 dias por ano. A Lei de Radiodifusão contém restrições a locuções (dublagem) e publicidade local para canais de retransmissão estrangeiros. Essas proibições continuam sendo uma preocupação para as partes interessadas dos EUA, pois diminuem o valor de tais canais no mercado coreano.

6.5. Transporte

O transporte internacional de carga é principalmente marítimo, enquanto o transporte internacional de passageiros é principalmente aéreo (96%). O transporte doméstico de passageiros foi dominado pelo rodoviário (cerca de 85%) em 2017, enquanto o ferroviário e o metrô representaram 4,5% e 10,8%, respectivamente. Tanto o transporte rodoviário quanto o aéreo estão sujeitos às leis de concorrência, enquanto o segmento de transporte internacional de linha do transporte marítimo está isento.

6.5.1. Transporte marítimo

Consoante dados da UNCTAD, em 2020, a Coreia manteve sua posição como a 7ª do mundo por capacidade de carga em toneladas de peso morto (TPB) (3,93% do TPB total) (OMC, 2021). O setor marítimo é regulamentado principalmente pela Lei de Transporte Marítimo do MOF (Ministério dos Oceanos e Pesca). Após a falência da Hanjin Shipping em fevereiro de 2017, uma das dez maiores empresas de transporte marítimo do mundo, o MOF anunciou seu plano de cinco anos em abril de 2018 para reconstruir o setor de transporte marítimo.

O Plano tem como objetivos:

-assegurar volumes de carga estáveis com base em serviços marítimos e taxas de frete competitivas, operando um mecanismo de cooperação para benefício mútuo entre as companhias marítimas e os remetentes; restaurar a competitividade do transporte marítimo aumentando o número de navios de baixo custo e alta eficiência, expandindo a frota de bandeira nacional com mais 200 novos navios, incluindo navios de contêineres ultra-grandes, e apoiando a introdução de navios ecológicos;

-encorajar as companhias marítimas a continuar a inovação marítima, aumentando a cooperação entre si para assegurar a estabilidade de sua gestão, promovendo a cooperação entre as companhias marítimas de contêineres, apoiando as companhias de navegação de pequeno e médio porte, protegendo terminais portuários domésticos e internacionais e monitorando as transações de navegação.

O governo também tem feito esforços para construir um centro de energia marítima global por meio de parcerias mutuamente benéficas entre o transporte marítimo e a construção naval, e para aumentar a competitividade da indústria de construção naval, desenvolvendo tecnologia para construir embarcações ecologicamente corretas e apoiando as embarcações que se tornam ecológicas.

O progresso feito inclui ajuste de rotas sobrepostas e desenvolvimento de novas rotas; fornecer subsídios (para companhias marítimas) para substituir os navios de carga costeira por navios ecológicos, com uma meta de construir até 100 navios verdes até 2022; estabelecimento de infraestrutura para embarcações movidas a GNL; reabilitar a indústria de construção naval, etc...

O MOF preparou a Lei sobre o Desenvolvimento e Promoção de Embarcações Ecológicas, com vigência a partir de janeiro de 2020, com o objetivo de reduzir a poluição marinha. O Plano Nacional do Governo para o Desenvolvimento e Popularização do Navio Verde (2021-30), que foi anunciado em 23 de dezembro de 2020 e oficialmente denominado Estratégia de Promoção do Navio Verde 2030, foi baseado nesta lei. Esta estratégia visa desenvolver tecnologias avançadas para navios verdes para ajudar a eliminar as emissões de gases de efeito estufa em até 70% até 2030. Com a implementação desta estratégia, a Coreia deverá liderar o esforço para criar um ambiente sustentável e ecológico na indústria marítima amigável, renovando 15% (528 navios de 3.542) dos navios em navios ecológicos, ou "navios verdes".

O MOF também empreendeu esforços para fortalecer a segurança marítima, por exemplo, estabelecendo a Autoridade de Segurança do Transporte Marítimo da Coreia (KOMSA) em 2019 e introduzindo e implementando serviços de e-Navigation (e-Nav) marítimo, que contém previsões automáticas e avisos de colisão e encalhe, orientação de rota ideal, atualizações automáticas para cartas eletrônicas e informações a respeito de segurança marítima e climática.

De acordo com o MOF, esses serviços ajudarão a: (i) prevenir erro humano em acidentes marítimos relacionados com colisão/encalhe; (ii) promover a eficiência dos navios, portos e logística marítima; (iii) estabelecer uma infraestrutura de serviço digital marítimo; e (iv) estabelecer e operar a infraestrutura de serviços da 4ª Revolução Industrial no transporte marítimo. Foram estabelecidos nove centros de operação até 2021 para prover serviços e-Nav. Nessa seara, a Lei sobre a disponibilização e promoção da utilização do serviço de informação de tráfego marítimo inteligente (e-Nav Act) entrou em vigor em 30 de janeiro de 2021.

Dada a crise pandêmica e as crescentes incertezas sobre quando e como a demanda se recuperará, o governo coreano lançou um fundo de resgate de US\$33 bilhões para proteger sete de seus principais setores, incluindo os setores de navegação e construção naval.

O transporte marítimo coreano está aberto ao investimento estrangeiro. As transportadoras estrangeiras têm igual acesso às instalações e serviços portuários. No registro do navio, os navios que arvoram a bandeira coreana devem ser registrados no prazo de 60 dias após a aquisição. O capitão e o engenheiro-chefe de um navio internacional registrado sob a lei coreana devem ser de nacionalidade coreana. Para as embarcações nacionais essenciais, o número de estrangeiros permitido a bordo é limitado a seis; essas embarcações incluem aqueles que transportam materiais que têm importância significativa na economia nacional ou na segurança nacional, por exemplo, suprimentos militares, petróleo, GNL e carvão.

De acordo com a Lei dos Navios no artigo sexto, as embarcações estrangeiras não estão autorizadas a fazer cabotagem. No entanto, o comércio de cabotagem é permitido se especificado por lei ou tratado, aprovado pelo MOF, ou para com objetivo de impedir acidente marítimo ou captura marítima. Por exemplo, o comércio de cabotagem pode ser transportado por navios estrangeiros entre os portos de Busan e Gwangyang desde 2003, e entre os portos de Incheon e Gwangyang desde 2005, ambos sem limite de tempo. Os estrangeiros podem participar do transporte de mercadorias e passageiros entre a República Popular Democrática da Coreia e a República da Coreia, como sócios minoritários de joint-venture com uma empresa na República da Coreia.

A Coreia é uma Parte da Convenção sobre um Código de Conduta para Conferências Liner. As companhias marítimas regulares estão isentas das leis de concorrência e suas ações combinadas são permitidas. Há muitos incentivos fiscais. Por exemplo, o sistema de imposto voluntário sobre a tonelagem (TTS), que é baseado na tonelagem líquida de navios individuais, é aplicado às companhias marítimas (embarcações estrangeiras ou de bandeira coreana). Sob o TTS, as companhias marítimas qualificadas podem dividir suas receitas em receitas de remessa e receitas não relacionadas a remessas. O prazo obrigatório para aplicação do TTS é de cinco anos, e as empresas que optam por ele devem pagá-lo mesmo quando experimentam prejuízos operacionais. Quando os lucros operacionais são gerados, o TTS permite uma taxa de imposto efetiva mais baixa do que o sistema de imposto de renda das empresas. Em 2019, 64 empresas participaram desse sistema, em comparação com 70 em 2015.

Os portos são estatais e regulamentadas pelo MOF. De acordo com sua Política Portuária e Estratégia de Implementação para 2030, o MOF visa construir portos inteligentes de alto valor agregado com competitividade global. A Estratégia visa garantir a sustentabilidade através da implementação de automação e digitalização portuária atualizada, apoiando a ecologização e expandindo as instalações portuárias e alcançando a coexistência entre portos e comunidades.

O governo coreano está em processo de expansão da infraestrutura portuária para facilitar o transporte de cargas de importação e exportação. Para isso, tem promovido a parceria público-privada como um dos meios para o fornecimento antecipado de infraestrutura portuária, notadamente em Busan, Incheon, Pyeongtaek-Dangjin, Ulsan e Gwangyang, já que foram desenvolvidos e operados por fundos privados.⁸⁵

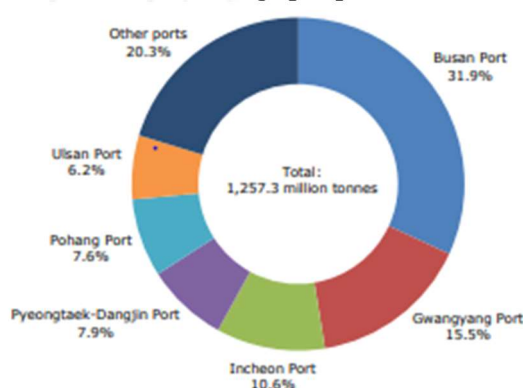
Para 31 portos comerciais, instalações sem fins lucrativos, como dragagem, proteção da costa e transporte do interior são fornecidas pelo governo, enquanto instalações

⁸⁵ Ministério do Oceano e da Pesca. Disponível em [A Five-Year Plan to Rebuild the Shipping Industry - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr). Acesso em 02/09/2021.

lucrativas, como os terminais de contêineres são operados de forma privada. As tarifas portuárias permanecem moderadas em comparação com outros portos da região. As taxas portuárias incluem aquelas para navios (taxas portuárias, aluguel de berço, fundeadouro e taxas de imobilização), carga (cais, demurrage), taxas de aluguel de terminal de passageiros e taxas de uso exclusivo (armazém e pátio).⁸⁶

Autoridades portuárias, como a Autoridade Portuária de Busan e a Autoridade Portuária de Incheon, que são de propriedade majoritária do Estado, administram os portos. A movimentação de contêineres atingiu 29 milhões de TEU (unidade equivalente a 20 pés) em 2019, ante 26,3 milhões de TEU em 2016. A Coreia dispõe da quarta maior capacidade de movimentação de contêineres do mundo, atrás apenas da China, Estados Unidos e Cingapura. Em termos de capacidade de movimentação de carga, o Porto de Busan é o maior porto da Coreia e tem investido em centros portuários de distribuição (distriparks) para fortalecer sua posição como centro logístico regional.

Figura 35 - Movimentação de carga por porto coreano



Fonte: OMC, 2021

Consoante a Política Portuária para 2030 e a Estratégia de Implementação, a meta é chegar a 2030 com um volume de carga de 19.6 bilhões de toneladas e uma produção de 83 trilhões de won, e também a criação de 550 mil empregos.⁸⁷ A estratégia de implementação visa estabelecer as bases de uma logística marítima inteligente por meio da automação e da digitalização portuária.⁸⁸

Além disso, a estratégia de implementação prevê o fortalecimento da competitividade global por meio da expansão contínua das instalações portuárias⁸⁹:

① Construção do Porto de Busan e do Novo Porto de Jinhae no momento certo para consolidar seu status como um centro logístico no Nordeste da Ásia;

⁸⁶ Ministério do Oceano e da Pesca. Disponível em [A Five-Year Plan to Rebuild the Shipping Industry - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/eng/ship/plan/5year). Acesso em 02/09/2021.

⁸⁷ Ministério do Oceano e da Pesca. Disponível em [2030 Port Policy and Implementation Strategy - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/eng/ship/plan/2030). Acesso em 02/09/2021.

⁸⁸ MOF. Disponível em [2030 Port Policy and Implementation Strategy - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/eng/ship/plan/2030). Acesso em 02/09/2021.

⁸⁹ MOF. Disponível em [2030 Port Policy and Implementation Strategy - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/eng/ship/plan/2030). Acesso em 02/09/2021.

- ② Desenvolvimento do Porto de Gwangyang como o melhor porto logístico integrado da Ásia conectado às indústrias do interior;
- ③ Desenvolvimento especializado de portos em áreas do Mar Ocidental, como o Porto de Incheon, como ponto de apoio comercial para a China;
- ④ Desenvolvimento de portos em áreas do mar leste, como o Porto de Ulsan, como uma base avançada de nova energia e logística do norte.

Por fim, a estratégia visa aumentar a sustentabilidade por meio da coexistência entre portos e comunidades por meio da⁹⁰:

- ① Expansão do investimento e criação de empregos por meio da diversificação das funções portuárias
- ② Promover o desenvolvimento regional por meio da reabilitação de portos antigos e ociosos
- ③ Transformar o porto em um espaço limpo e seguro.

De acordo com o índice Liner Shipping Connectivity através do mundo⁹¹, no terceiro trimestre de 2020, a economia mais bem conectada à rede de transporte marítimo global, medida pelo LSCI, foi a China. Cingapura, República da Coreia, Estados Unidos da América e Malásia vêm em seguida na classificação. Os líderes sub-regionais incluíram: Reino Unido, Holanda e Bélgica na Europa; Panamá, Colômbia e México na América Latina e Caribe; Egito, Marrocos e África do Sul na África; e Sri Lanka e Índia no Sul da Ásia. Em 2019, todas as 15 principais conexões bilaterais eram intra-regionais, nomeadamente na Europa e no Leste e Sudeste Asiático.

Nos últimos dez anos, a ordem de classificação entre as economias mais conectadas permaneceu quase inalterada, com a China bem à frente das outras. Durante o ano de 2020, os Estados Unidos da América mostraram um rápido aumento na sua conectividade, permitindo ao país subir uma posição, antes da Malásia.⁹²

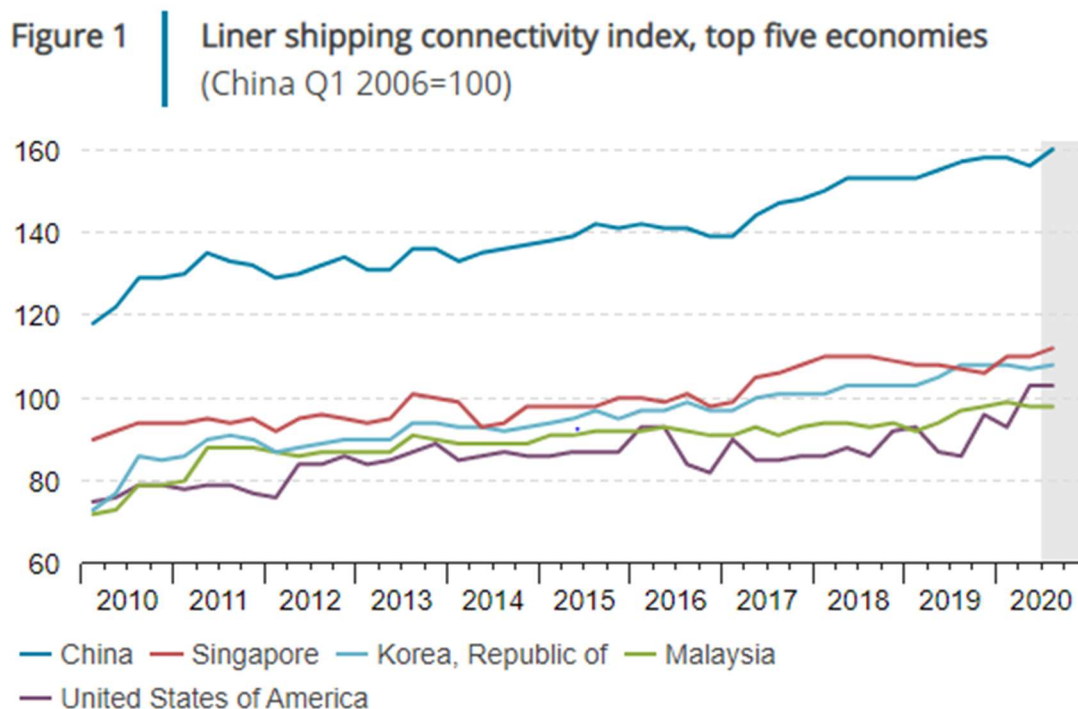
Na figura abaixo, é possível observar o índice de conectividade do transporte marítimo de linha. Observa-se que a Coreia do Sul está sempre entre as cinco melhores no índice, finalizando em terceiro lugar.

⁹⁰ MOF. Disponível em [2030 Port Policy and Implementation Strategy - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/eng/2030-port-policy). Acesso em 02/09/2021.

⁹¹ UNCTAD. Disponível em [UNCTAD Handbook of Statistics 2020 - Maritime transport indicators](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/2020-handbook-statistics-maritime-transport-indicators). Acesso em 2/12/2021.

⁹² UNCTAD. Disponível em [UNCTAD Handbook of Statistics 2020 - Maritime transport indicators](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/2020-handbook-statistics-maritime-transport-indicators). Acesso em 2/12/2021.

Figura 36 - Índice de Conectividade do Transporte Marítimo de Linha



Fonte: UNCTAD, 2020

6.5.2. Transporte aéreo

O transporte aéreo é regulamentado pela Lei da Aviação do Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte. Sob esse Ministério, está a KOCA, que é o Escritório de Aviação Civil. A indústria de aviação da Coreia emergiu como uma das líderes mundiais da aviação, apesar de sua história relativamente curta de 61 anos⁹³. O notável crescimento do setor foi alcançado nos últimos 61 anos, desde que o primeiro voo de Seul para Tóquio foi lançado com sucesso em outubro de 1951 pela Korea Airline Corporation, a companhia aérea estatal do país.⁹⁴

Os serviços de transporte aéreo da Coreia, principalmente voos internacionais regulares, cresceram rapidamente entre 2016 e 2019. Refletindo a pandemia COVID-19, o número de passageiros transportados em voos internacionais diminuiu 73% em 2020 em relação ao nível de 2019. Os voos domésticos diminuíram em média 14,6% no mesmo período.

O transporte aéreo é regulamentado pela Lei da Aviação do MOLIT. A política de aviação tem como objetivos:

- Prover serviços de transporte aéreo convenientes e seguros, transformando a Coreia em uma potência da aviação líder na região do Pan-Pacífico; expandir o número de cidades e rotas internacionais para tornar a Coreia o maior centro de transporte aéreo da Ásia; expandir a rede de aviação internacional negociando com países da América e da África e

⁹³ Escritório de Aviação Civil da Coreia. Disponível em [KOCA](#). Acesso em 24/11/2021.

⁹⁴ Escritório de Aviação Civil da Coreia. Disponível em [KOCA](#). Acesso em 24/11/2021.

buscar “acordos de céu aberto” com a União Europeia (assinados em 2020) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); promover acordos de céu aberto com economias asiáticas; aumentar a capacidade de fornecimento de serviços de transportadora de baixo custo (LCC) e fornecer controle de tráfego aéreo contínuo estabelecendo o segundo Centro de Controle de Área em 2017.

-Promover o Aeroporto Internacional de Incheon (IIA) como um hub aeroportuário no Nordeste da Ásia, implementando o projeto de expansão da quarta fase e transformando-o em um dos melhores do mundo em aeroportos apoiados por suas capacidades de movimentação de carga e transporte de passageiros.

-Fortalecer o patamar da Coreia como uma potência da aviação, mantendo o nível mais alto do mundo em segurança de aviação e avaliação de proteção; tornar-se um país de design de aeronaves de médio porte, estabelecendo uma infraestrutura de certificação nacional para a fabricação de aeronaves e implementar projetos de treinamento da força de trabalho da aviação.

A Coreia conta com 12 companhias aéreas de bandeira nacional: 2 companhias aéreas de serviço completo (Korean Air e Asiana Airlines), 9 companhias aéreas de baixo custo (Jeju Air, Air Busan, Jin Air, Eastar Jet, t'way, Air Seoul, Flygangwon, Aero k e Airpremia), e 1 transportadora de carga (Air Incheon). Todas as companhias aéreas são propriedade privada.

A propriedade estrangeira de operadoras aéreas coreanas é limitada a menos de 50%, e as operadoras devem registrar suas aeronaves em território coreano. O investimento estrangeiro no apoio às atividades de transporte aéreo, incluindo manutenção, reparo e revisão de aeronaves, é permitido sem restrições ao investimento estrangeiro, e o limite de capital estrangeiro anterior de 50% foi removido em 2017. A cabotagem não é permitida aos estrangeiros.

Os serviços aéreos internacionais são regidos por acordos bilaterais de serviços aéreos (ASAs), e a Coreia assinou ASAs bilaterais com 92 países até 2021, incluindo acordos de “céu aberto”. As autoridades afirmam que, desde 2016, a Coreia assinou novos ASAs (com a Etiópia, União Europeia, Geórgia, Itália, Letônia, Paraguai, Portugal, Ruanda, Sérvia e Seychelles) e atualizou outros (com a República Tcheca, Finlândia, Grécia, República do Quirguistão, Holanda, Panamá, Filipinas, Polônia, Espanha e Turcomenistão).

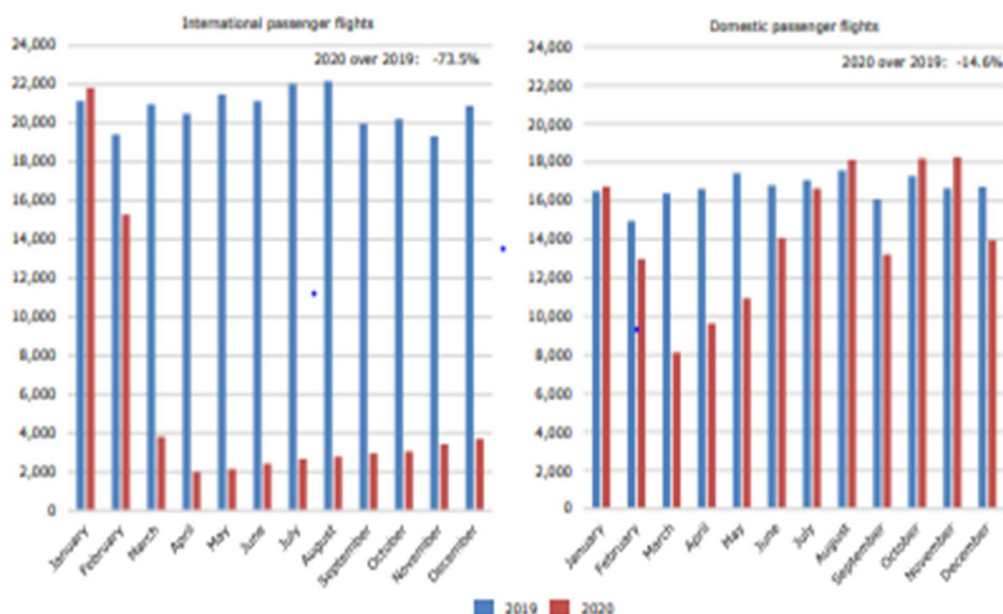
A maioria dos ASAs pontua um Índice de Liberalização Aérea (ALI) de menos de 30 (de 50 possíveis). Isso é em grande parte um reflexo da ausência nesses acordos de direitos de tráfego de cabotagem e de uma cláusula de retenção baseada principalmente em “propriedade substancial e controle efetivo”.

Exceções notáveis são os ASAs concluídos com Canadá, Chile, Equador e Estados Unidos (que pontuam ALIs de 30 ou mais), essencialmente devido à inclusão de preços mais liberais e provisões de capacidade. A frequente indisponibilidade de informações disponíveis publicamente sobre cláusulas de cooperação provavelmente reduziu o valor das pontuações totais do ALI.

A figura 29 aponta o movimento internacional de voos domésticos entre 2019 e 2020. Como é possível atestar, o número de voos internacionais caiu bastante em 2020, em

virtude da pandemia de COVID-19, principalmente a partir de março. No entanto, os voos domésticos apresentaram uma recuperação notável já em 2020, principalmente a partir de agosto.

Figura 37 - Voos domésticos e internacionais da Coreia entre 2019 e 2020



Fonte: OMC, 2021

O Aeroporto Internacional de Incheon é a principal porta de entrada da Coreia e existem outros 14 aeroportos locais. Ele é operado e administrado pela Incheon International Airport Corporation, uma entidade estatal, que é um hub global que conecta 186 cidades em 54 países. Atualmente, 84 companhias aéreas operam no aeroporto, ligando 176 cidades em todo o mundo. O Aeroporto Internacional de Incheon exportou know-how de operação aeroportuária para países como Rússia, Indonésia, Iraque e Filipinas.⁹⁵

O Ministério da Terra, Infraestrutura e Transporte (MOLIT) planejou implementar o projeto de expansão da quarta fase no IIA até 2024, cuja conclusão permitiria que o aeroporto se tornasse o mais forte para o nordeste da Ásia.

A Korea Airports Corporation (KAC) é uma entidade estatal, que gera e opera 14 aeroportos, como organização especializada em gestão aeroportuária na República da Coreia. Ela também desempenha um papel importante para a aviação civil na Coreia do Sul através da operação e manutenção das instalações dos Centros de Controle de Área, NAVAIDs em rota e através da oferta de cursos de treinamento de aviação.⁹⁶

A cabotagem é reservada às transportadoras nacionais. A propriedade estrangeira de operadoras aéreas coreanas é limitada a menos de 50% e as operadoras devem registrar suas aeronaves na Coreia. O investimento estrangeiro em atividades de apoio ao

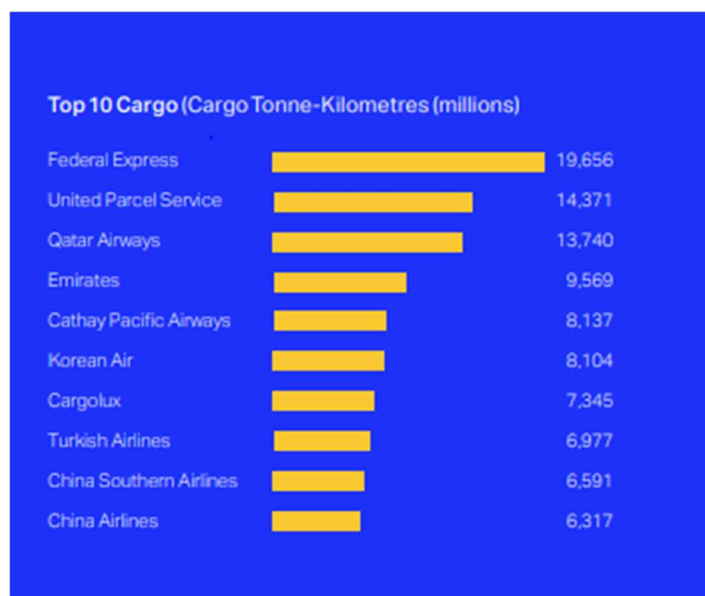
⁹⁵ Escritório de Aviação Civil da Coreia. Disponível em [KOCA](#). Acesso em 24/11/2021.

⁹⁶ Escritório de Aviação Civil da Coreia. Disponível em [KOCA](#). Acesso em 24/11/2021.

transporte aéreo é permitido, exceto para manutenção, reparo e revisão de aeronaves, em que o investimento estrangeiro é limitado a menos de 50%.

A figura abaixo mostra a carga transportada pelas principais companhias aéreas do mundo. A companhia coreana Korean Air está em sexto lugar.⁹⁷

Figura 38 - As 10 principais companhias aéreas transportadoras de carga do mundo



Fonte: IATA, 2021

Em termos das maiores companhias aéreas do setor em 2019, a Korean Air foi a quinta maior companhia de frete internacional. No total doméstico e internacional, ficou em sexto.⁹⁸ No transporte de passageiros, a posição da Korean Air é 19°.⁹⁹

Figura 39 - Maiores companhias aéreas em toneladas por quilômetro de frete

Scheduled Cargo Tonne-Kilometres							
International				Domestic			
Rank	Airline	Millions	Rank	Airline	Millions	Rank	Airline
1	Qatar Airways	13,740	1	Federal Express	9,390	1	Federal Express
2	Federal Express	10,266	2	United Parcel Service	7,353	2	United Parcel Service
3	Emirates	9,569	3	Air Transport International ⁽²⁾⁽⁴⁾	1,374	3	Qatar Airways
4	Cathay Pacific Airways	8,137	4	Atlas Air ⁽⁴⁾	1,084	4	Emirates
5	Korean Air	8,091	5	China Southern Airlines	996	5	Cathay Pacific Airways
6	Cargolux	7,345	6	Kalitta Air ⁽²⁾⁽⁴⁾	990	6	Korean Air
7	United Parcel Service	7,017	7	SF Airlines	934	7	Cargolux
8	Turkish Airlines	6,958	8	Air China	838	8	Turkish Airlines
9	China Airlines	6,317	9	United Airlines	687	9	China Southern Airlines
10	China Southern Airlines	5,595	10	China Eastern Airlines	679	10	China Airlines

Fonte: IATA, 2021

⁹⁷ World Air Transport Statistics, IATA. Disponível em <https://www.iata.org/contentassets/a686ff624550453e8bf0c9b3f7f0ab26/wats-2021-mediakit.pdf>. Acesso em 03/09/2021.

⁹⁸ World Air Transport Statistics, IATA. Disponível em <https://www.iata.org/contentassets/a686ff624550453e8bf0c9b3f7f0ab26/wats-2021-mediakit.pdf>. Acesso em 03/09/2021.

⁹⁹ World Air Transport Statistics, IATA. Disponível em <https://www.iata.org/contentassets/a686ff624550453e8bf0c9b3f7f0ab26/wats-2021-mediakit.pdf>. Acesso em 03/09/2021.

6.5.3. Transporte terrestre

O transporte doméstico de passageiros e carga é dominado pelo modal rodoviário (em 2018, 84,6% para passageiros e 92,6% para carga), seguido por ferrovia e trens: 4,5% (ferrovia) e 10,8% (metrô) para passageiros. Não é permitida a cabotagem de transporte terrestre. O transporte rodoviário é regulamentado pelo MOLIT. A Coreia possui mais de 112.977 km de estradas, com 41 vias expressas e 52 rodovias nacionais (OMC, 2021).

O governo incentiva o investimento privado na construção de estradas, através de contratos chamados construir-transferir-operar (BTO, em inglês). Os estrangeiros podem investir na construção de estradas promovidas como projetos de investimento privado de acordo com as leis pertinentes. A legislação aplicável em vigor não contém disposições que distinguem os nacionais e os estrangeiros em termos de investimento.

As condições de licenciamento para serviços de ônibus são regulamentadas pela Lei de Serviços de Transporte de Passageiros. Os operadores privados, incluindo os estrangeiros, são elegíveis para uma licença se cumprirem os requisitos previstos na lei. As tarifas dos ônibus que operam dentro de uma cidade são regulamentadas pelos governos locais, enquanto as tarifas dos ônibus intermunicipais são regulamentadas pelo governo central.

Serviços de caronas estão sujeitos a regulamentações rígidas, dificultando o desenvolvimento de novos modelos de negócios ou a comercialização de novos produtos digitais. Por exemplo, Uber e Kakao Carpool lutam para atender o mercado coreano, pois a lei de Serviço de transporte de passageiros limita o uso comercial de carros particulares durante os horários de pico (7h-9h e 18h-20h). Para as autoridades públicas, no entanto, o governo vem dando assistência institucional para apoiar o crescimento de novos negócios em quesito de mobilidade. Por exemplo, o governo definiu um quadro institucional para plataformas de transporte de passageiros em abril de 2021 e usa operadores de transporte conectados às tecnologias de informação com seus consumidores por meio dessas plataformas. Um intervalo de horas de deslocamento para o uso comercial de veículos automotores não comerciais para transporte de passageiros foi acordado em março de 2019, o que levou à alteração da Lei do Serviço de Transporte de Passageiros em agosto de 2019.

O transporte de carga é regulamentado pela Lei de Negócios de Transporte Rodoviário. Já o transporte ferroviário é regulamentado pelo Railroad Enterprise Act do Rail Policy Bureau do MOLIT. A Korea National Railway, uma agência governamental, é responsável pela construção de ferrovias, incluindo infraestrutura ferroviária de alta velocidade, convencional e urbana. A Korea Railroad Corporation (KORAIL) faz tarefas de gestão, incluindo a manutenção de instalações ferroviárias.

A KORAIL e a SR Corporation, ambas empresas públicas, são operadoras ferroviárias nacionais. A KORAIL administra ferrovias de alta velocidade, ferrovias gerais e ferrovias de carga, enquanto a SR administra algumas ferrovias de alta velocidade. Alterações de tarifa de trem (de passageiros) devem ser notificadas ao MOLIT, mas alterações de tarifa de frete não estão sujeitas a este requisito.

Todos os operadores ferroviários devem ser licenciados pelo MOLIT e atender aos requisitos listados na Lei das Empresas Ferroviárias. As empresas estrangeiras podem fornecer serviços de transporte ferroviário para rotas construídas após 1 de julho de 2005,

desde que façam um teste de necessidades econômicas e cumpram os requisitos de licenciamento estipulados na Lei de Empresas Ferroviárias. Existem três empresas privadas no setor de transporte ferroviário.

6.6. Serviços de distribuição

Os serviços de distribuição (comércio atacadista e varejista) corresponderam a 7,6% do PIB em 2020, ante 8,1% em 2016 e 7,8% em 2019. A participação do setor no emprego total também diminuiu de 14,2% em 2016 para 13,1% em 2020. Sua taxa de crescimento passou de positiva de 2016 a 2019 para negativa em 2020 (-1,9%).

O setor é regulado pela Lei de Desenvolvimento das Indústrias da Distribuição, pela política de concorrência e legislação de proteção ao consumidor. É permitida a entrada de estrangeiros em atividades comerciais, com a exceção das áreas de: (i) armas de fogo, explosivos e espadas; (ii) obras de arte e antiguidades; e (iii) operação de serviços de distribuição em mercados públicos atacadistas de produtos agrícolas, pesqueiros e pecuários. Os participantes estrangeiros recebem tratamento nacional.

O setor está regulado pelo Ministério de Comércio, Indústria e Energia. Qualquer pessoa (nacional ou estrangeira) que pretenda abrir uma grande loja ou supermercado em qualquer área de preservação de comércio tradicional deve se registrar na prefeitura local antes de iniciar seus negócios. Não é necessária licença.

6.7. Comércio digital

A Coreia do Sul é um país onde mais de 90% dos indivíduos usam a Internet e o comércio eletrônico se desenvolve de forma rápida. A partir de 2016, as compras online ultrapassaram as vendas dos hipermercados, tornando o e-commerce o maior canal de varejo na Coreia. Os sites de comércio eletrônico populares incluem leilão, G-market, 11st, Coupang e Naver Store. Em 2020, o e-commerce registrou seu maior crescimento, refletindo as mudanças no estilo de vida dos consumidores devido à pandemia, que acelerou a opção pelas compras online.

As compras online domésticas atingiram US \$115,4 bilhões em 2019, ante US \$100,8 bilhões em 2018. As compras online domésticas atingiram US \$135,1 bilhões em 2020. As compras online no exterior também estão aumentando rapidamente. O comércio eletrônico internacional atingiu US \$3,3 bilhões em 2019, ante US \$2,7 bilhões em 2018. Amazon.com e eBay são os sites de compras online estrangeiros mais usados e visitados por coreanos.

Os produtos mais populares provenientes de varejistas online nacionais em 2019 foram viagens e serviços de transporte (12,9%), eletrodomésticos e eletrônicos (10,8%), roupas (10,7%), alimentos e bebidas (9,9%), cosméticos (9,2%), utensílios domésticos (7,4%) e serviços de alimentação (7,2%). De acordo com a Agência Aduaneira da Coreia, os produtos de origem estrangeira mais populares de varejistas online por coreanos em 2019 foram preparações alimentícias (20%), eletrônicos (12%) e cosméticos (7%).

O comércio eletrônico é regulado notadamente pela Lei de Proteção ao Consumidor no Comércio Eletrônico (Lei nº 15141), que foi parcialmente alterada em novembro de 2017. Esta lei está sendo totalmente revisada, no entanto, conforme informações da OMC.

O Ministério do Comércio, Indústria e Energia é responsável pelo desenvolvimento do comércio eletrônico, enquanto a FTC (Fair Trade Commission) regula as atividades de comércio eletrônico relacionadas à concorrência. O desenvolvimento do comércio eletrônico está vinculado a vários aspectos da economia, incluindo a proteção dos direitos de propriedade intelectual, o pagamento eletrônico e o serviço de entrega. As medidas adotadas pelo governo para promover o desenvolvimento do comércio eletrônico incluem a padronização dos dados de transação de mercadorias online e a promoção da transformação digital. O método de pagamento preferido para compras online é por cartão de crédito.

6.8. Turismo

O turismo desempenha um papel importante na economia, correspondendo a 4,7% do PIB em 2018. Estima-se que o turismo gere 1,4 milhões de empregos (diretos e indiretos), ou cerca de 5,3% do emprego total. As atividades hoteleiras e de alimentação representaram 2,2 % do PIB em 2020 e 8,0% do emprego (OMC, 2021). O setor contraiu significativamente em 2020, devido à pandemia COVID-19. Estima-se que o setor de viagens e turismo da Coreia tenha perdido aproximadamente 16,6 trilhões de won em 2020, devido a uma rápida redução nas chegadas e partidas de viagens internacionais. Nesse sentido, o governo implementou medidas de apoio econômico no valor total de 2 trilhões de won para a indústria do turismo, incluindo apoio financeiro e fiscal e apoio ao emprego.

Sob o impacto do COVID-19, a transformação digital se acelerou no setor do turismo, e o governo aprimorou a P&D, a gestão de dados e o treinamento da força de trabalho com o objetivo de facilitar às empresas de turismo a conversão ou expansão de seus negócios, utilizando grandes dados, inteligência artificial e outras tecnologias avançadas.

O número de visitantes internacionais na Coreia chegou a 15,3 milhões em 2018. Os maiores fluxos de visitantes são dos vizinhos da Coreia (China, Japão e Taiwan), seguidos pelos Estados Unidos e Hong Kong. Os déficits do turismo aumentaram durante o período entre 2016-2020, à medida que as receitas do turismo receptivo diminuíram, enquanto as despesas do turismo emissor aumentaram rapidamente. O número de viagens domésticas vinha aumentando, de 227,1 milhões em 2014 para 311,2 milhões em 2018.

Conforme relatório da OCDE¹⁰⁰ sobre turismo na Coreia, de 2017 para 2018, as viagens no mesmo dia diminuíram 14,1% para 147,9 milhões, enquanto as viagens noturnas aumentaram 44,7% para 163,2 milhões. O número de pernoites de visitantes domésticos em estabelecimentos de alojamento coletivo totalizou 408,9 milhões em 2018.¹⁰¹

A OCDE aponta que essa atividade é um importante impulsionador do crescimento econômico no país. Houve um sólido crescimento das despesas de turistas estrangeiros em 2018, com as despesas de visitantes internacionais crescendo 14,6%, para 16,7 trilhões de won. Os gastos dos visitantes chineses, agora o principal mercado da Coreia em valor e volume, chegaram a 6,2 trilhões de won em 2018. Outros grandes mercados

¹⁰⁰ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰¹ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

que apresentaram forte crescimento foram os Estados Unidos (1,9 trilhões de won) e o Japão (1,7 trilhão de won).¹⁰²

O setor do turismo é regulado pelo Ministério da Cultura, Desporto e Turismo (MCST) e pelo seu Gabinete de Política Turística e pelo Gabinete de Política da Indústria do Turismo. O MCST trabalha em estreita colaboração com a Organização de Turismo da Coreia, uma organização com financiamento público responsável pelo marketing e promoção do turismo, tanto no mercado interno quanto no exterior. Além disso, o Encontro Nacional de Estratégia do Turismo, estabelecido em 2017, é realizado anualmente para discutir formas de atrair mais turistas internacionais e impulsionar as viagens nacionais.

Com o objetivo de promover o investimento privado, a Coreia também notificou à OMC que, de acordo com o Decreto de Execução da Lei de Promoção do Turismo, o número mínimo de quartos necessários para o registro de uma empresa de condomínio turístico foi reduzido de 30 para 20, para um período de dois anos de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2018; e o capital comercial mínimo exigido para o registro de uma empresa de viagens (viagens gerais, internacionais e domésticas) foi reduzido durante o mesmo período.

Em dezembro de 2017, a reunião de Estratégia Nacional do Turismo foi estabelecida. O encontro reúne não só o ministro do turismo, mas também ministros relacionados, incluindo os dos negócios estrangeiros, transportes, direito e justiça e marítimo. Em abril de 2019, a terceira reunião discutiu maneiras de atrair mais turistas internacionais e impulsionar as viagens domésticas para estimular as economias regionais.¹⁰³

O MCST trabalha em estreita colaboração com a Organização de Turismo da Coreia, que é financiada publicamente e responsável pelo marketing e promoção da Coreia no mercado interno e externo. A organização reformou recentemente a sua estrutura, reforçando ainda mais os principais departamentos e alinhando-os de perto com as prioridades da política de turismo do governo. Isso inclui o bem-estar do turismo, apoiando o crescimento de empresas de turismo, gestão de segurança, cooperação internacional e a aplicação de tecnologias de big data ao turismo.¹⁰⁴

A partir de agosto de 2018, o turismo passou a ser responsabilidade do Segundo Vice-Ministro do Ministério da Cultura, Esportes e Turismo (MCST) com duas diretorias principais:

-o Bureau de Políticas de Turismo, abrangendo divisões separadas para Política, Promoção do Turismo Doméstico, Turismo Internacional e Melhoria dos Serviços de Turismo e

¹⁰² Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰³ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰⁴ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

-o Gabinete de Política da Indústria do Turismo, composto pelas divisões de Política da Indústria do Turismo, Convergência da Indústria do Turismo e Desenvolvimento do Turismo.¹⁰⁵

O Fundo de Promoção e Desenvolvimento do Turismo apoia o turismo de acordo com a Lei-Quadro do Turismo. Em 2018, a despesa total do Fundo foi de aproximadamente 811 bilhões de won, incluindo 97 bilhões de won para a promoção da indústria do turismo, bem como infraestrutura turística e outros projetos para atrair turistas estrangeiros.¹⁰⁶

A Estratégia de Inovação em Turismo da Coreia, anunciada em abril de 2019, foi o resultado da terceira reunião de estratégia de turismo nacional. Ele guiou a indústria do turismo por um período de crescimento impressionante em visitas e despesas. No entanto, o setor enfrenta uma série de desafios para garantir que o ritmo de crescimento continue de forma sustentável. Os principais desafios incluem:

-Garantir o crescimento contínuo de turistas que chegam e turistas de maior rendimento, melhorando a facilitação de vistos.

-Fortalecimento da competitividade das PMEs do turismo em resposta às tendências futuras do turismo.

-Aumentar a dispersão de visitantes para regiões menos visitadas

-Aumentar a atratividade e a qualidade dos produtos e serviços turísticos.¹⁰⁷

Sob os auspícios da Estratégia de Turismo para 2020, a Coreia está buscando uma série de respostas políticas para enfrentar esses desafios. Primeiro, o governo vai flexibilizar as regras de visto para atrair mais visitantes da China, Vietnã, Filipinas, Indonésia e Índia. Em segundo lugar, quatro municipalidades locais serão transformadas em polos de turismo regionais e os programas turísticos irão abraçar mais conteúdo cultural, incluindo K-pop, para atrair fãs estrangeiros da cultura pop coreana. O governo também aumentará os subsídios ao turismo para um nível semelhante ao atribuído à indústria manufatureira. Ele fornecerá aos empreendimentos turísticos até 198 bilhões de won¹⁰⁸.

Para incentivar os turistas estrangeiros a viajar para outros destinos dentro da Coreia, o governo e a indústria do turismo desenvolveram várias medidas. Uma política específica é estender vistos de entrada múltipla para cidadãos chineses que residam em cidades economicamente mais prósperas do país. Atualmente, os vistos - que permitem entrada e

¹⁰⁵ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰⁶ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰⁷ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹⁰⁸ Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

saída ilimitadas de e para a Coreia durante um certo período de tempo - estão disponíveis apenas para residentes de Pequim, Xangai, Guangzhou e Shenzhen¹⁰⁹.

Além de um marketing mais agressivo da cultura pop coreana, outra proposta do governo é expandir o turismo para incluir a Zona Desmilitarizada entre a Coreia do Sul e a República Democrática da Coreia, uma área de fronteira de interesse turístico que tem cerca de 250 quilômetros de extensão e cerca de 4 quilômetros de largura.

Outras iniciativas de política incluem:

- 1) Programas de turismo de ciclo de vida adaptados a todas as faixas etárias, de crianças a idosos. Os planos também são dedicados a atrair e apoiar grupos desfavorecidos.¹¹⁰
- 2) Conteúdo turístico personalizado, promoção e estratégias de marketing para cada um dos principais mercados de origem.

Uma plataforma online dedicada e estratégias aprimoradas de marketing digital para aprimorar a experiência dos viajantes independentes. Os roteiros turísticos recomendados foram desenvolvidos com a oportunidade de comprar produtos.¹¹¹

7. Propriedade Intelectual: aspectos legais

As informações contidas na seção sobre propriedade intelectual foram baseadas no Trade Policy Review da Coreia do Sul e em documentos da Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

7.1. Aspectos gerais

O regime de PI da Coreia, uma infraestrutura importante para aumentar a competitividade nacional e corporativa, continuou a evoluir rapidamente em resposta aos desenvolvimentos tecnológicos e à busca de objetivos de política pública. De acordo com as autoridades, ao avançar para a era criativa e inovadora da Quarta Revolução Industrial, os direitos de propriedade intelectual estão se tornando rapidamente um componente essencial da sociedade. A Coreia vem mantendo suas boas posições nos rankings internacionais de direitos de propriedade intelectual e inovação. As receitas comerciais (encargos pelo uso de PI, exportações) de royalties de PI e taxas de licenciamento cresceram continuamente de US \$ 4,3 bilhões em 2013 para US \$ 6,9 bilhões em 2016 para US \$ 7,7 bilhões em 2019, reduzindo assim significativamente o déficit comercial na área de PI e registrando um superávit comercial em direitos autorais.

De acordo com a Lei-Quadro de Propriedade Intelectual de 2011 (IPFA), foram lançadas as bases para o estabelecimento de leis, sistemas e diretrizes para os direitos de propriedade intelectual. Foi também criado um Conselho Presidencial de Propriedade Intelectual (PCIP) para revisar e ajustar as principais políticas de PI, bem como para avaliar e monitorar o progresso da PI. Segundo o Plano Diretor Nacional de Propriedade Intelectual de dezembro de 2016 (2017-21) estabeleceu-se a direção da política e

¹⁰⁹Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹¹⁰Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

¹¹¹Relatório da OCDE sobre Turismo na Coreia. Disponível em [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](#). Acesso em 24/11/2021.

objetivos estratégicos sob a visão de "garantir a competitividade nacional da PI para liderar a 4ª Revolução Industrial". Sua implementação visa proporcionar o avanço do sistema de PI e os efeitos colaterais econômicos, como geração de 7.725,1 bilhões de won, valor agregado de 3.601,7 bilhões de won e 79.076 empregos. A direção das principais políticas coreanas foi alterada para a criação de PI focada na qualidade ao invés da quantidade; expansão das transações de PI, finanças de PI e áreas de serviço de PI centradas no setor privado; e proteção reforçada da PI.

Para 2021, as cinco principais áreas de estratégia são: (i) conversão de PI em ativos com base na análise de mercado; (ii) fortalecimento do crescimento e proteção das PMEs; (iii) apoiar a PI doméstica para entrar no mercado global; (iv) criar um ecossistema de justiça e coexistência correspondente ao ambiente digital; e (v) estabelecer um campo de PI centrado em pessoas e cultura. Dessa forma, a Coreia estabeleceu um sistema que irá promover a criação, proteção e uso dos direitos de propriedade intelectual.

Na Coreia do Sul, é possível registrar direitos de PI para marcas comerciais, patentes, designs, direitos autorais e proteção de novas variedades de plantas. A Comissão de Direitos Autorais dentro do Ministério da Cultura, Esportes e Turismo da Coreia supervisiona os direitos autorais, o Serviço de Sementes e Variedades supervisiona a proteção de variedades de plantas e todos os outros direitos de propriedade industrial são supervisionados pelo Escritório de Propriedade Intelectual da Coreia (KIPO). O KIPO tem como missão fortalecer a competitividade nacional e a geração de empregos por meio do estabelecimento de novos mercados e por meio da liderança no crescimento de empresas com propriedade intelectual. Sua visão é avançar a economia coreana para a liderança na era da chamada Indústria 4.0.¹¹²

O KIPO também tem como objetivo geral estabelecer um ciclo virtuoso para a criação de propriedade intelectual, sua proteção e utilização. Seus objetivos estratégicos são: apoiar a criação de robustos direitos de propriedade intelectual, fortalecer a capacidade de facilitação do exercício de tais direitos, construir um sistema forte de proteção dos direitos de propriedade intelectual e criar um ecossistema futuro propício para a propriedade intelectual.¹¹³

No ranking mundial de inovação de 2020, a Coreia do Sul ficou em 10º entre 131 economias mundiais.¹¹⁴ A Coreia também está em segundo lugar entre as 17 economias do Sudeste Asiático, Leste Asiático e Oceania. No que tange ao seu setor de negócios, a Coreia do Sul ocupa o 2º lugar mundial em P&D realizado por empresas e em Pesquisa de talentos em empresas, e o 3º em P&D financiado por empresas¹¹⁵. A economia também se destaca por seu capital humano e sistemas de pesquisa. A Coreia ocupa a 2ª posição em despesas de P&D, a 3ª em ambos os pesquisadores e em matrículas de ensino superior e a 4ª em empresas globais intensivas em P&D. Ela também alcança uma classificação entre os 10 primeiros em escalas do PISA e qualidade das universidades.

Em virtude da excelência de seu ecossistema de inovação, a República da Coreia é líder mundial em patentes e Desenhos industriais por origem e está entre os 10 primeiros em

¹¹² Disponível em www.kipo.go.kr/en/htmlapp?c=40100&catmenu=ek01_04_01. Acesso em 08/08/2021.

¹¹³ Disponível em www.kipo.go.kr/en/htmlapp?c=40100&catmenu=ek01_04_01. Acesso em 08/08/2021.

¹¹⁴ O Global Innovation Index (GII) ranqueia as economias mundiais de acordo com suas capacidades de inovação. Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em: 23/08/2021.

¹¹⁵ Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em 23/08/2021.

patentes PCT, modelos de utilidade e alta tecnologia manufatureira e exportações¹¹⁶. Vários de seus outros indicadores estiveram entre os 10 primeiros este ano. Isso inclui facilidade de resolução de insolvência, uso da TIC (tecnologia da informação e comunicação), serviços online do governo, crédito interno ao setor privado e intensidade da competição local. A Coreia também é líder global em participação eletrônica.

A Coreia do Sul ocupa o 8º lugar em qualidade de inovação, graças especialmente aos seus esforços na internacionalização de suas invenções. Mais de 40% de sua pontuação em qualidade de inovação deve-se ao alcance do 1º lugar no indicador famílias de patente.¹¹⁷

A República da Coreia ainda ocupa a 8ª posição no novo indicador GII, Índice de Inovação Global. A Samsung é a quinta mais valiosa marca no mundo, enquanto Hyundai Group e LG Group estão entre outras marcas coreanas altamente valiosas.¹¹⁸ Destaca-se ainda que três dos clusters científicos e tecnológicos da República da Coreia entraram na lista dos 100 melhores clusters de ciência e tecnologia do mundo, com Seoul classificado em 3º e Daejeon em 22º.¹¹⁹

Em relação aos direitos autorais, o ministério do governo com responsabilidade geral pela formulação e aplicação das políticas públicas é o Ministério da Cultura, Esportes e Turismo. O Ministério estabeleceu políticas de direitos autorais e implementou uma ampla gama de atividades relacionadas à proteção de direitos autorais desde 1987. Após várias remodelações organizacionais, o Ministério estabeleceu seu atual sistema de organização com quatro divisões no Gabinete de Direitos Autorais (Divisão de Política de Direitos Autorais, Divisão da Indústria de Direitos Autorais, Divisão de Proteção de Direitos Autorais e Divisão de Cooperação e Comércio Cultural).¹²⁰

A figura a seguir traz a estrutura organizacional do Escritório de direito autoral do MSCT:

¹¹⁶ Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em 23/08/2021.

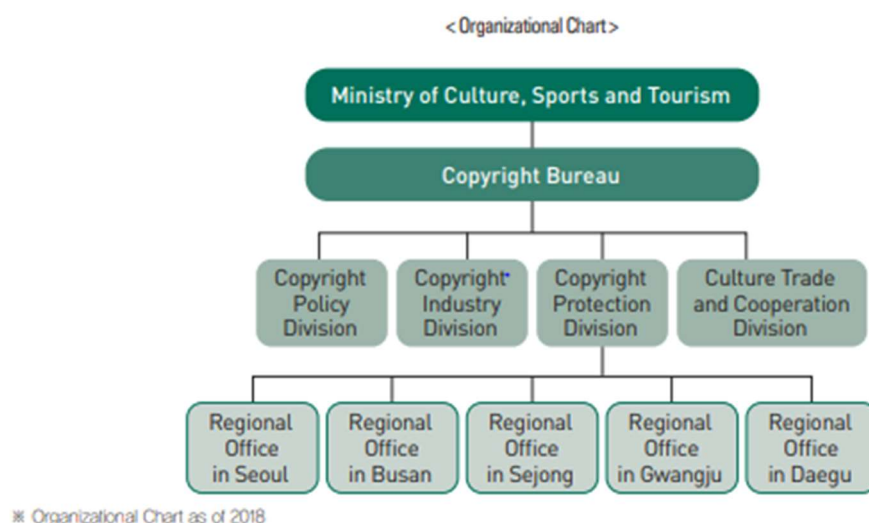
¹¹⁷ Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em 23/08/2021.

¹¹⁸ Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em 23/08/2021.

¹¹⁹ Disponível em: www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020/kr.pdf. Acesso em 23/08/2021.

¹²⁰ Korea Copyright White Paper. Disponível em 2018 Annual Report on Copyright in Korea. Acesso em 08/8/2021.

Figura 40 - Composição do Escritório de direito autoral do MSCT



Fonte: Korean Copyright Commission, 2021

7.2. Compromissos internacionais da Coreia do Sul em matéria de propriedade intelectual

Entre 2016 e 2020, a participação ativa da Coreia do Sul no Conselho TRIPS incluiu a presença em programas como o IP-Plug (2015), Inovação Inclusiva e Crescimento de PME (2017), Valor Social da PI na Nova Economia - PI Melhorando Vidas (2018), Colaborações Público-Privadas em PI (2019), Comercialização de PI (2019) e Propriedade Intelectual e Inovação (2020).

O Conselho do TRIPS revisou a legislação de direitos de propriedade intelectual da Coreia do Sul em 2000. Emendas recentes à Lei de Patentes (Lei nº 14112), Lei de Marcas (Lei nº 11.690), Decreto de Execução da Lei de Patentes (Decreto Presidencial nº 24491), Lei de Procedimentos Administrativos, Lei de Direitos Autorais (Lei nº 14634), e o Decreto de Execução da Lei de Direitos Autorais (Decreto Presidencial nº 28251) foram notificados ao Conselho TRIPS entre 2019 e 2021.

Até novembro de 2021, a Coreia do Sul participava de 21 dos 25 tratados administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) sendo parte da Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas (UPOV). Ela aderiu também ao Acordo de Haia sobre o Registro Internacional de Desenhos Industriais que entrou em vigor em 1 de julho de 2014, ao Tratado de Marrakesh para facilitar o acesso a obras publicadas para pessoas cegas, ratificado pela Coreia do Sul em 8 de outubro de 2015 e ao Tratado de Direito de Marcas de Cingapura em 1 de abril de 2016, em vigor a partir de 1º de julho de 2016. A Coreia é signatária também do Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA) de outubro de 2011, que estabelece padrões internacionais sobre a aplicação de direitos de propriedade intelectual, que ainda não entrou em vigor.

Na tabela a seguir, é possível identificar os acordos de propriedade intelectual de que a Coreia faz parte.

Tabela 8 - Participação da Coreia em acordos de propriedade intelectual

Tratados administrados pela OMPI	Outros tratados multilaterais relacionados à Propriedade Intelectual
Tratado de Pequim sobre apresentações audiovisuais, 2012	Acordo TRIPs (em inglês: Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights)
Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas de 1886	Convenção Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas * Convenção UPOV (1961),
Convenção de Bruxelas relativa à distribuição de sinais portadores de programas transmitidos por satélite de 1979	Convenção Internacional de Proteção vegetal de 1961
Tratado VIP de Marrakesh de 2013	Acordo Comercial Anti Contrabando (ACTA) de outubro de 2011
Convenção de Paris, adotada em 1883	
Convenção para a Proteção de Produtores de Fonogramas Contra a Duplicação Não Autorizada de Seus Fonogramas de 1971	
Tratado de Lei de Marcas de 1994	
Tratado de Direitos Autorais da WIPO (WCT) de 1996	
Tratado da OMPI sobre Prestações e Fonogramas (1996), conhecido como WPPT	
Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Microorganismos para Fins de Procedimento de Patente de 1977	
Acordo de Haia Sobre o Registro Internacional de Desenhos Industriais de 1925	
O Acordo de Haia e o Ato de Genebra de 1999	
Protocolo Relativo ao Acordo de Madrid Relativo ao Registro Internacional de Marcas de 1989	
Acordo de Nice Relativo à Classificação Internacional de Bens e Serviços para Fins de Registro de Marcas de 1979	
Tratado de Cooperação de Patentes (PCT) de 1970	
Convenção de Roma para a Proteção de Artistas, Produtores de Fonogramas e Organizações de Radiodifusão de 1960	
Tratado de Cingapura sobre a Lei de Marcas Registradas de 2006	
Acordo de Estrasburgo Relativo à Classificação Internacional de Patentes de 1971.	
Convenção da OMPI de 1967	
Acordo de Viena estabelecendo uma classificação internacional dos elementos figurativos das marcas de 1973	
Acordo de Locarno Estabelecendo uma Classificação Internacional para Desenhos Industriais	

Fonte: OMPI

Praticamente todos os acordos regionais de comércio da Coreia do Sul (exceto o FTA Coreia-ASEAN) contêm capítulos de direitos de propriedade intelectual. Aqueles com a Austrália, América Central, China, Colômbia, União Europeia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã protegem os direitos de propriedade intelectual além do Acordo TRIPS. O Capítulo 11 do Acordo RCEP contém disposições relacionadas à PI destinadas a harmonizar a proteção dos direitos de propriedade intelectual entre as partes do Acordo.

7.3. Propriedade industrial na Coreia do Sul

O Escritório de Propriedade Intelectual Coreano (*Korean Intellectual Property Office – KIPO*) cuida da proteção da propriedade industrial, examinando e registrando patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, marcas comerciais (incluindo marcas de serviço) e projetos de layout de circuitos integrados e desenvolvendo políticas para proteger segredos comerciais. Também soluciona disputas de direitos de propriedade intelectual por meio de “decisões judiciais” (julgamentos administrativos) do Comitê de Apelação e Julgamento de Propriedade Intelectual (IPTAB). As decisões de julgamento sobre patentes, modelos de utilidade, marcas registradas e desenhos industriais podem ser apeladas ao Tribunal de Patentes e, posteriormente, à Suprema Corte. O Tribunal de Patentes é um tribunal de jurisdição especial que julga recursos de decisões de julgamento do IPTAB. A Coreia restringe as importações paralelas, exceto onde critérios legais específicos são atendidos.

Em resposta aos desafios colocados pela pandemia COVID-19, a partir de 31 de março de 2020, o KIPO estendeu *ex officio* duas vezes os prazos aplicáveis sob a Lei de Patentes, a Lei do Modelo de Utilidade, a Lei de Proteção de Design e a Lei de Marcas Registradas. No entanto, o prazo para possíveis litígios entre as partes foi excluído da prorrogação de ofício. Além disso, a partir de 19 de março de 2020, o KIPO operou um canal de navegação com informações sobre COVID-19 e patentes para facilitar o acesso online a direitos de propriedade intelectual que podem ajudar a lutar contra o COVID-19. O canal fornece informações de patentes categorizadas em proteção/prevenção, diagnóstico/teste, tratamento/vacina, eliminação de resíduos e outros, e a documentação da patente está disponível online.

As disposições penais envolvendo prisão ou multas por violação de direitos de patentes, modelos de utilidade, marcas e desenhos industriais foram revisadas. Os recursos civis incluem medidas cautelares contra novas infrações e danos. As medidas provisórias de prevenção de infrações estão previstas em cada lei da propriedade industrial e na Lei de Execução Civil. Existem critérios específicos para aumentar ou diminuir as multas.

7.3.1. Patentes e modelos de utilidade

A proteção de patentes sob a Lei de Patentes de 1946 (última emenda em 2020) é de 20 anos a partir da data do pedido. Esta proteção é prorrogável por até cinco anos para produtos farmacêuticos e produtos químicos agrícolas submetidos a certos procedimentos de aprovação de mercado. Podem ser concedidas patentes de produtos e processos. A tecnologia verde permite uma triagem e um exame mais rápidos.

Patentes de produtos e processos podem ter períodos de carência. O prazo para a apresentação de candidaturas é de doze meses. O termo do direito de patente pode ser estendido quando seu registro é adiado por mais de 4 anos depois da data de depósito, ou 3 anos depois da requisição da análise do pedido de registro quando a culpa não é do candidato. As tecnologias verdes têm um processo de exame mais rápido.

O KIPO pode conceder uma licença obrigatória não exclusiva para trabalhar uma patente se o titular não a tiver trabalhado por mais de três anos consecutivos. Entre 2016 e 2020, nenhuma licença obrigatória foi emitida e apenas uma licença compulsória foi emitida.

As emendas de 2019 à Lei de Patentes e regras relacionadas aparentemente reforçaram a proteção dos detentores de patentes. O método de cálculo e concessão de indenizações foi substancialmente alterado; agora, os danos reivindicados podem ir além dos royalties "normalmente esperados" para um valor que é "razoavelmente esperado". Isso permite maior compensação para os detentores de patentes. Além disso, em caso de violação intencional dos direitos de patente, os tribunais podem conceder indenização até três vezes o valor reconhecido dos danos. O infrator acusado teria que apresentar detalhes específicos sobre o uso da tecnologia ao tribunal para negar as alegações de violação, o que aliviaria o ônus da prova sobre o titular do direito.

As emendas ao Patent Attorney Act, feitas pela última vez em 2020, previam novas penalidades. A pena de perjúrio e apropriação indébita ou divulgação é punível com pena de prisão de até cinco anos ou multa de KRW 50 milhões. A sanção por falsa indicação e fraude é cumprida com pena de prisão com trabalhos forçados de até três anos ou multa de 30 milhões de won. Dinheiro e objetos de valor podem ser confiscados ou recolhidos. Em 2016, a legislação (incluindo a Lei de Patentes e a Lei de Prevenção da Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais) previa que as penalidades por violações de patentes poderiam chegar a 100 milhões de won em multas ou sete anos de prisão.

A Lei do Modelo de Utilidade, emendada pela última vez em 2019, continua a proteger a forma, estrutura ou combinação de artigos/produtos por 10 anos a partir da data de apresentação do pedido. Os mesmos procedimentos para estabelecer direitos de patente se aplicam aos modelos de utilidade. É obrigatório para pedidos de modelo de utilidade divulgar informações sobre a técnica anterior relacionada à invenção. As reivindicações podem ser feitas em língua estrangeira. Os atos comerciais de fabricação, cessão, locação ou importação de um produto que incorpore o modelo de utilidade são considerados uma violação do direito exclusivo do titular ou licenciado de um modelo de utilidade registrado e, portanto, são proibidos.

Recentemente, o KIPO implementou políticas destinadas a incentivar o uso de dados de patentes no processo de P&D. Entre 2019 e 2020, expandiu drasticamente a implementação de seu plano de P&D de PI, com o objetivo de melhorar a eficiência dos projetos de P&D e proteger tecnologias essenciais. Este plano consiste na expansão dos programas de P&D de PI em projetos públicos de P&D, apoiando a P&D de PI customizada para cada estágio de crescimento dos negócios e fortalecendo a base para a proliferação de P&D de PI na indústria, academia e pesquisa. Com o intuito de melhorar as condições de exame de patentes, ele estabeleceu um novo Escritório de Exame de Tecnologia de Convergência dedicado ao exame de tecnologias relacionadas à Quarta Revolução Industrial, big data e bio-saúde.

O KIPO é membro dos "Five IP offices" (IP5), uma estrutura de cooperação internacional de patentes que pretende eliminar a duplicação desnecessária de trabalho entre os escritórios e ao mesmo tempo aumentar a eficiência do exame de patentes por meio da Patent Prosecution Highway (PPH); em 2020, a PPH reagrupou 34 países. Em outubro de 2020, o IP5 concordou em estender a implementação do PPH IP5 até 5 de janeiro de 2023.

7.4. Marcas registradas na Coreia do Sul

A Lei de Marcas Registradas (*Trademark Act*) de 1949 (última emenda em 2020) protege marcas registradas em bens e serviços por 10 anos após o registro, renovável indefinidamente por períodos de 10 anos. Em 2020, o KIPO designou 56.000 nomes de produtos e serviços como uma referência para os candidatos, a fim de aumentar sua conveniência e em resposta ao desenvolvimento industrial. Conforme o artigo primeiro da lei, o objetivo desta lei é contribuir para o desenvolvimento industrial e proteger os interesses dos consumidores, garantindo a manutenção da reputação comercial das pessoas que usam marcas registradas por meio da proteção de marcas registradas.¹²¹

Após a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio KORUS (e consequente alteração à Lei de Marcas Registradas), a marca pode ser representada visualmente com som e fragrância. É possível solicitar e obter 256 marcas comerciais de certificação para confirmar sua origem, qualidade ou método de fabricação. Devido à falta de uso pretendido, o registro da marca pode ser recusado.

No período entre 2016 e 2020, as alterações à lei (inteiramente alterada pela lei nº 14033, de 29 de fevereiro de 2016) visavam revisar o cancelamento por não uso da marca registrada, o registro prévio ou a avaliação do pedido e as penalidades. Quando uma marca registrada não tiver sido usada por três anos consecutivos, qualquer terceiro pode procurar cancelá-la com o fundamento de não uso. O interesse jurídico do terceiro não é mais necessário. Com relação à avaliação do registro anterior, o tempo para julgar se o pedido de uma marca feito posteriormente viola a marca pré-registrada mudou da data de aplicação da marca posterior até a data de determinação de seu registro; esta alteração visa evitar a rejeição do pedido júnior, mesmo que o pedido sênior seja removido, pois a marca sênior existia no momento do depósito do pedido júnior. Por fim, a sanção de perjúrio é punível com pena de prisão de até cinco anos de trabalho ou multa de 50 milhões de won. A indicação falsa e a fraude são puníveis com pena de prisão de até três anos de trabalho ou multa de 30 milhões de won.

Emendas à lei aplicada a partir de 20 de outubro de 2020 permitiriam que os tribunais concedessem indenizações mais altas por violação intencional de marca registrada, revisassem o cálculo de danos com base em royalties e aumentassem as sentenças legais máximas. A emenda permitiu uma reclamação por uma quantia "razoavelmente esperada" de danos por violação de marca registrada que está além do cálculo de royalties "normalmente esperados". O valor máximo que os tribunais podem conceder foi aumentado de KRW 50 milhões para KRW 100 milhões. Os tribunais poderiam conceder até o triplo do valor dos danos confirmados em caso de violação intencional de marca registrada. A base para o cálculo dos danos mudou de royalties que normalmente são esperados para royalties que são razoavelmente esperados. Essa alteração visa abordar a questão da indenização insuficiente por danos e deve permitir que os detentores de marcas recebam uma compensação mais elevada.

A Lei de Prevenção da Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais proíbe macular injustamente uma marca notória ou causar confusão pelo uso de uma marca semelhante ou idêntica, incluindo distribuição, importação ou exportação de tais mercadorias. Os recursos civis incluem medidas cautelares para impedir o uso indevido, indenização por danos e restauração da reputação. As disposições penais vão até três anos de prisão ou multa de até 30 milhões de won.

¹²¹Trademark Act. Disponível em : elaw.klri.re.kr/eng_mobile/viewer.do?hseq=51415&type=part&key=30. Acesso em: 23/08/2021.

7.5. Indicações geográficas da Coreia do Sul

As indicações geográficas (IGs) permanecem protegidas pela Lei de Marcas Registradas, pela Lei de Controle de Qualidade de Produtos Agrícolas e Pesqueiros e pela Lei de Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais. A Lei de Marcas Registradas e a Lei de Controle de Qualidade de Produtos Pesqueiros protegem IGs que são registradas e fornecem um processo de registro, enquanto a Lei de Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais protege IGs não registradas quando sua proteção sob a Lei de Marcas Registradas ou a Lei de Controle de Qualidade de Produtos Agrícolas e Pesqueiros torna-se ineficaz.

A Lei de Marcas Registradas nega o pedido de registro de IGs iguais ou semelhantes a IGs protegidas por acordos multilaterais ou bilaterais; o material usado em violação de IGs e marcas registradas é confiscado, assim como os equipamentos e produtos infratores. De acordo com a Lei de Prevenção da Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais, o uso não autorizado de IGs é penalizado. As IGs estrangeiras podem ser registradas de acordo com os mesmos procedimentos e critérios dos produtos nacionais e são protegidas por várias leis; elas recebem a mesma proteção atribuída às IGs registradas internamente. A Lei de Marcas Registradas proíbe o registro de rótulos que violam IGs; também evita a rotulagem e publicidade enganosa, incluindo qualquer rotulagem ou publicidade vaga ou falsa que possa induzir os consumidores em erro quanto à origem do produto. A legislação de marcas impede o registro de marcas que consistem em um "nome geográfico conspícuo" e permite que sejam registradas como marcas geográficas coletivas. O titular de uma marca coletiva de indicação geográfica tem o direito de usá-la exclusivamente e impedir terceiros de usar sinais idênticos ou semelhantes para produtos idênticos, caso isso possa resultar em confusão. Importações ou exportações com falsas indicações de origem ou IGs infratoras são proibidas de acordo com a Lei de Comércio Estrangeiro (*Foreign Trade Act*).

A Lei de Gestão da Qualidade dos Produtos Agrícolas e Pesqueiros de 2011 especifica IGs para produtos agrícolas e pesqueiros. Elas devem ser registradas no Conselho de Registro de Indicação Geográfica do Serviço de Gestão de Qualidade de Produtos Agrícolas Nacionais (NAQS), no Serviço Florestal da Coreia ou no Serviço de Gestão de Qualidade de Produtos Pesqueiros Nacionais (NFQS). O uso da marca falsa de uma IG registrada em produtos agrícolas ou pesqueiros é punível com pena de prisão até três anos ou multa máxima de 30 milhões de won.

Uma marca comercial contendo IGs para vinhos ou destilados originários de qualquer Membro da OMC pode não ser registrada segundo a Lei de Marcas Registradas. É proibido o uso de IGs para identificar vinhos ou destilados que não sejam originários do local indicado, mesmo que a verdadeira origem seja informada ou o IG use expressões como "tipo", "estilo" ou "imitação".

Na tabela abaixo, é possível analisar alguns exemplos das indicações geográficas da Coreia do Sul¹²²:

¹²² Free Trade Agreement Korea-European Union. Disponível em [Free trade Agreement between the European Union and its Member States, of the one part, and the Republic of Korea, of the other part \(europa.eu\)](#). Acesso em 14/07/2021.

Tabela 9 - Produtos agrícolas e alimentares originários da Coreia do Sul

Nome do produto a ser protegido no alfabeto latino	Produto
Seosan Maneul	Alho
Uiseong Maneul	Alho
Namhae Maneul	Alho
Danyang Maneul	Alho
Chinbu Dangui	Angelica Gigas Nakai (Raiz)
Icheon Ssal	Arroz
Cheorwon Ssal	Arroz
Yeoju Ssal	Arroz
Ulleungdo Samnamul	Aruncus dioicus
Ulleungdo Bujigaengi	Áster
Haenam Goguma	Batata Doce
Yeoju Goguma	Batata doce
Cheongyang Gugija	Boxthorn
Hoengseong Hanwoogogi	Carne bovina
Hongcheon Hanwoo	Carne bovina
Jeju Dwaejigogi	Carne suína
Jeongan Bam	Castanha
Changnyeong Yangpa	Cebola
Muan Yangpa	Cebola
Gunsan Chalssalborissal	Cevada
Muan Baengnyeoncha	Chá de lótus branco
Boseong Nockcha	Chá verde
Hadong Nokcha	Chá verde
Jeju Nokcha	Chá verde
Goheung Yuja	Limão
Namhae Changsun Gosar	Cogumela de pinha
Yangyang Songibeoseot	Cogumelo de pinha
Jangheung Pyogobeoseot	Cogumelo de carvalho
Bonghwa Songi	Cogumelo de pinha
Gurye Sansuyu	Corni fructus
Gwangyang Maesil	Damasco
Yeongam Muhwagwa	Figo
Goryeo Susam	Ginseng fresco
Goryeo Baeksam	Ginseng branco
Goryeo Taekuksam	Ginseng Taekuk
Goryeo Hongsam	Ginseng vermelho
Sunchang Jeontong Goch	Gochujang

Ulleungdo Miyeokchwi	Golden rod
Gyeongsan Daechu	Jujuba
Chungju Sagwa	Maçã
Miryang Eoreumgol Sagwa	Maçã
Cheongsong Sagwa	Maçã
Haman Subak	Melancia
Seongju Chamoe	Melão Oriental
Hongcheon Charoksusu	Milho ceroso
Jeongseon Charoksusu	Milho ceroso
Jeongseon Hwanggi	Milk Vetch Root
Ganghwa Yakssuk	Mugwort
Sancheong Gotgam	Persimmon dried
Sangju Gotgam	Persimmon dried
Yeongyang Gochutgaru	Pimenta Vermelha
Goesan Gochu	Pimenta vermelha
Cheongyang Gochu	Pimenta vermelha
Cheongyang Gochutgaru	Pimenta vermelha
Goesan Gochutgaru	Pó de pimenta vermelha
Goryeo Insamjepum	Produtos de ginseng branco ou taekuk
Goryeo Hongsamjepum	Produtos de ginseng vermelho
Gochang Bokbunja	Raspberry
Haenam Gyeoul Baechu	Repolho Chinês
Ulleungdo Chamgobi	Samambaia
Namhae Changsun Gosar	Samambaia
Gwangyang baekunsan Gorosoe	Seiva
Gochang Bokbunjaju	Vinho

Fonte: Korean-EU FTA

7.6. Proteção de variedades de plantas

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Indústria de Sementes de 2020, a Lei da Indústria de Sementes de 1997 foi dividida em Lei da Indústria de Sementes de 2013 e a Lei de Proteção das Novas Variedades de Plantas de Junho de 2013. A proteção das variedades de plantas está prevista na Lei de Patentes e na Lei de Proteção das Novas Variedades de Plantas. As principais mudanças incluem a expansão de variedades de plantas de acordo com a lei e o aumento de sanções por violação dos direitos de cultivadores de variedades de plantas. A partir da data de registro, os direitos dos cultivadores de plantas são protegidos por 20 anos e os direitos dos cultivadores de árvores frutíferas e florestais, por 25 anos.

A proteção é administrada pelo MAFRA e pelo Ministério de Oceanos e Pesca (MOF). O registro de variedades de plantas permanece confiado ao Serviço de Sementes e Variedades da Coreia (KSVS) para plantas agrícolas, ao Centro Nacional de Variedades

de Sementes Florestais (NFSV) da MAFRA para plantas florestais e ao Instituto Nacional de Serviço de Pesca (NIFS) do MOF para plantas aquáticas.

As emendas de 2019 à Lei de Proteção das Novas Variedades de Plantas passaram a prever a punição de perjúrio nas sentenças com penas inferiores a cinco anos de reclusão ou multa inferior a 50 milhões de wons, em vez de menos de cinco anos de reclusão ou multa inferior a 10 milhões de wons em termos de eficácia regulamentar. As emendas à Lei de Proteção de Novas Variedades de Plantas objetivam revisar as penalidades. A pena por perjúrio agora envolve até 5 anos de prisão ou multa de 50 milhões de wons. A pena por falsa indicação consiste em até 3 anos de reclusão ou multa de 30 milhões de wons.

A partir de 2018, um Centro de Informação de Recursos Genéticos entrou em funcionamento e uma polícia judicial especial foi ampliada para reprimir as violações dos direitos de proteção e proteger o desenvolvimento de novas variedades de plantas em resposta às novas normas internacionais relativas aos recursos biológicos e genéticos, como o Protocolo de Nagoya.

7.7. Desenhos industriais e projetos de layout de circuitos integrados (topografias)

De acordo com a Lei de Desenhos Industriais de 1961, a proteção estende-se por um período de 20 anos (não renováveis) a partir da data de depósito também para certos desenhos e layouts. A lei proíbe a cópia da forma de mercadorias feitas por terceiros. Em 2013, o escopo de proteção foi estendido a imagens de computador, como protetores de tela, sites, ícones e interfaces gráficas de usuário, que foram aplicadas a dispositivos digitais, como smartphones, televisores e computadores. Somente enviando um aplicativo especificando o nome de um produto recém-desenvolvido (como "painel de exibição" ou "painel LCD") é possível obter facilmente uma ampla gama de direitos de design sem a necessidade de várias designações.

O proprietário registrado tem o direito exclusivo de se envolver em projetos registrados para fins comerciais e industriais. O sistema de registro de designs é baseado em um exame detalhado e os exames são acelerados para alguns artigos de ciclos curtos como têxteis e roupas, sujeitos a exame parcial que não verificam requisitos de novidade.

Em 2014, a "Lei de Proteção de Design" foi amplamente revisada para melhor alinhá-la aos padrões internacionais. Ao reconhecer a necessidade de registrar peças e designs de sistema, a proteção de designs criativos foi aprimorada. O artigo primeiro da lei estipula como objetivo principal o desenvolvimento de indústrias, proteção de projetos e promoção do uso e incentivo de novos projetos.

Além disso, circunstâncias e procedimentos especiais foram introduzidos para implementar a Convenção de Haia sobre Registro Internacional na Coreia e a Convenção de Locarno sobre a Classificação Internacional de Desenhos Industriais (Classificação de Locarno), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2014.

As alterações durante o período entre 2016 e 2020 visavam estender o período de carência para a aplicação do projeto, facilitar a prova de prioridade e revisar as penalidades. Um desenho não perderá a novidade se o pedido de desenho for apresentado dentro de um ano a partir da data em que um desenho idêntico ou

semelhante foi apresentado. A carência foi ampliada de seis meses para um ano. Os candidatos podem usar o Serviço de Acesso Digital da WIPO para enviar documentos prioritários para confirmar uma solicitação de prioridade estrangeira.

As alterações, em vigor desde 20 de outubro de 2020, prevêm que a pena por perjúrio seria punível com até cinco anos de prisão com trabalho ou multa de 50 milhões de won. A pena por falsa indicação e fraude seria punível com pena de prisão até três anos com trabalho ou multa de 30 milhões de won. Semelhantes às emendas da Lei de Patentes, essas emendas adotam sentenças punitivas de até o triplo da quantia de danos em caso de violação intencional de desenhos, bem como o padrão de royalties razoavelmente esperados para cálculo de danos.

Desenhos de layout de circuitos integrados de semicondutores (topografias) permanecem protegidos sob a Lei de Design de Circuitos Integrados de Semicondutores de 1992. O proprietário registrado tem o direito exclusivo de uso comercial do design de layout. A proteção é de 10 anos a partir da data de registro (não superior a 10 anos a partir do uso comercial inicial ou 15 anos a partir da data de criação). Os recursos civis incluem ordens de "cessar e desistir", destruição de circuitos que violam as regras, danos e royalties. As disposições penais também se aplicam: até três anos de prisão e/ou multa de até 30 milhões de won, por violação de direitos; e até um ano de prisão, ou multa de 10 milhões de won, por falsamente marcar um circuito como registrado ou obter o registro de forma fraudulenta.

7.8. Segredos comerciais

A proteção ao abrigo da Lei de Prevenção da Concorrência Desleal e Proteção de Segredos Comerciais de 1961 e as regras relacionadas abrangem as informações adquiridas por um "ato de aquisição indevida" (por exemplo, roubo, fraude ou coerção) ou segredos utilizados ou divulgados subsequentemente; segredos comerciais são definidos como informações técnicas ou comerciais úteis para as atividades comerciais.

De acordo com as alterações entre 2016 e 2020, a definição de atividades de violação de segredos comerciais ("sujeitas a esforços razoáveis para manter seu sigilo") foi ampliada de modo a considerar como segredos comerciais as informações secretas que foram ocultadas com falta de esforço razoável ("gerenciado como um segredo"); essa mudança permitiu a proteção de segredos comerciais sem a necessidade de esforços excessivos.

Além disso, as alterações durante o período de revisão também visavam permitir que os tribunais indenizassem em até três vezes o valor dos danos sofridos em caso de violação intencional de segredos comerciais, introduzindo uma melhor proteção contra o roubo de ideias e novas disposições penais. A utilização de ideias técnicas ou comerciais de outra pessoa com valor econômico no processo de negociação ou realização de transações, como uma proposta comercial, leilão e oferta pública, é considerada um ato de concorrência desleal e pode sujeitar o infrator a responsabilidade administrativa ou civil. A pena para o uso de segredos comerciais foi reforçada e seria punível com pena de prisão até 15 anos ou multa de 1,5 bilhão de won. Antes, as multas eram de até 50 milhões de won por infração interna e 100 milhões de won por infração internacional, mas se o lucro monetário obtido ilegalmente fosse superior a 10 vezes o valor máximo da multa, a multa poderia ser equivalente a 2 a 10 vezes o lucro.

Os dados confidenciais enviados às autoridades para registro de produtos farmacêuticos e produtos químicos agrícolas são proibidos de divulgação pública, a menos que as autoridades vejam uma necessidade de interesse público (ou seja, saúde, segurança ou proteção ambiental), especialmente com relação a pesticidas e seus ingredientes conforme prevêem a Lei de Controle de Agroquímicos e a Lei de Assuntos Farmacêuticos. As penalidades são de até três anos de prisão ou multas de até 30 milhões de won para produtos farmacêuticos e agroquímicos. O uso comercial injusto de tais dados também é proibido. Além disso, os funcionários envolvidos no registro de desenhos de layout para circuitos integrados de semicondutores devem manter a confidencialidade conforme a Lei de Desenhos de Layout de Circuitos Integrados de Semicondutores. A pena de prisão de até cinco anos ou multas de até 50 milhões de won aplicam-se a quem infringir a legislação.

Desde 2015, a KIPO opera um sistema de gerenciamento de segredos comerciais com o objetivo de apoiar as empresas na gestão de seus segredos comerciais. Os especialistas do governo aconselham as empresas com o objetivo de medidas de melhoria e verificação de sua implementação, de modo a ajudá-las a bloquear preventivamente a divulgação de segredos comerciais não autorizados. Em 2019, o Centro de Proteção de Segredos Comerciais (<http://www.tradesecret.or.kr>), em funcionamento desde 2012, realizou consultas a 101 empresas, um aumento de 30 empresas em relação ao ano anterior, para ajudar a estabelecer um sistema de gestão de segredos comerciais adequado ao seu tamanho e status. Em 2020, um novo sistema de consultoria aprofundado foi implementado, em que um especialista visitava diretamente uma empresa por oito semanas e ajudava a estabelecer um sistema de gerenciamento de segredos comerciais. Como resultado do apoio a 50 empresas, a capacidade de estabelecer um sistema de gestão de segredos comerciais aumentou cerca de 32%. Além disso, foram fornecidos sistemas de gestão de marcas comerciais a 101 empresas, aconselhamento online e offline relacionado com segredos comerciais foi provido 860 vezes e aconselhamento jurídico em disputas de vazamento de segredos comerciais foi provido 30 vezes.

7.9. Direitos autorais e conexos

Para criar um ecossistema de direitos autorais saudável, onde o estabelecimento de um ciclo virtuoso de criação-distribuição-uso ajudaria a construir uma Economia Criativa, desde 2018 a meta política da Coreia tem sido a "Criação de um ecossistema de direitos autorais que promova o equilíbrio e a coexistência". A política coreana de proteção dos direitos autorais concentrou-se em: fortalecer a estrutura para o uso e distribuição de obras protegidas por direitos autorais; promoção de sistemas de proteção e promoção da conformidade voluntária com as leis. A proteção estrita de direitos autorais foi aplicada, incluindo a proibição de cópias ilegais, a fim de criar o melhor ambiente para a distribuição justa e o uso de obras protegidas por direitos autorais. Para responder preventiva e proativamente ao ambiente em mudança, estabelecer um ecossistema de direitos autorais estável e apoiar o desenvolvimento de indústrias relevantes, a Coreia criou uma visão de política de direitos autorais em 2020, a Copyright Vision 2030, com o objetivo de ser uma "Central de direitos autorais onde a cultura Impulsiona a Economia" por meio de quatro tarefas principais: (i) criar uma base para os direitos autorais que conduzam à era da Quarta Revolução Industrial; (ii) criar um ambiente para uso e distribuição justos e transparentes; (iii) restringir a resposta à violação de direitos autorais; e (iv) fortalecer a infraestrutura para proteção de obras no exterior.

O Ministério da Cultura, Esportes e Turismo (MCST) e sua Comissão de Direitos Autorais da Coreia do Sul (KCC), bem como a Agência de Proteção de Direitos Autorais da Coreia do Sul (KCOPA), que é uma instituição pública não classificada sob o MCST fundada em 2016, permanecem no comando da formulação e implementação de políticas nesta área. A KCC cumpre as funções de deliberar sobre questões relacionadas a direitos autorais, mediar disputas de direitos autorais, pesquisar políticas e legislação sobre direitos autorais, fornecer educação sobre direitos autorais e programas de conscientização pública e até servir como uma agência de registro de direitos autorais. Além disso, ela se esforça para aumentar a consciência pública sobre a importância da indústria de direitos autorais, ao mesmo tempo em que fornece suporte para o avanço das obras coreanas protegidas por direitos autorais no mercado internacional e proteção de seus direitos autorais no exterior.

Em 2014, sob o tema “Prosperidade Cultural”, várias medidas foram tomadas para proteger os direitos dos autores e promover o uso de obras criativas, incluindo: a introdução de um sistema de licenciamento aberto para obras protegidas publicamente por direitos autorais; desenvolvimento de tecnologia de proteção de direitos autorais para ambientes de dispositivos inteligentes; fortalecer o monitoramento de sites ilegais; aumentar a conscientização sobre a lei de direitos autorais por meio de educação e publicidade.

Embora os direitos autorais não precisem ser registrados para obter proteção durante a vida do autor mais 70 anos, o registro oferece vantagens. O prazo de proteção dos direitos dos intérpretes e produtores de fonogramas, que têm direitos conexos, também se mantém 70 anos após a data da execução ou publicação. Um autor registrado é o autor presumido genuíno, e presume-se que a obra foi publicada pela primeira vez na data informada no registro. Licenças obrigatórias / legais (por exemplo, quando o titular do direito não pode ser identificado ou rastreado) relacionadas ao uso de apresentações, fonogramas, transmissões e bancos de dados podem ser concedidas sob estritas condições de procedimento. Os direitos autorais também se aplicam a "transmissões interativas" para autores. Os bancos de dados, incluindo a compilação de dados em formato legível por máquina, podem ser protegidos.

Além disso, o polêmico sistema de taxas que cobrava taxas de direitos autorais "por assinante" (o chamado "sistema de taxa fixa ilimitada") foi alterado para um sistema que cobra taxas "por uso" (o chamado "sistema de taxas baseadas no uso") que entrou em vigor em 1 de maio de 2013. A alteração de 2016 à Lei, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2016, abrange, *inter alia*, a criação de uma Agência de Proteção de Direitos de Autor sob proteção do MCST, a cobrança consolidada de royalties ou remuneração derivada das performances musicais usando fonogramas, e o esclarecimento da definição de um "fonograma" para incluir um assim chamado fonograma digital.

As emendas à Lei de Direitos Autorais, alterada pela última vez em 2019, e as regras relacionadas, permitiram que se usasse remuneração não distribuída de três a cinco anos a partir da data do anúncio público da distribuição de remuneração. Essa remuneração não distribuída poderia ser usada apenas para fins específicos com a aprovação do MCST, por exemplo, para educação ou projetos de proteção de direitos autorais.

Emendas impulsionadas por acordos regionais de comércio (RTAs) e acordos de livre comércio (FTAs) à Lei de Direitos Autorais continuaram também a trazer melhorias à proteção de direitos autorais que vão além dos critérios de negociação do TRIPS. Quase

todos os acordos regionais de comércio e acordos de livre comércio (exceto o FTA Coreia-ASEAN) assinados pela Coreia do Sul e outros países incluem cláusulas de propriedade intelectual como uma parte separada. Acordos como o KORUS, TLC Coreia-UE, TLC Coreia-Austrália, Acordo de Livre Comércio Coreia-Colômbia, Acordo de Livre Comércio Coreia-China e Acordo de Livre Comércio Coreia-Vietnã estipulam muitas cláusulas de proteção da propriedade intelectual que extrapolam os padrões do TRIPS.

Os casos de direitos autorais são julgados em tribunais comuns. Remédios civis para violação de direitos autorais (incluindo programas de computador) incluem injunções e destruição de produtos falsificados e danos. Sanções penais de até cinco anos de prisão ou multa de até 50 milhões de won também se aplicam a violações de direitos autorais.

Nos últimos anos, à medida que a conscientização do público sobre a lei de direitos autorais continuou a aumentar, o número de disputas também aumentou. A fim de resolver tais disputas de forma justa, o MCST opera um amplo sistema de resolução de disputas. Em 2013, um sistema de mediação conectado com os tribunais foi introduzido para encorajar as partes em disputa a chegar a um consenso antes de o caso ser submetido ao tribunal.

7.10. Conhecimentos tradicionais e recursos genéticos na Coreia do Sul

A história do Conhecimento Tradicional na Coreia do Sul é antiga, datando de cerca de 5 mil anos e beneficia-se da presença na península coreana de cerca de 30 mil espécies de vida animal e vegetal. As tradições médicas na área fizeram uso de mais de 5.100 plantas na história. A primeira droga como produto natural advinda da Coreia do Sul foi o remédio anti-artrite chamado “Joins”, cujos ingredientes eram raízes das ervas *tricosanthes* e *clematis*.¹²³

Outros produtos advindos de conhecimento tradicional incluem cosméticos. Exemplos de ingredientes contidos nestes cosméticos são os seguintes: *Polygonatum officinale*, *Paenonia lactiflora*, *Pehmannia glutinosa*, *Lilium longiflorum*, *Paecilomyces japonica*, *Acanthopanax senticosus*, *Ganoderam Lucidum*, chifres de corças, ginseng, ginseng vermelho e raízes adventícias de ginseng selvagem.¹²⁴ A Coreia do Sul tem também um periódico sobre conhecimento tradicional em formato digital e também um portal de internet sobre conhecimento tradicional.

Quanto aos recursos genéticos, conforme explicado no subtópico sobre proteção de variedades de plantas, a Coreia do Sul conta com um centro de informações sobre recursos genéticos que provê informações sobre o assunto, em conformidade com o artigo 14 do Protocolo de Nagoya. Ela também promove a cooperação internacional por meio do intercâmbio de informações sobre recursos genéticos e promove as relações

¹²³ KIPO. Apresentação PPT à Organização Mundial da Propriedade Intelectual. março 2011. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_tkdl_del_11/wipo_tkdl_del_11_ref_t9_4.pdf. Acesso em 23/08/2021.

¹²⁴ KIPO. Apresentação PPT à Organização Mundial da Propriedade Intelectual. março 2011. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_tkdl_del_11/wipo_tkdl_del_11_ref_t9_4.pdf. Acesso em 23/08/2021.

públicas para provedores e usuários dos recursos genéticos para aumentar a conscientização sobre a matéria.¹²⁵

Ressalta-se também a Lei sobre Recursos Genéticos da Coreia do Sul de 2017¹²⁶. Os objetivos desta Lei são providenciar a implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização na Convenção sobre Diversidade Biológica e contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Promove-se assim repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do acesso e uso de recursos genéticos com respeito ao conhecimento tradicional, a melhoria da vida das pessoas e a cooperação internacional.

7.11. Aplicação dos direitos de propriedade intelectual

Em geral, a Coreia do Sul oferece proteção e aplicação sólidas da propriedade intelectual. Alegadamente, as preocupações relacionadas com a PI referem-se a, *inter alia*: transporte de cargas falsificadas, especialmente através de pequenas encomendas enviadas por correio expresso; IGs; e a falta de penalidades civis e criminais com efeito dissuasivo para violações de PI. Na maioria dos casos, a busca por direitos de propriedade intelectual que não sejam marcas registradas exige uma reclamação do detentor dos direitos autorais. O KIPO pode investigar casos de concorrência desleal, como casos relacionados à produção, venda, importação ou exportação de produtos falsificados conforme a lei de proteção de segredos comerciais e prevenção da concorrência desleal. O KIPO empreende investigações de produtos falsificados, que afetarão seriamente a vida das pessoas, como: produção ilegal e distribuição em grande escala de produtos falsificados relacionados à saúde e segurança, eliminando assim seus canais de distribuição.

Como resultado da alteração de 2018 à Lei do Dever da Polícia Judiciária, o escopo das funções para a gestão da polícia judiciária especial do KIPO foi ampliado, a partir de março de 2019, para incluir violações de direitos de patente, segredos comerciais e direitos de desenho, bem como imitação da forma do produto em atividades de concorrência desleal, de escopo anteriormente limitado que passou a abranger marcas e a confusão do objeto de produto em atividades de concorrência desleal. Desde 2006, o KIPO implementou um sistema de recompensa para encorajar a denúncia de produtos falsificados e sua distribuição.

Em outubro de 2020, o KIPO anunciou medidas para prevenir falsificações online para combater mais eficazmente o rápido aumento da distribuição online de produtos falsificados devido à pandemia COVID-19, minimizando os danos aos consumidores. O pessoal de fiscalização offline está temporariamente lidando com o monitoramento online, enquanto a Polícia Judiciária Especial está investigando diretamente distribuidores em massa e vendedores frequentes de produtos falsificados, reforçando a força de trabalho investigativa e promovendo o avanço das técnicas de investigação, como a perícia digital. Foi estabelecido um sistema de compensação de danos, segundo o qual as plataformas de mercado aberto online compensam os danos resultantes da compra de

¹²⁵ ABSCH Genetic Resources Information Center. Disponível em: www.abs.go.kr/absch-en/main.do?lang=en. Acesso em 23/08/2021

¹²⁶ Act on Genetic Resources. Disponível em www.abs.go.kr/absch-en/sub.do?cid=184. Acesso em 23/08/2021

produtos falsificados primeiro e, em seguida, possibilitam a reclamação da indenização do vendedor individual.

A Alfândega tem o direito de investigar *ex officio* infrações de PI relacionadas à importação e exportação e pode iniciar investigações, incluindo atividades criminais, e suspender o lançamento de produtos falsificados que violem patentes, marcas registradas, designs, direitos de proteção de variedades de plantas ou direitos autorais conforme a Lei Aduaneira, Lei de Comércio Exterior e a Regulação de Desembaraço Aduaneiro de Bens Falsificados. Quando mercadorias suspeitas de infringir direitos de propriedade intelectual são detectadas no curso do processo de importação/exportação, o KCS informa eletronicamente os detentores de direitos de propriedade intelectual, que em troca podem registrar sua avaliação do caso em um escritório aduaneiro online. Os titulares dos direitos podem solicitar ao KCS a suspensão da liberação de mercadorias suspeitas de falsificação, mediante o pagamento de garantia de 120% do valor tributável das mercadorias. O KCS retém a liberação de mercadorias suspeitas de violação de direitos de propriedade intelectual. A suspensão tem duração de 10 dias, período em que o aplicante deve iniciar uma ação legal.

Após recentes RTAs e FTAs com importantes parceiros comerciais, como China e Vietnã, uma abrangente política coreana de proteção de marcas (marca K) foi lançada em 2014 em regiões onde as vendas de produtos falsificados na Coreia do Sul estão aumentando continuamente. Seus principais objetivos são construir um sistema para responder aos corretores estrangeiros de marcas registradas coreanas, lançar um centro de apoio para repressão a produtos falsificados importados, envolver indústrias em conjunto no reconhecimento e na repressão de falsificações e melhorar as medidas de fronteira internacional com escritórios alfandegários estrangeiros.

Em 2019, o KIPO aprimorou as funções e experiência estabelecendo um novo centro de PI no exterior em Manila e promovendo projetos especializados que tratam de cada tipo de disputa em diferentes países e expandiu seus esforços para proteger as marcas K na região da ASEAN. Em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e o Supremo Gabinete de Procuradores (SPO), o KIPO formou uma força-tarefa conjunta para responder às empresas que copiam produtos coreanos e buscou resolução local por meio de esforços de investigação específicos de cada país e solicitações de execução. Além disso, a Coreia do Sul expandiu a cooperação com organizações internacionais, incluindo a OMC, OMPI e APEC, para liderar questões relacionadas à PI no cenário global.

O MCST pode coletar, excluir ou destruir programas de computador obtidos ilegalmente e instruir os serviços de internet a rejeitar, suspender ou restringir produtos e serviços pirateados. As ações realizadas incluem fortalecimento do sistema de apoio à pesquisa, análise e coleta de evidências digitais de direitos autorais; medidas de gestão de violação de direitos autorais; a criação de um ambiente para o uso justo de direitos autorais de software, incluindo a revisão da cópia ilegal de software entre governos, agências governamentais e pequenas e médias empresas. O MCST mantém escritórios no exterior em Bangkok (Tailândia), Manila (Filipinas), Hanoi (Vietnã) e Pequim (China) que fornecem medidas em resposta à distribuição ilegal e violação de direitos autorais de conteúdo coreano em países estrangeiros.

Em maio de 2018, o governo anunciou "medidas para prevenir a violação de direitos autorais por meio de sites no exterior", uma colaboração entre o MCST, a Comissão de

Comunicações da Coreia e a Agência Nacional de Polícia. Eles planejaram investigações de sites no exterior, lançaram campanhas de proteção de direitos autorais e bloquearam o acesso a certos sites, a fim de impedir a distribuição de reproduções ilegais e expandir a fiscalização.

Nos últimos anos, a capacidade de resposta às violações de direitos autorais foi reforçada. A Polícia Judiciária Especial de Direitos Autorais (CSJP) visa responder imediatamente à reprodução ilegal online e offline de direitos autorais. O CSJP continuou a investigar software de computador falsificado, gravações de som e filmes de vídeo, inclusive por meio de atividades online. Em relação à violação de direitos autorais online, a partir de 2016 a KCOPA rastreou e agiu contra o primeiro distribuidor de uma reprodução ilegal no Torrent. Ela também tentou interromper a invasão dos mercados legais massificando sites de violação de direitos autorais no exterior.

De acordo com a Lei de Direitos Autorais, o MCST tem autoridade administrativa para inspecionar estabelecimentos comerciais e para apreender e ordenar a eliminação de publicações copiadas ilegalmente. Multas relativamente pequenas, de até 3 milhões de won, podem ser cobradas pela recusa em obedecer a tais ordens. As atividades de aplicação de direitos autorais para publicações copiadas ilegalmente são realizadas principalmente pela KCOPA.

A KIPO e o MCST trabalharam com as autoridades alfandegárias sul-coreanas, governos locais e organizações não governamentais (ONGs) para se concentrar na educação sobre direitos autorais e programas de conscientização para encorajar os consumidores a comprar produtos originais, além de aumentar a conscientização dos consumidores sobre a falsificação de segredos comerciais e questões de segurança e cultivar uma cultura de respeito pelos direitos de propriedade intelectual. As iniciativas de conscientização pública assumem a forma de várias atividades, incluindo vários canais de mídia (como comerciais de TV, mídias sociais), aulas, cursos, portais e competições conjuntas de invenções.

Entre 2015 e 2020, os pedidos de julgamento sobre questões de propriedade industrial aumentaram para 63.430 casos. Para melhorar o atendimento da justiça criminal nessa seara, a Procuradoria coreana dispõe do Departamento de Investigação de Propriedade Intelectual e do Comitê Nacional de Supressão. A maioria dos casos ainda está relacionada a patentes e marcas, e os pedidos são feitos principalmente por proprietários sul-coreanos.

8. Investimento na Coreia do Sul: aspectos legais

As informações sobre investimento na Coreia do Sul foram obtidas principalmente no Trade Policy Review e no site da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

8.1. Aspectos gerais

A Coreia do Sul passou por uma nova revisão da política comercial pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2021. Nenhuma recomendação política importante foi feita. Outros documentos e análises menores ou mais específicas em relação a alguns setores podem ser encontrados, como relatórios do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre o regime de investimentos da Coreia do Sul. O documento

produzido pela OMC, juntamente com atualizações e novas informações fornecidas por outras fontes, pautam essa seção.

8.2. Disciplina jurídica dos investimentos

Em 2017, a Administração de Pequenas e Médias Empresas foi reorganizada e expandida para se tornar o Ministério das Pequenas e Médias Empresas e Startups. A Coreia do Sul continua empreendendo esforços para aumentar a transparência na administração pública. Sob o Plano de Cinco Anos para a Administração de Assuntos Públicos, lançado em 2017, a criação de empregos é considerada uma prioridade econômica. Em 2019, uma visão para uma nação inovadora e inclusiva foi anunciada. Reformas regulatórias foram conduzidas para reduzir as barreiras ao comércio e investimento¹²⁷.

A Coreia do Sul continua a participar ativamente na OMC. Em 2019, o país se comprometeu a não buscar tratamento especial e diferencial para países em desenvolvimento em negociações em andamento e futuras na OMC. Também continua a buscar oportunidades de abertura de mercado através de acordos regionais de comércio. A agricultura continua parcialmente coberta, e o arroz excluído, em todos os acordos regionais de comércio.

O regime de investimento estrangeiro direto passou por mudanças significativas desde a última revisão, realizada pela OMC em 2016, até o presente. Incentivos fiscais para corporações foram abolidos em 2019; atividades de pesca e apoio ao transporte aéreo são permitidas sem restrições a investimentos estrangeiros; e a principal legislação, a Lei de Promoção do Investimento Estrangeiro, foi emendada em 2020. Apesar disso, o volume de investimento estrangeiro direto permanece baixo em comparação com outros países da OCDE.

A principal legislação que rege o investimento estrangeiro é a Lei de Promoção de Investimento Estrangeiro, que foi alterada mais recentemente em dezembro de 2020 (pela Lei nº 17.653, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021), para que o governo possa conceder incentivos ao IED para o reinvestimento de lucros retidos não utilizados, os quais não eram reconhecidos anteriormente como IED. Adicionalmente, quando empresas que realizam investimento estrangeiro falham em cumprir termos contratuais, a emenda contém provisões para extinguir os seus contratos, e para fortalecer a gestão de contratos privados em propriedades nacionais e públicas. Em 2020 a Coreia do Sul fortaleceu seu mecanismo de revisão de investimento estrangeiro onde há alta possibilidade de vazamento de tecnologias nacionais importantes.

Outras legislações importantes sobre investimento estrangeiro direto são:

- Lei sobre a Designação e Gestão de Zonas de Livre Comércio;
- Lei sobre Serviços de Investimento Financeiro e Mercados de Capitais;
- Lei de Transações de Câmbio;
- Lei de Aquisição de Terras por Estrangeiros;
- Lei de Restrição de Tributação Especial, e seu Decreto de Execução e Regras de Execução;

¹²⁷ WTO. Trade Policy Review South Korea, 2021.

- Lei Especial sobre a Designação e Gestão de Zonas de Livre Comércio.

Diversas regulações também incidem sobre o investimento estrangeiro: Regulações sobre Investimento Estrangeiro, promulgadas pelo Ministério do Comércio, Indústria e Energia (MOTIE) em 6 de julho de 2018; Aviso Público Consolidado para Investimento Estrangeiro, promulgado pelo MOTIE em 7 de fevereiro de 2021; e Regulamentos sobre Redução ou Isenção de Impostos para Investimento Estrangeiro, promulgado pelo Ministério da Economia e Finanças em 4 de abril de 2017.

O quadro institucional para a promoção de IED é formado por:

- Ministério do Comércio, Indústria e Energia (MOTIE), responsável pela criação de políticas;
- Comitê de Investimento Estrangeiro, responsável pela coordenação de políticas;
- Agência de Promoção de Investimentos Comerciais da Coreia (KOTRA), e seu órgão principal, InvestKorea, o qual implementa as políticas relacionadas a IED;
- governos locais, agências relevantes e diversas zonas, que designam escritórios de promoção de investimento estrangeiro para oferecer suporte ao investimento estrangeiro.

Sob a KOTRA, o Escritório do Ombudsman de Investimento Estrangeiro (OFIO) (e seu órgão de resolução de reclamações) lida com queixas específicas realizadas por investidores estrangeiros na Coreia. O número dos casos tratados pelo OFIO chegou a 357 em 2020 (462 em 2015).

As autoridades indicam que a Coreia busca melhorar sua estrutura industrial doméstica por meio da atração de IED em novos motores de crescimento e indústrias de alta tecnologia, ao mesmo tempo em que se concentra em impulsionar a transferência de tecnologia. O governo pretende promover a Coreia como um centro global, onde empresas realizadoras de investimento estrangeiro possam construir suas sedes regionais e centros de P&D, e onde a infraestrutura de produção doméstica está sendo expandida para materiais e componentes essenciais em indústrias-chave.

Os investidores estrangeiros devem informar a KOTRA, ou bancos de câmbio estrangeiros, de suas decisões de investimentos. A aprovação do Governo é necessária apenas para investimento em serviços financeiros ou na indústria de defesa. De acordo com a Lei Bancária, a Lei de Empresas de Seguros e a Lei de Serviços de Investimento Financeiro e Mercado de Capitais, as instituições financeiras estrangeiras devem ser aprovadas pela Comissão de Serviços Financeiros (FSC). A aquisição de terras por estrangeiros é regida pela Lei de Promoção de Investimento Estrangeiro, a Lei sobre Relatório de Transações Imobiliárias e a Lei de Transações de Câmbio. As autoridades declaram que os regulamentos e limitações sobre a aquisição, uso e desenvolvimento de terras são aplicados uniformemente tanto para coreanos quanto para estrangeiros.

Em 5 de agosto de 2020, alterações ao Decreto de Execução da Lei de Promoção do Investimento Estrangeiro entraram em vigor. As alterações permitem que o Ministro competente ou os chefes das agências relevantes exijam que o Comitê de Investimento Estrangeiro analise um projeto de investimento estrangeiro onde há uma alta possibilidade de vazamento de tecnologias nacionais essenciais, e onde uma aquisição

estrangeira do controle de fato sobre a gestão de uma empresa nacional existente possa ameaçar a segurança nacional.

Exceto se outra legislação da República da Coreia dispuser de outra forma, um estrangeiro pode conduzir, sem restrições, diversas atividades relacionadas ao investimento estrangeiro no país. Restrições se aplicam ao investimento estrangeiro quando: (i) ameaça a manutenção da segurança e ordem pública; (ii) tem efeitos nocivos para a higiene pública ou preservação do meio ambiente ou é contra a moral e os costumes coreanos; e (iii) viola os Atos e estatutos subordinados da República da Coreia. Conforme prescrito pelas Regulações de Investimento Estrangeiro e o Aviso Público Integrado de Investimento Estrangeiro, de 1.196 categorias de negócios sob o Padrão Coreano de Classificação Industrial (KSIC), o investimento estrangeiro não é permitido em 61 categorias, incluindo administração pública, diplomacia e defesa nacional (categoria de negócios não permitida). Trata-se de uma categoria a mais do que o nível de 2016 (60 categorias); as autoridades indicam que isso se deve à reclassificação das categorias em 2016.

O investimento estrangeiro é parcialmente permitido em 29 categorias (categoria restrita de negócios). Recentemente, as duas mudanças significativas na lista são:

- A pesca foi permitida sem restrições para investimento estrangeiro desde 2016;
- Atividades de apoio ao transporte aéreo, incluindo manutenção, reparo e revisão de aeronaves, agora são permitidas sem restrições ao investimento estrangeiro, e o limite de capital estrangeiro anterior de 50% foi removido em 30 de março de 2017.

Tabela 10 - Setores restritos para investimento estrangeiro direto

Setor/negócio	Limitação ao IED
Geração de energia nuclear	Totalmente fechado
Transmissão	
Transmissão de rádio	Totalmente fechado
Transmissão de televisão	Totalmente fechado
Cultivo de lavouras	Permitido, exceto para cultivo de arroz e cevada
Criação de animais	Permitido, exceto para gado de corte (menos de 50% do capital estrangeiro)
Fabricação de produtos químicos e fabricação de produtos de metal básicos	Permitido, excluindo a fabricação e fornecimento de combustível para geração de energia nuclear
Eletricidade	
Hidrelétrica, termelétrica, solar, e outras formas de geração de energia (exceto para geração de energia nuclear)	Os estrangeiros podem comprar da KEPCO (Korea Electric Power Corporation) não mais do que 30% de todas as instalações domésticas de geração de energia. Aplicável apenas quando estrangeiros comprem geração de energia de instalações da KEPCO (incluindo suas subsidiárias)
Transmissão e distribuição de energia elétrica	Menos de 50% de capital estrangeiro, e o maior acionista é coreano (limitado a ações com direito a voto e incluindo ações com direito a voto equivalentes). A venda de eletricidade é definida pela Lei de Utilidade Elétrica.
Coleta de resíduos, descarte e recuperação de material	Permitido, exceto para descarte de lixo radioativo conforme estipulado pelo artigo 9 da Lei de Gestão de Resíduos Radioativos
Comércio por atacado e comércio por comissão	Permitido, exceto para venda de carne em atacado (menos de 50% do capital estrangeiro)
Transporte aquático	Transporte em água do mar: permitido Transporte marítimo costeiro de passageiros / carga: permitido entre a República da Coreia e República Popular Democrática da Coreia; menos de 50% de capital estrangeiro; os investidores estrangeiros devem entrar em joint ventures com companhias marítimas nacionais
Transporte aéreo	Menos de 50% de capital estrangeiro

Atividades de publicação	
Publicação de jornais	Menos de 50% de capital estrangeiro (menos de 30% de capital estrangeiro para jornais diários)
Publicação de revistas e periódicos	Menos de 50% de capital estrangeiro
Transmissão	
Distribuição de programas	Não mais que 49% de capital estrangeiro (não mais que 20% de capital estrangeiro para serviço de programação geral; e não mais do que 10% de capital estrangeiro para programação especializada de reportagens) Nenhuma restrição de capital estrangeiro para: (1) para provedores de programas, exceto para programação de serviços gerais ou programação especializada de reportagens ou apresentação de produtos e marketing; (2) de acordo com o FTA entre a Coreia e os Estados Unidos, Canadá, União Europeia, e Austrália
Redes à cabo	Não mais do que 49% de capital estrangeiro para Operador de Sistema; não mais de 20% de capital estrangeiro para Operador de Cabo de Retransmissão
Transmissão via satélite e outras transmissões	Não mais que 49% de capital estrangeiro (não mais que 20% de capital estrangeiro para provedores de conteúdo de transmissão de multimídia da Internet para programação geral ou programação especializada de reportagens). Sem restrição de capital estrangeiro: (1) para serviços de transmissão de multimídia da Internet, exceto para programação de serviços gerais, programação especializada de notícias, ou apresentação e marketing de produtos; (2) de acordo com o FTA entre a Coreia e os Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Austrália
Telecomunicações com fio, sem fio e via satélite	Permitido desde que a soma das ações (limitado a ações com direito a voto e incluindo ações com direito a voto equivalentes, como recibos de depósito e ações de investimento) de propriedade de investidores estrangeiros (incluindo empresas consideradas estrangeiras) não seja mais do que 49% do número total de ações em circulação (no caso de KT, um investidor estrangeiro não pode ser o maior acionista, a menos que suas ações sejam inferiores a 5%). Nenhuma restrição de capital estrangeiro para empresas que não operam contra interesse público, e no âmbito do FTA entre a Coreia e Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Austrália.
Outras comunicações eletrônicas	Mesmas limitações das comunicações por fio, mas sem limites para negócios de telecomunicação de valor agregado
Atividades de serviços de informação	Menos de 25% de capital estrangeiro próprio
Instituições financeiras	Permitido, exceto para Federação Nacional de Cooperativas Agropecuárias (Finanças) sob a Lei de Cooperativa Agrícola Nacional, e da Federação Nacional de Cooperativas de Pesca (Finanças) ao abrigo da Lei das Cooperativas de Pesca

Fonte: OMC

O governo tem fornecido vários incentivos para atrair investimento estrangeiro. Os incentivos geralmente assumem a forma de incentivos fiscais, concessões em dinheiro e apoio a instalações industriais. Nos anos recentes, mudanças significativas foram introduzidas nos incentivos, em particular, reduções de impostos sobre as empresas e isenções para investimento estrangeiro foram abolidas a partir de 2019. Outras alterações incluem a revisão aos esquemas de subsídio em dinheiro, e cancelamento da designação da área de Saemangeum como uma zona econômica livre¹²⁸.

Desde 2019, incentivos fiscais assumiram a forma de reduções/isenções de imposto local e tarifa de importação, que são fornecidas por períodos limitados e em uma base MFN.

¹²⁸ WTO. Trade Policy Review South Korea, 2021, p. 50

Os incentivos fiscais corporativos aplicam-se apenas às empresas com investimento estrangeiro que se candidataram a eles em 31 de dezembro de 2018 ou antes desta data.

De acordo com as leis dos governos locais, o período de redução do imposto local pode ser prorrogado por até 15 anos, e a taxa de redução pode ser aumentada.

De acordo com a KOTRA, os subsídios em dinheiro para empresas com investimento estrangeiro foram revisados em 2019. O governo ampliou a elegibilidade para doações em dinheiro para as indústrias de alta tecnologia, de acordo com a Lei de Desenvolvimento Industrial (Artigo 5) e o Edital nº 2019-121 do MOTIE, lançado em 26 de julho de 2019 (em vigor desde 2020).

Antes da revisão, os governos central e local forneciam subsídios em dinheiro para as empresas que operam em determinados setores, que promovem o IED e contribuem significativamente para a economia nacional. Essas indústrias incluem aquelas que usam novas tecnologias de motores de crescimento, materiais de manufatura e componentes, criando empregos em larga escala e estabelecendo centros de P&D ou sedes regionais. Para ser elegível para doações em dinheiro, um investidor estrangeiro deve possuir pelo menos 30% do patrimônio.

No âmbito do sistema de apoio ao local industrial, zonas de investimento estrangeiro designadas pela Lei de Promoção de Investimento Estrangeiro, zonas de livre comércio sob a Lei de Designação e Gestão de Zonas de Livre Comércio e zonas econômicas livres prescritas pela Lei Especial sobre Designação e Gestão de Zonas Econômicas Livres são operadas para atrair investimento estrangeiro.

Os incentivos fiscais concedidos por essas zonas a empresas com investimento estrangeiro variam. As empresas com investimento estrangeiro podem se beneficiar de incentivos não fiscais, incluindo, entre outros, subsídios em dinheiro, fornecimento de instalações de infraestrutura, instalações de ensino e pesquisa estrangeiras, redução de aluguel ou isenções, regulamentações trabalhistas facilitadas e transações de câmbio gratuitas.

A Coreia é membro da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) do Banco Mundial, da Convenção Internacional sobre Solução de Controvérsias sobre Investimentos entre Estados e Cidadãos de outros Estados (Convenção ICSID) e parte da Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de sentenças arbitrais estrangeiras (a Convenção de Nova York). Ela obedece aos códigos da OCDE de Liberalização dos Movimentos de Capitais e das Operações Correntes Invisíveis, e o Instrumento de Tratamento Nacional.

Em termos de solução de disputas, a Coreia do Sul aderiu ao Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) em 1967, e à Convenção de Arbitragem de Nova York em 1973. Não há leis domésticas específicas prevendo a aplicação; no entanto, os tribunais sul-coreanos tomaram decisões com base na adesão às convenções¹²⁹.

¹²⁹ Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2020-investment-climate-statements/south-korea/>. Acesso em: 27/11/2021.

A Coreia do Sul é membro da International Commercial Arbitration Association e da Multilateral Investment Guarantee Agency do Banco Mundial. Os tribunais sul-coreanos podem, em última instância, ser chamados para impor um acordo arbitrado. Ao redigir contratos, pode ser útil prever a arbitragem por um órgão neutro, como a Associação Internacional de Arbitragem Comercial. As empresas norte-americanas devem buscar aconselhamento jurídico especializado local ao redigir qualquer tipo de contrato com uma entidade sul-coreana. Os Estados Unidos têm um Tratado Bilateral de Amizade, Comércio e Navegação com a Coreia do Sul que contém disposições gerais relativas a relações comerciais e investimentos. O Acordo de Livre Comércio Coreia Do Sul-Estados Unidos (KORUS) contém disposições de investimento fortes e aplicáveis que entraram em vigor em março de 2012.

Embora as disputas comerciais possam ser julgadas em um tribunal civil, as empresas estrangeiras consideram esse método impraticável. Os processos são conduzidos em coreano, muitas vezes sem interpretação adequada. A lei da Coreia do Sul proíbe advogados estrangeiros que não tenham passado no exame da ordem da Coreia de representar clientes em tribunais sul-coreanos. Os procedimentos civis comuns nos Estados Unidos, como a descoberta pré-julgamento, não existem no país. Durante o litígio de uma disputa, os estrangeiros podem ser impedidos de deixar o país até que uma decisão seja tomada. Os processos judiciais são caros e demorados, e muitas vezes são contemplados apenas como último recurso, sinalizando o fim de uma relação comercial.

As leis da Coreia do Sul regem as atividades comerciais e as falências, com o judiciário servindo como meio de fazer valer os direitos de propriedade e contratuais, geralmente por meio de sentenças monetárias aplicadas em moeda nacional. A Coreia do Sul possui tribunais especializados, incluindo tribunais de família e tribunais administrativos, bem como tribunais que tratam especificamente de patentes e outras questões de direitos de propriedade intelectual. Disputas comerciais também podem ser levadas ao Conselho de Arbitragem Comercial da Coreia (KCAB).

8.3. Investimentos nos acordos internacionais da Coreia do Sul

De acordo com o site da UNCTAD, a Coreia tem 105 tratados bilaterais de investimento (BITs), dos quais 89 estão em vigor. Durante os últimos anos, os BITs com a Armênia (3 de outubro de 2019), Mianmar (31 de outubro de 2018), Camarões (13 de abril de 2018) e Quênia (3 de maio de 2017) entraram em vigor. A Coreia assinou um BIT com o Uzbequistão em 19 de abril de 2019, que ainda não entrou em vigor. Muitos dos RTAs da Coreia também contêm cláusulas de investimento.

A Coreia do Sul tem 17 acordos de livre comércio, abrangendo o comércio com 58 países, incluindo os Estados Unidos. Vários de seus RTAs contêm disposições de investimento, como aqueles com Austrália, Canadá, Chile, China, Colômbia, Índia, Peru, Cingapura e Estados Unidos. O país assinou FTAs adicionais em 2019 com o Reino Unido, Israel e Indonésia, embora nem todos tenham sido ratificados.¹³⁰ A Coreia do Sul se aproximou de um acordo com outros países asiáticos sobre a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), resultando na sua assinatura no final de 2020. As

¹³⁰ Uma lista completa de países e economias com os quais a Coreia do Sul concluiu acordos bilaterais de proteção de investimento, como BITs e FTAs com capítulos de investimento, está disponível em: https://www.mofa.go.kr/www/wpge/m_3834/contents.do e <https://investmentpolicy.unctad.org/international-investment-agreements>.

negociações em andamento incluem um acordo de livre comércio trilateral Coreia do Sul-China-Japão e acordos de livre comércio bilaterais com o Equador, Mercosul, Filipinas, Rússia e Malásia. As negociações também estão em andamento para expandir o capítulo de serviços e investimento do acordo de livre comércio Coreia do Sul-China e para aprimorar os acordos de livre comércio existentes com a ASEAN, Índia e Chile. A Coreia do Sul também concordou em iniciar negociações de acordos de livre comércio com a Aliança do Pacífico (México, Peru, Colômbia e Chile) e a União Econômica da Eurásia (Rússia, Armênia, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Quirguistão)¹³¹.

Até o momento, a Coreia do Sul assinou acordos fiscais bilaterais com 94 países. O Serviço Nacional de Impostos da República da Coreia tem uma unidade especial dedicada ao processamento de solicitações de Acordos de Precificação Antecipada (Advance Pricing Agreement) e Procedimento de Acordo Mútuo (Mutual Agreement Procedure) da América do Norte, Europa e Austrália, visto que o processamento oportuno dessas solicitações tem sido historicamente um assunto frequente de disputas. O tratado bilateral de imposto de renda US-Coreia do Sul entrou em vigor em 1979.

9. Acordos preferenciais de comércio da Coreia do Sul

As informações a seguir foram coletadas principalmente na última revisão de política comercial da Coreia do Sul e em atualizações e novas informações fornecidas por outras fontes.

A Coreia do Sul passou por uma revisão da política comercial pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2021. Nenhuma recomendação política importante foi feita. Outros documentos e análises menores ou mais específicas em relação a alguns setores podem ser encontrados, como relatórios de governos de outros países parceiros. O documento produzido pela OMC, juntamente com atualizações e novas informações fornecidas por outras fontes, pautam essa seção.

O Ministério do Comércio, Indústria e Energia (MOTIE) é responsável pela formulação e implementação de políticas comerciais e industriais. Quando o MOTIE formula políticas comerciais e toma decisões políticas, consulta partes interessadas relevantes, sendo elas representantes de outros ministérios do governo, partes interessadas do setor privado, e institutos públicos de pesquisa¹³². O MOTIE realiza reuniões do Conselho Consultivo de Investimento Estrangeiro em conjunto com a Agência de Promoção de Investimentos Comerciais da Coreia (KOTRA), e empresas estrangeiras podem aconselhar o Governo sobre política de investimento estrangeiro.

O atual Governo, inaugurado em maio de 2017, lançou seu Plano Quinquenal para a Administração de Assuntos do Estado. Ele mudou o foco das políticas econômicas da nação e empresas para cidadãos individuais e famílias. A criação de empregos é a principal prioridade das políticas econômicas e sociais. Em 2019, o governo declarou sua visão de uma nação inovadora e inclusiva. O governo está trabalhando arduamente para aumentar a vitalidade corporativa por meio do incentivo ao crescimento inovador, ajudar a aumentar o número de empregos, canalizando mais investimentos para o setor privado, e encorajar a concorrência para criar uma economia justa, retificando práticas comerciais desleais em setores de negócios.

¹³¹ Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2020-investment-climate-statements/south-korea/>. Acesso em: 27/11/2021.

¹³² WTO. Trade Policy Review South Korea, 2021.

O objetivo geral da política comercial da Coreia continua sendo o de construir uma economia livre e aberta baseada em princípios de mercado. Para promover a competitividade internacional de seus negócios e crescimento econômico, a Coreia tem feito esforços para melhorar o acesso aos principais mercados, por meio da participação em negociações multilaterais, bem como negociações para mais RTAs e estreita cooperação econômica com seus parceiros comerciais. O Ministério do Comércio, Indústria e Energia (MOTIE) pretende construir uma economia criativa, expandindo os motores de crescimento, criando melhores empregos e apoiando o crescimento entre as indústrias. Para cumprir esses objetivos, o MOTIE identificou as seguintes prioridades políticas:

- Promover a convergência industrial para maximizar o potencial de crescimento econômico e fornecer oportunidades de emprego de alta qualidade;
- Fomentar um ecossistema industrial cooperativo, especialmente para pequenas e médias empresas, aplicando as regras do mercado;
- Buscar um desenvolvimento regional equilibrado para revitalizar as economias locais e emprego;
- Perseguir uma política comercial voltada para o interesse nacional e benefícios econômicos, a partir da preparação de uma estratégia comercial que ganhará mais apoio público por meio de melhor comunicação com grupos de interesse relacionados e outros ministérios (de acordo com as autoridades, os objetivos da estratégia comercial atual incluem: buscar ativamente mega acordos de livre comércio visando à integração econômica regional; procurar novos acordos de livre comércio com economias emergentes promissoras em uma base recíproca; e participar ativamente das negociações multilaterais/plurilaterais da OMC sobre a maior liberalização do comércio com o objetivo de ajudar a Coreia a trazer mudanças inovadoras para sua estrutura industrial interna; e
- Estabelecer um sistema de energia seguro e confiável.

O objetivo geral da política comercial da Coreia do Sul é a construção de uma economia livre e aberta baseada em princípios do mercado, e o Governo busca continuamente oportunidades de abertura de mercado por meio não apenas de iniciativas multilaterais, mas também de acordos regionais de comércio (RTAs). Oito RTAs entraram em vigor de 2013 até o presente (com China, Nova Zelândia, Vietnã, Canadá, Austrália, Turquia, Colômbia, Reino Unido). Isso se somou à rede de RTAs existente com grandes blocos econômicos e novos mercados emergentes (com ASEAN, APTA, Chile, EFTA, UE, Índia, Peru, Cingapura e Estados Unidos). A agricultura permanece parcialmente coberta e o arroz é excluído de todos os RTAs. A Coreia ratificou o Acordo de Facilitação de Comércio (TFA) da OMC em 30 de julho de 2015, e o Acordo sobre Compras Governamentais revisado (GPA) em janeiro de 2016. A Coreia mantém seu status de país em desenvolvimento e continua sendo um importante doador para atividades de Assistência Técnica Relacionada ao Comércio (TRTA) da OMC. O país continuou a fornecer tratamento isento de impostos para a maioria das importações dos países menos desenvolvidos, e tem sido elegível para preferências comerciais decorrentes dos Esquemas Gerais de Preferências (GSP) da Austrália, Bielo-Rússia, Cazaquistão e Federação Russa¹³³.

O governo conduziu várias reformas para reduzir os encargos regulatórios sobre as empresas. Sandboxes regulatórios foram introduzidos no início de 2019 em áreas como

¹³³ Ver: WTO. Trade Policy Review South Korea, 2016.

eletrônica, energia, fintech, manufatura, medicina, mobilidade e telecomunicações. Sandboxes regulatórios geralmente referem-se a testes ao vivo de novos produtos ou serviços em um ambiente regulatório controlado, de modo que os reguladores podem relaxar certos requisitos regulatórios para conduzir o teste. De acordo com a OCDE, a aplicação desses sandboxes permite que as empresas experimentem produtos e modelos de negócios inovadores sem estarem sujeitas aos requisitos legais existentes. No final de 2020, 404 projetos foram aprovados por sandboxes regulatórios e 60 revisões de leis e regulamentos para esses projetos foram concluídas.

O governo também anunciou a designação de zonas especiais livres de regulamentação, que permitem que empresas experimentem tecnologias inovadoras em áreas designadas, sem restrições de regulamentos (por exemplo, saúde digital em Gangwon, tecnologia de blockchain em Busan e condução autônoma em Sejong). As autoridades afirmaram que 24 zonas especiais livres de regulamentação foram designadas em todo o país, onde 132 exceções regulamentares especiais foram permitidas, relacionadas com novos negócios ou para garantir a verificação ou comercialização de novas tecnologias.

O governo continua a adotar uma abordagem de "custo de entrada, custo de saída" (cost-in, cost-out - CICO) para reduzir encargos regulatórios. Introduzida pela primeira vez em 2014, a abordagem CICO impõe disciplinas nas reformas regulatórias de modo que qualquer nova regulamentação que se espera que imponha um custo líquido incremental direto sobre os negócios deve ser compensada por medidas que proporcionem economia de pelo menos o mesmo valor. Custos e economias são estimados por meio de avaliações de impacto regulatório (RIAs), e e-RIAs foram introduzidos em 2015. Regulamentos para a proteção da vida e segurança das pessoas e regulamentos necessários para implementar tratados internacionais estão isentos deste requisito.

Além disso, iniciativas específicas foram tomadas para reduzir encargos regulatórios e custos de conformidade para as PMEs, que representam cerca de 99% do número total de empresas e representam 88% dos empregos em todas as indústrias. Atualmente, 60% de todos os regulamentos dizem respeito às PMEs.

9.1. Legislação ligada ao comércio

A principal legislação sobre comércio internacional continua sendo a Lei de Comércio Exterior, e a Lei Alfandegária. A Lei Alfandegária foi recentemente emendada em 2020. Suas regulações de implementação foram recentemente emendadas também:

- o Decreto de Execução da Lei Alfandegária (Decreto Presidencial nº 31454), parcialmente alterado em 17 de fevereiro de 2021;
- o Regulamento de Execução da Lei Alfandegária (Portaria Ministerial nº 842), parcialmente alterado em 16 de março de 2021;
- os Regulamentos sobre Fornecimento de Tratamento Tarifário Preferencial para Países Menos Desenvolvidos (Decreto Presidencial nº 31380), parcialmente alterado em 5 de janeiro de 2021.

A principal legislação sobre investimento, a Lei de Promoção de Investimento Estrangeiro, foi mais recentemente alterada em 2020. A Lei de Proteção ao Consumidor

no Comércio Eletrônico (Lei nº 15141) foi parcialmente alterada em novembro de 2017. Atualmente, esta lei está sendo revisada, com seu pré-anúncio feito em março de 2021¹³⁴

Recentemente, houve várias mudanças nas investigações de medidas judiciais comerciais na Coreia. As propostas de emendas nas regulamentações domésticas relevantes com respeito à investigação sobre direitos antidumping e compensatórios sob a Lei Aduaneira foram preparadas para melhor atender aos padrões previstos no Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. As principais mudanças são resumidas a seguir¹³⁵.

Em primeiro lugar, de acordo com as disposições relevantes do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC, a Lei Aduaneira foi revisada para fortalecer a proteção de informações confidenciais durante uma investigação de defesa comercial. A lei especifica o tipo de informação na lista de informações confidenciais, cuja divulgação seria uma vantagem competitiva significativa para um concorrente.

Em segundo lugar, várias alterações foram feitas para aumentar a transparência no que diz respeito ao uso dos fatos disponíveis: (i) a fim de fornecer uma proteção total aos direitos processuais das partes interessadas no processo de investigação onde os dados disponíveis são usados, a alteração estipulou que a autoridade investigadora deve confirmar os fatos disponíveis usando informações ou materiais razoavelmente obtidos; (ii) a transparência foi ainda mais reforçada ao exigir que uma notificação e uma oportunidade de explicação sejam dadas às partes interessadas quando a autoridade investigadora se basear nos fatos disponíveis. Além disso, de acordo com a emenda, a autoridade investigadora também deve fundamentar o uso de fatos disponíveis ao notificar sua determinação.

Terceiro, a fim de aumentar os direitos processuais das partes interessadas, a emenda especifica que a petição para uma investigação ou revisão deve ser fornecida juntamente com um aviso de seu início. Além disso, de acordo com a lei alterada, mais informações serão fornecidas às partes interessadas com relação à determinação final da revisão, incluindo as considerações essenciais relevantes para a determinação.

Em quarto lugar, no caso de o período para a imposição de direitos antidumping ser prorrogado nas circunstâncias especiais estabelecidas na Lei, a alteração permite a prorrogação do período de investigação de forma correspondente. De acordo com a Lei Aduaneira atual, os direitos antidumping devem ser instituídos no prazo de 12 meses a partir do aviso de início, que pode ser prorrogado por até 18 meses em certas circunstâncias. No entanto, a lei em vigor manteve silêncio sobre a possibilidade de prorrogação do prazo para investigação em tais casos. O regulamento recém-elaborado agora fornece esclarecimentos ao estipular que um adicional de dois meses pode ser concedido para investigação em tais casos.

Quinto, as emendas para investigação de direitos compensatórios sob a Lei de Alfândega foram feitas para melhor atender aos padrões do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. Por uma questão de legislação doméstica coreana, a alteração é para promover o alinhamento com os regulamentos sobre direitos antidumping. Como não houve investigação de direitos compensatórios na Coreia até o momento, houve

¹³⁴ WTO. Trade Policy Review South Korea, 2021, p. 42

¹³⁵ Disponível em: <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/international-trade-2021/south-korea/trends-and-developments>

menos oportunidades para fazer emendas significativas. Como resultado, há um espaço relativamente grande para melhorar, em comparação com os regulamentos sobre direitos antidumping.

O sistema de controle de exportação de itens estratégicos na Coreia é regulamentado principalmente pela Lei de Comércio Exterior, e é operado de acordo com os princípios do regime internacional de controle de exportação, como o Acordo de Wassenaar. A estrutura básica de controle de exportação na Coreia pode ser resumida como um sistema de licença que requer a obtenção de uma licença de exportação para certas categorias de itens.

Por exemplo, uma licença de exportação deve ser obtida para exportar quaisquer itens designados como “itens estratégicos” nos termos da Lei de Comércio Exterior. Para outros itens que não são designados como itens estratégicos, mas são altamente prováveis de serem usados para fins de fabricação, desenvolvimento, uso ou armazenamento de “mísseis e armas de destruição em massa”, a Lei de Comércio Exterior especifica que eles ainda estão sujeitos à licença sob certas circunstâncias.

Na prática, entretanto, não apenas “mísseis e armas de destruição em massa”, mas também itens que provavelmente serão usados para o propósito de armas convencionais estão sujeitos ao sistema de licença. Assim, a recente alteração da Lei de Comércio Exterior esclareceu o escopo dos itens sujeitos ao sistema de controle de exportação ao incluir “armas convencionais” para o uso potencial de tais itens.

Além disso, no que diz respeito à determinação de se um item está sujeito ao controle de exportação, a lei alterada introduziu um sistema de autojulgamento segundo o qual os comerciantes que concluírem um determinado currículo seriam capazes de fazer um julgamento independente sobre seus itens sem ter que buscar determinação de agências relevantes, como o Ministério do Comércio, Indústria e Energia.

9.2. Acordos de comércio da Coreia do Sul

A Coreia concede pelo menos tratamento tarifário MFN a todos os Membros da OMC. Ela é parte do Acordo de Tecnologia da Informação (ITA), e as tarifas sobre os itens cobertos pelo ITA II devem ser eliminadas em 1 de janeiro de 2023 para a Coreia. A Coreia ratificou o Acordo de Facilitação de Comércio da OMC (TFA) em 30 de julho de 2015, e implementou 100% dos seus compromissos da Categoria A. Ela é membro do Comitê de Compras Governamentais da OMC, e vem implementando o Acordo revisado sobre Compras Governamentais (GPA) desde 14 de janeiro de 2016. A Coreia também é observadora do Comitê de Comércio de Aeronaves Civis da OMC. Em outubro de 2019, a Coreia se comprometeu a não buscar tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento nas negociações em andamento e futuras na OMC¹³⁶.

As autoridades afirmam que, como um forte defensor do sistema multilateral de comércio baseado em regras da OMC, a Coreia participa ativamente das negociações da OMC (nos formatos multilateral e plurilateral) e no trabalho regular da OMC em conselhos e comitês. A Coreia também está comprometida com o sucesso da reforma da

¹³⁶ WTO. Trade Policy Review South Korea, 2021.

OMC, e como membro do Grupo de Ottawa tem se engajado ativamente com outros Membros da OMC para alcançar este objetivo¹³⁷.

A Coreia também faz parte de vários grupos de negociação: o Grupo Asiático de Membros em Desenvolvimento, o Grupo de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), o grupo G-10, o grupo G-33, o grupo Amigos de Negociações Antidumping (FANs) e o grupo de Proposta Conjunta (em propriedade intelectual).

A Coreia declarou que apoia fortemente os esforços da OMC para melhorar as capacidades comerciais de países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos, e faz doações para o Fundo de Doha para Desenvolvimento da Agenda Global. Até o final de 2020, a Coreia doou cerca de 6 milhões de francos suíços no decorrer de 20 anos.

Em 5 de abril de 2018, a Coreia notificou à OMC, nos termos do Artigo 12.5 do Acordo sobre Salvaguardas, que propôs suspender concessões e outras obrigações sobre certas importações dos Estados Unidos, após a imposição de direitos de salvaguarda pelos Estados Unidos sobre as importações de certas grandes lavadoras residenciais e suas partes. Em 2 de abril de 2019, a Coreia notificou à OMC, nos termos do mesmo Acordo, a proposta de suspensão de concessões e outras obrigações sobre algumas importações da União Europeia, após a imposição pela União Europeia de direitos de salvaguarda definitiva sobre as importações de certos produtos siderúrgicos.

A Coreia busca ativamente Acordos Regionais de Comércio (RTAs) com seus principais parceiros comerciais. Em nível regional, assinou o Acordo de Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) em novembro de 2020, que ainda não foi ratificado. Em 2018, assinou um RTA com cinco países da América Central: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá. No nível bilateral, o RTA entre a Coreia e o Reino Unido foi assinado em agosto de 2019 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021. A Coreia também concluiu as negociações para um RTA com Israel em agosto de 2019, o qual não foi assinado. O RTA entre a Coreia e a Indonésia foi assinado em 18 de dezembro de 2020, mas não foi ratificado. O RTA com os Estados Unidos foi alterado em 2018. Em 2018 e 2019, a Coreia notificou à OMC a proposta de suspensão de concessões e outras obrigações sobre algumas importações dos Estados Unidos e da União Europeia em resposta às medidas de salvaguarda tomadas por esses membros em certos itens de exportação.

As autoridades do país confirmaram que, em todos os RTAs da Coreia do Sul, a agricultura permanece parcialmente coberta e o arroz é excluído.

9.2.1. Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)

A Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) é um fórum econômico que consiste em 21 economias da Ásia-Pacífico para discutir questões sobre economia regional, cooperação, comércio e investimento. Ministros e altos funcionários dos países membros se reúnem continuamente ao longo do ano. As atividades da APEC são coordenadas pela Secretaria da APEC localizada em Cingapura¹³⁸. Os esforços comerciais da APEC se concentram no cumprimento de metas unilaterais de liberalização e de medidas de

¹³⁷ WTO, trade Policy Review South Korea, 2021, p. 42

¹³⁸ APEC Overview. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5464/contents.do. Acesso em: 29 nov. 2021.

melhor qualidade em uma ampla gama de áreas, desde procedimentos e padrões alfandegários até subsídios e medidas de contingência¹³⁹.

A declaração de missão da APEC diz o seguinte: “Estamos unidos em nosso esforço para construir uma comunidade dinâmica e harmoniosa da Ásia-Pacífico defendendo o comércio e o investimento livres e abertos, promovendo e acelerando a integração econômica regional, incentivando a cooperação econômica e técnica, aumentando a segurança humana, e facilitando um ambiente de negócios favorável e sustentável.”

A chave para alcançar a missão da APEC é o que é comumente referido como os Objetivos de Bogor: alcançar o comércio livre e aberto e o investimento na Ásia-Pacífico até 2010 para as economias desenvolvidas e até 2020 para as economias em desenvolvimento. Essas metas foram acordadas pelos Líderes Econômicos da APEC em Bogor, Indonésia em 1994. Para atingir essas metas, os países membros da APEC desenvolveram uma estrutura em Osaka, Japão, em 1995, que estabelece a liberalização do comércio e do investimento, facilitação de negócios e cooperação econômica e técnica como as três áreas principais de cooperação, ou também conhecidas como os “Três Pilares” da APEC.

Não se limitando a atingir os Objetivos de Bogor, o escopo e a profundidade da cooperação na APEC se expandiram e se aprofundaram. Em resposta ao surgimento da economia digital e à 4ª Revolução Industrial, os países membros da APEC estão se esforçando para fortalecer sua capacidade de tecnologia digital e aproveitar ao máximo as oportunidades criadas por esta onda de mudança. Além disso, para liberar o potencial dos grupos há muito excluídos, como jovens, mulheres, MPMEs e pessoas em áreas rurais e remotas para alcançar o crescimento econômico, a APEC está promovendo discussões e várias iniciativas sobre o crescimento inclusivo na região¹⁴⁰.

9.2.2. Comércio com a Coreia do Norte

A Coreia considera o comércio com a República Popular Democrática da Coreia como comércio intra-coreano de acordo com o Acordo de Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação. Esse comércio é, portanto, isento de tarifas, embora a aprovação do Ministro da Unificação deva ser obtida sobre o tipo de produtos comercializados, o tipo de transação, e o método de liquidação. No entanto, o comércio com a República Popular Democrática da Coreia foi proibido desde 24 de maio de 2010, exceto para produtos fabricados no Complexo Industrial de Gaeseong (localizado na República Popular Democrática da Coreia). Em 10 de fevereiro de 2016, o governo fechou o Complexo Industrial de Gaeseong¹⁴¹.

9.2.3. RCEP

A Coreia do Sul assinou o Acordo de Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) em 15 de dezembro de 2020, junto com todos os dez estados da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), bem como China, Japão, Austrália e Nova Zelândia. De acordo com o RCEP, mais de 90% das exportações da Coreia do Sul terão acesso a

¹³⁹ Ver: WTO Trade Policy Review South Korea, 2016.

¹⁴⁰ APEC Overview. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5464/contents.do. Acesso em: 29 nov. 2021.

¹⁴¹ WTO Trade Policy Review South Korea 2016.

novos mercados. Os setores automotivo e siderúrgico sul-coreanos deverão se beneficiar mais com este novo acordo comercial.

As tarifas serão eliminadas em vários setores da indústria, incluindo automóveis, produtos agrícolas e pesqueiros, bebidas, têxteis e máquinas. O RCEP também é significativo para a Coreia do Sul, pois inclui a China e o Japão como parceiros comerciais em um único acordo de livre comércio. O RCEP entrou em vigor em janeiro de 2022.

9.2.4. CEPA

O Acordo de Parceria Econômica Abrangente entre a Coreia do Sul e a Indonésia (CEPA) foi executado em dezembro de 2019, depois que as negociações foram retomadas em fevereiro de 2019. As negociações começaram em março de 2012, mas as negociações de acompanhamento foram interrompidas após a sétima rodada em fevereiro de 2014 devido a um impasse entre as partes. Os processos de ratificação doméstica estão em andamento.

9.2.5. Coreia do Sul-Israel

Coreia do Sul e Israel se preparam para assinar um acordo comercial desde agosto de 2019, quando anunciaram a conclusão das negociações do acordo de livre comércio Coreia do Sul-Israel. No entanto, a assinatura do FTA foi adiada devido à crise do coronavírus (COVID-19) em 2019 e o acordo foi assinado em maio de 2021.

Após a entrada em vigor, haverá reduções tarifárias recíprocas sobre a maioria dos produtos, importados e exportados, junto com a melhoria do comércio de serviços, investimentos e padrões. No lado das importações, o acordo deve dar à indústria israelense uma vantagem competitiva e estimular a atividade no mercado coreano, fortalecendo as exportações israelenses e aumentando o crescimento econômico. Do lado das exportações, o acordo ajudará a reduzir o custo de vida em Israel, importando produtos sul-coreanos para Israel¹⁴².

9.2.6. Coreia do Sul-Estados Unidos (KORUS)

O Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-Coreia (KORUS) entrou em vigor em 15 de março de 2012. No dia da implementação, quase 80% das exportações de bens industriais dos EUA para a Coreia tornaram-se isentas de impostos, incluindo equipamentos aeroespaciais, equipamentos agrícolas, peças automotivas, produtos de construção, produtos químicos, bens de consumo, equipamentos elétricos, bens ambientais, bens de viagem, produtos de papel, equipamento científico e equipamento de expedição e transporte. Outros benefícios do acordo incluem maior proteção e aplicação dos direitos de propriedade intelectual na Coreia e maior acesso ao mercado de serviços de US \$580 bilhões da Coreia para empresas americanas altamente competitivas¹⁴³.

¹⁴² Israel signs free trade agreement with South Korea. Disponível em: <https://www.jpost.com/israel-news/israel-signs-free-trade-agreement-with-south-korea-668644#:~:text=Israel%20signed%20a%20free%20trade,free%20trade%20agreement%20with%20Israel>. Acesso em: 29 nov. 2021.

¹⁴³ U.S. - Korea Free Trade Agreement. Disponível em: <https://www.trade.gov/us-korea-free-trade-agreement>. Acesso em: 29 nov. 2021.

Para bens que não são totalmente obtidos, o exportador deve atender à regra de origem do produto, geralmente por meio de mudança tarifária ou conteúdo de valor regional. As regras de origem podem ser encontradas no texto final do acordo. Ocasionalmente, uma regra de origem específica pode ser revisada.

Nenhum certificado específico é necessário para o Acordo Coreia do Sul-EUA. O importador ou o Serviço de Alfândega da Coreia podem solicitar que o exportador forneça informações para apoiar uma reclamação de tratamento preferencial. Mais informações sobre o que incluir podem ser encontradas nos Certificados de Origem dos Acordos de Livre Comércio. Os Serviços de Alfândega coreanos não exigem um documento de Certificado de Origem específico sob o KORUS, nem existe um formulário ou formato prescrito para a certificação de origem. Os exportadores ou produtores dos EUA devem ser avisados de que, contanto que o exportador forneça os elementos necessários para concluir uma certificação, deve precisar usar a amostra de Certificado de Origem do Serviço de Alfândega da Coreia ou qualquer formulário prescrito pelo Governo Coreano, embora seja livre para fazê-lo.

9.2.7. Coreia do Sul-Reino Unido

Em janeiro de 2021, a Coreia notificou, juntamente com o Reino Unido, à OMC que as duas partes assinaram um RTA, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2021. Foi assinado em agosto de 2019 quando o Reino Unido se preparava para deixar a União Europeia. Este RTA é baseado em outro assinado entre a Coreia e a União Europeia, para dar continuidade e "remover a incerteza do Brexit".

A relação comercial preferencial anterior do Reino Unido com a Coreia era governada pelo RTA entre a Coreia e a União Europeia. O RTA bilateral Coreia-Reino Unido estabelece uma área de livre comércio para o comércio de bens e para o comércio de serviços, bem como os compromissos sobre, entre outras coisas, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, alfândegas e facilitação do comércio, proteção de direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência e disposições de transparência, disposições de comércio e desenvolvimento sustentável, solução de controvérsias e mecanismos de mediação.

Tabela 11 - Acordos de Livre Comércio da Coreia do Sul

Acordo	Membros	Abrangência	Assinatura	Entrada em vigor
ASEAN-Coreia do Sul	Brunei; Mianmar; Camboja; Indonésia; República Democrática Popular do Laos; Malásia; Filipinas; Cingapura; Vietnã; Tailândia; Coreia do Sul	Bens e serviços	24/08/2006	01/01/2010
Acordo de Comércio Ásia-Pacífico (APTA)	Bangladesh; China; Índia; Coreia do Sul; República Democrática Popular do Laos; Sri Lanka	Bens e serviços	31/07/1975	17/06/1976
Canadá-Coreia do Sul	Canadá; Coreia do Sul	Bens e serviços	22/09/2014	01/01/2015
China-Coreia do Sul	China; Coreia do Sul	Bens e serviços	01/06/2015	20/12/2015
EFTA-Coreia do Sul	Islândia; Liechtenstein; Noruega; Suíça; Coreia do	Bens e serviços	15/12/2005	01/09/2006

	Sul			
UE-Coreia do Sul	Áustria; Bélgica; Bulgária; Croácia; Chipre; República Checa; Dinamarca; Estônia; Finlândia; França; Alemanha; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Holanda; Polónia; Portugal; Romênia; República Eslovaca; Eslovênia; Espanha; Suécia; Coreia do Sul	Bens e serviços	06/10/2010	01/07/2011
Coreia do Sul- Austrália	Coreia do Sul; Austrália	Bens e serviços	08/04/2014	12/12/2014
Coreia do Sul- América Central	Coreia do Sul; Costa Rica; El Salvador; Honduras; Nicarágua; Panamá	Bens e serviços	01/02/2018	01/10/2019
Chile-Coreia do Sul	Chile; Coreia do Sul	Bens e serviços	01/02/2003	01/04/2004
Colômbia-Coreia do Sul	Colômbia; Coreia do Sul	Bens e serviços	21/02/2013	15/07/2016
Coreia do Sul-Índia	Coreia do Sul; Índia	Bens e serviços	07/09/2009	01/01/2010
Coreia do Sul- Nova Zelândia	Coreia do Sul; Nova Zelândia	Bens e serviços	23/03/2015	20/12/2015
Coreia do Sul- Cingapura	Coreia do Sul; Cingapura	Bens e serviços	04/08/2005	02/03/2006
Coreia do Sul- Turquia	Coreia do Sul; Turquia	Bens	01/08/2012	01/05/2013
Coreia do Sul- Estados Unidos	Coreia do Sul; Estados Unidos	Bens e serviços	30/06/2007	15/03/2012
Coreia do Sul- Vietnã	Coreia do Sul; Vietnã	Bens e serviços	05/05/2015	20/12/2015
Peru-Coreia do Sul	Peru; Coreia do Sul	Bens e serviços	21/03/2011	01/08/2011
Reino Unido- Coreia do sul	Reino Unido; Coreia do Sul	Bens e serviços	22/08/2019	01/01/2021

Fonte: WTO RTAIS Database

10. Conclusões

O comércio é um elemento essencial para a economia sul-coreana na medida em que, em 2020, as exportações de mercadorias corresponderam a 31,5% do PIB, enquanto as importações de mercadorias a 26,5% do PIB. Os principais parceiros comerciais da Coreia são algumas das maiores economias asiáticas. China, Estados Unidos e Japão são importantes parceiros de importação da Coreia. Vietnã, China e Japão, por sua vez, são os principais mercados consumidores das exportações sul-coreanas.

No fluxo bilateral de comércio entre Brasil e Coreia, o país asiático tem apresentado seguidos superávits. Destaca-se também o perfil do comércio entre os dois países, caracterizado pelas exportações de produtos agrícolas e minérios pelo Brasil, que, por sua vez, compra especialmente máquinas, aparelhos elétricos e veículos da Coreia.

As tarifas consolidadas da Coreia são, em geral, inferiores às do Brasil. No que concerne às tarifas aplicadas, o Brasil pratica tarifas inferiores às aplicadas pela Coreia especialmente para os produtos agrícolas, mas não para industrializados.

Verificam-se importantes iniciativas regulatórias do país asiático ao lidar com normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade. A avaliação *ex post* passou a ser compulsória para todos os regulamentos técnicos criados pelo Executivo, o estudo de impacto regulatório (EIR) passou a ser aplicado aos regulamentos técnicos e às leis primárias de iniciativa do poder Executivo, como também passou a ser disponibilizado virtualmente aos interessados. Quanto às medidas sanitárias e fitossanitárias, o Comitê de Política de Segurança Alimentar revisa e coordena as tarefas de gestão de segurança alimentar que são distribuídas pelos ministérios e pelas agências. Estes esforços têm o intuito de tornar os sistemas de qualidade coreanos mais coerentes com normas internacionais e com as disposições dos Acordos TBT e SPS da OMC.

O sistema de direitos de propriedade intelectual da Coreia continuou a evoluir rapidamente em resposta aos desenvolvimentos tecnológicos e a buscar objetivos de política pública. A legislação foi fortalecida, inclusive na área de penalidades, para melhor proteger os titulares de direitos em diversas áreas.

A contribuição dos serviços para o PIB teve um pequeno aumento entre 2016 e 2020. O setor de serviços financeiros continuou a apresentar crescimento robusto e várias legislações foram revisadas para desregular certos serviços financeiros, incluindo os de financiamento on-line vinculado a investimentos, supervisão de transações financeiras eletrônicas, privacidade de dados para instituições financeiras e operadores de tecnologia financeira (fintechs), proteção financeira ao consumidor e cibersegurança. Bancos estrangeiros operam por meio de subsidiárias, agências e escritórios de representação incorporados localmente. A Coreia está também ranqueada internacionalmente nas primeiras posições nos serviços de informação e comunicação. Como resultado da elevada taxa de penetração da Internet no país, o e-commerce se desenvolveu rapidamente e, devido ao COVID-19, registrou seu maior crescimento em 2020, refletindo mudanças nos estilos de consumo. O transporte internacional de carga é principalmente marítimo, enquanto o de passageiros é principalmente aéreo. Os setores de distribuição e turismo contraíram significativamente em 2020 devido à pandemia de COVID-19.

A abertura da Coreia ao comércio internacional e sua inserção na economia mundial são perceptíveis. As tendências do comércio internacional e do investimento estrangeiro direto refletem a contínua importância da região Ásia-Pacífico como o principal mercado regional sul-coreano e como região fornecedora de investimentos. A China, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão permanecem como os principais parceiros comerciais. Além disso, o comércio sob FTAs e RTAs aumentou continuamente nos últimos anos. Entre 2016 e 2020, o país assinou o RCEP e RTAs com cinco países da América Central, com o Reino Unido, com Israel e com a Indonésia.

No regime de investimento estrangeiro direto, mudanças significativas são perceptíveis. Incentivos fiscais para corporações foram abolidos em 2019; atividades de pesca e apoio ao transporte aéreo são permitidas sem restrições a investimentos estrangeiros; e a principal legislação, a Lei de Promoção do Investimento Estrangeiro, foi emendada em 2020 no sentido de permitir que incentivos sejam concedidos para o reinvestimento de lucros retidos não utilizados.

Pelo seu recente avanço econômico e pela crescente liberalização de sua economia, a Coreia torna-se parceiro internacional relevante para a integração do Brasil no cenário mundial.

REFERÊNCIAS

Acordos de comércio da Coreia do Sul. Disponível em: [WTO | Regional trade agreements](#). Acesso em: 24/08/2021.

AHN, Jay; SHIN, Kyun Wook; TODD, Kevin; CHANG & KIM. Insurance and reinsurance in South Korea: overview. Disponível em: [Insurance and reinsurance in South Korea: overview | Practical Law \(westlaw.com\)](#). Acesso em: 02/09/2021.

BRASIL. Decreto nº 10.544, de 16 de novembro de 2020. Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10544.htm. Acesso em 10/12/2021.

Centro de informações sobre Recursos Genéticos. Disponível em [ABSCH Genetic Resources Information Center](#). Acesso em 02/09/2021.

Chambers. South Korea Trends and Developments. Disponível em: <https://practiceguides.chambers.com/practice-guides/international-trade-2021/south-korea/trends-and-developments>. Acesso em: 03/12/2021.

Comissão de Comunicações da Coreia do Sul. Disponível em: [Korea Communications Commission \(kcc.go.kr\)](#). Acesso em: 02/09/2021.

Comissão de Serviços Financeiros da Coreia do Sul. Disponível em: [Introduction - Financial Services Commission \(fsc.go.kr\)](#). Acesso em: 25/08/2021.

Dados econômicos da Coreia do Sul. Disponível em: [Korea, Rep. Trade Indicators | WITS Data \(worldbank.org\)](#). Acesso em: 02/09/2021.

Environment friendly Agricultural Products Certification. Disponível em: <https://www.enviagro.go.kr/portal/en/main.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Environment friendly Agricultural Products Certification. ROK-EU Organic Equivalence Arrangement. Disponível em: https://www.enviagro.go.kr/portal/content/en/html/sub/eu_en.jsp. Acesso em: 15/12/2021.

Environment friendly Agricultural Products Certification. ROK-U.S. Equivalence Arrangement. Disponível em: https://www.enviagro.go.kr/portal/content/en/html/sub/usa_en.jsp. Acesso em: 15/12/2021.

Escritório Coreano de Aviação Civil. Disponível em: [KOCA](#). Acesso em: 02/09/2021.

Escritório de Propriedade Intelectual da Coreia do Sul. Disponível em: [Korean Intellectual Property Office About KIPO > Commissioner > Mission & Vision](#). Acesso em: 08/08/2021.

European Commission. South Korea Trade. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/south-korea/>. Acesso em: 03/12/2021.

Free Trade Agreement Korea-European Union. Disponível em: [Free trade Agreement between the European Union and its Member States, of the one part, and the Republic of Korea, of the other part \(europa.eu\)](#). Acesso em: 14/07/2021.

Global Innovation Index (GII). Republic of Korea. Disponível em: [kr.pdf \(wipo.int\)](#). Acesso em 08/07/2021.

Government of Canada. Trade in Services Agreement (TISA). Disponível em: <https://www.international.gc.ca/trade-agreements-accords-commerciaux/topics-domaines/services/tisa-ac.aspx?lang=eng#a>. Acesso em: 03/12/2021.

Introduction of Korean Traditional Knowledge Portal (KTKP), Março de 2011. Korean Intellectual Property Office. Disponível em: [Microsoft PowerPoint - \\$ASQPanel - Korea \(2\).ppt \[Read-Only\] \(wipo.int\)](#). Acesso em: 16/08/2021.

ITA. South Korea Country Commercial Guide. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/south-korea-trade-agreements>. Acesso em: 03/12/2021.

ITA. South Korea Trade Agreements. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/south-korea-trade-agreements>. Acesso em: 03/12/2021.

ITA. South Korea Trade Barriers. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/south-korea-trade-barriers>. Acesso em: 03/12/2021.

ITA. US-Korea Free Trade Agreement. Disponível em: <https://www.trade.gov/us-korea-free-trade-agreement>. Acesso em: 03/12/2021.

Korea Copyright Commission. 2018 Annual Report on Copyright in Korea. Disponível em: <https://www.copyright.or.kr/eng/activities/annual-report/index.do>. Acesso em: 09/12/2021.

Legislação da República da Coreia. Disponível em: [Statutes of the Republic of Korea \(klri.re.kr\)](http://Statutes%20of%20the%20Republic%20of%20Korea%20(klri.re.kr)). Acesso em: 02/09/2021.

Lei de Marcas. Disponível em: [Statutes of the Republic of Korea \(klri.re.kr\)](http://Statutes%20of%20the%20Republic%20of%20Korea%20(klri.re.kr)). Acesso em: 23/08/2021.

Lei Quadro sobre Propriedade Intelectual. Disponível em: [Statutes of the Republic of Korea \(klri.re.kr\)](http://Statutes%20of%20the%20Republic%20of%20Korea%20(klri.re.kr)). Acesso em: 23/08/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. About KATS. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=388>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Archive. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=418>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. KATS Affiliations & Related Bodies. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=417>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Product Safety. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=534>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Standards. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=533>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Technical Regulation. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=536>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Testing & Certification. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=535>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Agency for Technology and Standards. Welcome to KATS. Disponível em: <https://www.kats.go.kr/en/content.do?cmsid=388>. Acesso em: 15/12/2021.

Korea Asset Management Corporation. Disponível em: [KAMCO - Korea Asset Management Corporation – Government Agency from South Korea, experience with ADB – Banking, Finance & Accounting, Macro-Econ. & Public Finance sectors – DevelopmentAid](http://KAMCO%20-%20Korea%20Asset%20Management%20Corporation%20-%20Government%20Agency%20from%20South%20Korea,%20experience%20with%20ADB%20-%20Banking,%20Finance%20&%20Accounting,%20Macro-Econ.%20&%20Public%20Finance%20sectors%20-%20DevelopmentAid). Acesso em: 02/09/2021.

Korean Copyright Commission. Disponível em: [KCC Introduction > About KCC > Home \(copyright.or.kr\)](http://KCC%20Introduction%20>%20About%20KCC%20>%20Home%20(copyright.or.kr)). Acesso em: 03/12/2021.

Korea Customs Service. Free Trade Agreement. Disponível em: <https://www.customs.go.kr/engportal/main.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Korea Deposit Insurance Corporation. Disponível em: KDIC. Acesso em: 02/09/2021.

Korea Halal Association. KOHAS Halal Certification Standard. Disponível em: <https://www.kohas.org/standard.html>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Intellectual Property Office. Apresentação PPT à Organização Mundial da Propriedade Intelectual. março 2011. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_tkdl_del_11/wipo_tkdl_del_11_ref_t9_4.pdf. Acesso em 23/08/2021.

Korean Intellectual Property Office. Mission & Vision. Disponível em: [Korean Intellectual Property Office About KIPO > Commissioner > Mission & Vision](#). Acesso em: 08/08/2021.

Korea Laboratory Accreditation Scheme. About KOLAS. Disponível em: <https://www.knab.go.kr/usr/gud/abt/Introduce.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Network on World TBT. TBT Central Secretariat-Introduction. Disponível em: <https://www.knowtbt.kr/engsite/tbt-central-secretariat-introduction.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Korean Standards Association. Standardization and Standards. Disponível em: https://eng.ksa.or.kr/ksa_english/5176/subview.do. Acesso em: 15/12/2021.

Manual de Propriedade Intelectual da Abimaq. Disponível em: [Microsoft Word - Manual Propriedade Industrial.doc \(abimaq.org.br\)](#). Acesso em: 08/05/2021.

Ministry of Agriculture Food and Rural Affairs. About MAFRA. Disponível em: <https://www.mafra.go.kr/english/763/subview.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Agriculture Food and Rural Affairs. Carbon neutrality in agriculture and farming area & adaptation to climate change. Disponível em: <https://www.mafra.go.kr/english/2705/subview.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Agriculture Food and Rural Affairs. Enhanced inclusion of agriculture and farming area in post COVID-19 era. Disponível em: <https://www.mafra.go.kr/english/2704/subview.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Agriculture Food and Rural Affairs. Establishment of basis for food security & stable supply/demand system. Disponível em: <https://www.mafra.go.kr/english/2701/subview.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Agriculture Food and Rural Affairs. Institutionalization of preventive disease prevention and control system. Disponível em: <https://www.mafra.go.kr/english/2702/subview.do>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Biological Products. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_22/de0110121001.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Drugs. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_17/denofile.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Food Safety. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_9/de0110011001.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Imported Food Safety. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_11/de0110021001.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Medical Devices. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_39/denofile.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Food and Drug Safety. Promoting Healthy Diets and Safe Food Consumption. Disponível em: https://www.mfds.go.kr/eng/wpge/m_13/de0110041001.do. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea. APEC Overview. Disponível em: https://www.mofa.go.kr/eng/wpge/m_5464/contents.do. Acesso em: 03/12/2021.

Ministry of Oceans and Fisheries. About MOF. Disponível em: <https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1466>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Oceans and Fisheries. MOF'S Work Plan for 2021. Disponível em: <https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1503>. Acesso em: 15/12/2021.

Ministry of Trade, Industry and Energy. Korea 's FTA Network. Disponível em: <https://english.motie.go.kr/en/if/ftanetwork/ftanetwork.jsp>. Acesso em: 03/12/2021.

MPR International - Korea Certification. KC Electronics. Disponível em: <https://www.korea-certification.com/en/kc-electronics/kc-electronic-products/>. Acesso em: 15/12/2021.

MPR International - Korea Certification. KC EMC. Disponível em: <https://www.korea-certification.com/en/kc-emc/kc-emc-certification/>. Acesso em: 15/12/2021.

MPR International - Korea Certification. KCs Mark for machinery. Disponível em: <https://www.korea-certification.com/en/kcs/kcs-mark/>. Acesso em: 15/12/2021.

MPR International - Korea Certification. KEMCO. Disponível em: <https://www.korea-certification.com/en/kemco/kemco-certification/>. Acesso em: 15/12/2021.

MPR International - Korea Certification. What is KC Certification (Korea Certification) for South Korea. Disponível em: <https://www.korea-certification.com/en/kc/what-is-kc-certification/>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. About NAQS. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/main/main.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Agricultural Product Standard. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Agricultural Products Traceability. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Country of Origin Labeling. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do?menuId=MN20581>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Eco-friendly Agricultural Products. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Geographical identification. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Good Agricultural Practices. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Good Food. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Grain Labeling. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Agricultural Products Quality Management Service. Korean Liquor. Disponível em: <https://www.naqs.go.kr/eng/contents/contents.do>. Acesso em: 15/12/2021.

National Institute of Biological Resources. ABSCH Genetic Resources Information Center. Disponível em: [ABSCH Genetic Resources Information Center](#). Acesso em: 23/08/2021.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Disponível em: [kr.pdf \(wipo.int\)](#). Acesso em: 03/12/2021.

Panorama de Seguros na Coreia 2020 (2020 South Korea Insurance Outlook). Disponível em: [ey-global-insurance-outlook-south-korea.pdf](#). Acesso em: 02/09/2021.

Plano quinquenal para reconstruir a indústria naval da Coreia do Sul. Disponível em: <https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1483>. Acesso em: 02/09/2021.

Política de Portos para 2030 do Ministério de Oceanos e Pesca da Coreia. Disponível em: [2030 Port Policy and Implementation Strategy - MINISTRY OF OCEANS AND FISHERIES \(mof.go.kr\)](https://www.mof.go.kr/en/page.do?menuIdx=1483). Acesso em: 03/12/2021.

Relatório Trade Barriers dos EUA. Disponível em: [2020 National Trade Estimate Report.pdf \(ustr.gov\)](https://ustr.gov/sites/default/files/files/reports/2021/2021NTE.pdf). Acesso em: 02/09/2021.

Reuters. International Trade in Goods and Services in South Korea: Overview. Disponível em: [https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/w-011-4002?transitionType=Default&contextData=\(sc.Default\)&firstPage=true](https://uk.practicallaw.thomsonreuters.com/w-011-4002?transitionType=Default&contextData=(sc.Default)&firstPage=true). Acesso em: 03/12/2021.

Serviço de Supervisão Financeira. Disponível em: [History | FINANCIAL SUPERVISORY SERVICE \(fss.or.kr\)](https://fss.or.kr/en). Acesso em: 02/09/2021.

Tendências do Turismo na Coreia - Relatório da OCDE-2020. Disponível em: [Korea | OECD Tourism Trends and Policies 2020 | OECD iLibrary \(oecd-ilibrary.org\)](https://oecd-ilibrary.org/tourism/trends-and-policies-2020). Acesso em: 02/09/2021.

THORSTENSEN, Vera. BADIN, Michelle. Coerência e Convergência Regulatória no comércio exterior: o caso do Brasil frente a União Europeia e Estados Unidos com ênfase na experiência do Reino Unido. Fevereiro 2017. Disponível em: <https://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Publicacoes/COE-CON%20vol2.pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

UNCTAD. Maritime Transport Indicators. Disponível em: [UNCTAD Handbook of Statistics 2020 - Maritime transport indicators](https://unctad.org/publication/UNCTAD_Handbook_of_Statistics_2020_Maritime_transport_indicators). Acesso em: 08/07/2021.

US Department of Agriculture. Korea - Republic of Food and Agricultural Import Regulations and Standards Report. FAIRS Annual Country Report. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=Food%20and%20Agricultural%20Import%20Regulations%20and%20Standards%20Report%20Seoul%20Korea%20-%20Republic%20of%203-22-2019.pdf>. Acesso em: 15/12/2021.

US Department of State. 2020 Investment Climate Statements: South Korea. Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2020-investment-climate-statements/south-korea/>. Acesso em: 03/12/2021.

USTR. 2021 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers. Disponível em: <https://ustr.gov/sites/default/files/files/reports/2021/2021NTE.pdf>. Acesso em: 03/12/2021.

World Air Transport Statistics, IATA. Disponível em: <https://www.iata.org/contentassets/a686ff624550453e8bf0c9b3f7f0ab26/wats-2021-mediakit.pdf>. Acesso em: 03/09/2021.

WTO. Environmental Database. Disponível em: <https://edb.wto.org/charts>. Acesso em: 15/12/2021.

WTO. Notification of emergency measures. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S009-DP.aspx?language=E&HasEnglishRecord=True&HasFrenchRecord=True&HasSpanishRecord=True&CatalogueIdList=265503,265504,265505,265110,265020,265023,264848,264849,264837,264776&CurrentCatalogueIdIndex=3&FullTextHash=371857150. Acesso em: 15/12/2021.

WTO. Regional Trade Agreements Database. Disponível em: <https://rtais.wto.org/UI/PublicSearchByMemberResult.aspx?membercode=410>. Acesso em: 03/12/2021.

WTO. Trade Policy Review - Brazil, 2017. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/TPR/S358.pdf&Open=True>. Acesso em: 08/05/2021.

WTO. Trade Policy Review - Republic of Korea, 2016. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_c/tpr_c/s346_e.pdf. Acesso em: 03/12/2021.

WTO. Trade Policy Review - Republic of Korea, 2021. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s414_e.pdf. Acesso em: 03/12/2021.

CADERNOS DE ACORDOS COMERCIAIS

BRASIL – COREIA DO SUL

O Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos (CCGI) apresenta uma nova série de publicações, os Cadernos de Acordos Comerciais, onde os interessados terão acesso a dados de comércio e informações relevantes sobre temas de comércio de possíveis acordos com o Brasil. Essas informações incluem aspectos históricos e estrutura governamental, além de perfil tarifário, incluindo quotas tarifárias e restrições quantitativas, estrutura de regulação de medidas técnicas e sanitárias e fitossanitárias, incluindo meio ambiente; as políticas de sustentabilidade; regulação de serviços, de propriedade intelectual, investimentos, bem como acordos internacionais de comércio. Ao discorrer essas informações, apresenta-se, quando relevante, paralelo com a realidade brasileira.

Os textos permitem identificar diferenças e semelhanças de medidas de comércio entre os países sob análise de modo a aprofundar o conhecimento dos principais temas do processo de negociação e explicitar os possíveis pontos sensíveis a serem superados.

O presente Caderno tem como objetivo fazer um estudo sobre o perfil comercial da Coreia do Sul, abordando, primeiramente, um histórico do país, bem como seu perfil tarifário, além das barreiras técnicas, medidas sanitárias, fitossanitárias e ambientais, barreiras técnicas ao comércio, medidas ambientais no comércio na Coreia do Sul. Também traça um panorama do setor de serviços do país, abordando o setor financeiro, de comunicações e de transporte, além do turismo e de comércio digital. Ainda há uma seção sobre o regramento sobre propriedade intelectual, com os principais compromissos internacionais da Coreia na matéria, em áreas como direitos autorais e conexos, propriedade industrial e indicações geográficas. Por fim, ainda conta com uma seção sobre investimentos e acordos preferenciais de comércio na Coreia do Sul.

ISBN: 978-65-87811-07-9

